

CELEBRAÇÕES  
OFICIAIS

50  
X2

DE  
MO  
CRA  
CIA

50  
ANOS

25  
DE  
ABRIL

50  
ANOS

# ATAS DO VII CONGRESSO DE HISTÓRIA LOCAL

## CONCEITOS, PRÁTICAS E DESAFIOS NA CONTEMPORANEIDADE



# LISBOA 2023

## **FICHA TÉCNICA**

**25 de Abril de 1974. A Revolução Terra a Terra. Atas VII Congresso de História Local – Conceito, Práticas e Desafios na Contemporaneidade**

**Coordenação:** Andreia Rodrigues, António Amaral, Catarina Pimentel Neto, Catarina Veiga dos Santos, Diogo Ferreira, Eunice Relvas, Inês José, João Francisco Pereira, João Pedro Santos, Maria Fernanda Rollo, Mariana Reis de Castro e Pedro Serra

**Edição:** HTC-NOVA FCSH/CEF-UC

**Edição e revisão de texto:** Catarina Pimentel Neto

**ISBN** 978-972-9347-66-5

**Lisboa, novembro de 2024**

## Prefácio

Este livro reúne as atas do VII Congresso de História Local, encontro que integrou o programa comemorativo do cinquentenário da Revolução de 25 de Abril de 1974.

O congresso, à semelhança das edições anteriores, proporcionou um espaço de debate e partilha de pesquisas em história local, tendo como propósito especial analisar o impacto da Revolução de 1974 e do Processo Revolucionário em Curso (PREC) em diferentes contextos locais, tanto em Portugal como nas comunidades portuguesas no estrangeiro. O objetivo central foi descentralizar a narrativa da Revolução, deslocando o foco dos grandes eventos e figuras nacionais para as experiências e os desafios vividos em cada localidade.

A abrir o livro, Lino Bernardo Calaça Martins caracteriza “O 25 de Abril em Machico” argumentando como este local foi um dos primeiros a abraçar os ideais do 25 de Abril no arquipélago, promovendo mudanças sociais significativas. O autor discute o papel do Centro de Informação Popular de Machico (CIPM) na liderança de ações revolucionárias locais, ressaltando a influência duradoura da Revolução dos Cravos na comunidade.

Pâmela Peres Cabreira apresenta os resultados da investigação sobre a luta das operárias da fábrica multinacional Applied Magnetics, em Sacavém, durante o PREC. Composta por 90% de mulheres, a fábrica enfrentou dificuldades financeiras após a Revolução, levando a despedimentos em massa. As operárias organizaram-se, realizaram protestos e peditórios, e até criaram uma peça de teatro para denunciar a exploração laboral e reivindicar os seus direitos. Conforme o argumento da autora, a Revolução de 25 de Abril impulsionou a consciencialização e a organização da classe trabalhadora, especialmente das mulheres. As operárias da Applied Magnetics desafiaram as estruturas tradicionais de poder, reivindicando o direito ao trabalho e melhores condições de vida, num contexto de instabilidade económica e política.

Paulo Dias, em “Da oposição à democracia: um percurso pelas fontes do Arquivo Municipal de Estarreja”, explora as fontes do Arquivo Municipal de Estarreja para traçar um percurso da oposição à ditadura e da construção da democracia neste concelho. A partir de documentos como atas de reuniões camarárias, circulares confidenciais e processos-crime, o autor analisa o controlo exercido pelo Estado Novo sobre a vida quotidiana da população, desde a censura à imprensa até à repressão política. O estudo foca-se então na mudança de paradigma após a Revolução, com a emergência de novas dinâmicas de participação cívica e de reivindicação social argumentando em que medida a Revolução de 25 de Abril transformou a vida política e social em Estarreja incluindo novas formas de organização e de reivindicação popular.

Pedro Serra estuda a expansão do associativismo desportivo tomando Odivelas como caso de estudo. O autor argumenta que, apesar do clima político-ideológico favorável ao desenvolvimento da prática desportiva após a Revolução, a falta de equipamentos e de apoio comunitário limitaram o crescimento do movimento associativo desportivo na região. Embora o entusiasmo e as expectativas geradas pela Revolução em diversos setores da sociedade, incluindo o desporto, a persistência de problemas estruturais dificultaram a plena realização do ideal revolucionário.

No texto "A Revolução em Contexto Local: Estudo de caso sobre a Alfabetização de Adultos no Bairro dos Olivais Sul, em Lisboa", Virgínia Baptista e Paulo Marques Alves analisam as campanhas de alfabetização de adultos que ocorreram no bairro dos Olivais Sul em Lisboa após o 25 de Abril, utilizando uma abordagem sociocultural para explorar o impacto da educação popular. O estudo considera o papel transformador da alfabetização na vida dos participantes, destacando as práticas de educação democrática e inclusão social promovidas pelos estudantes e voluntários envolvidos. Este texto ilustra a alfabetização como um mecanismo de empowerment social e uma dimensão fundamental da cidadania ativa no contexto pós-revolucionário.

O estudo sobre a Unidade Coletiva de Produção (UCP) de Torre de Palma traz uma análise crítica das experiências de ocupação de terras e produção

coletiva no contexto pós-revolucionário em Portugal. Utilizando testemunhos orais de antigos trabalhadores rurais e referências à passagem de José Saramago pela região, José Inácio da Silva ilustra o impacto social e económico dessa experiência coletiva, além das tensões que emergiram com as mudanças políticas dos anos subsequentes. O texto destaca a luta entre a ideologia revolucionária e as realidades práticas do modelo de exploração coletiva.

Por fim, completando o conjunto de textos tendo por tema central a Revolução de 1974 e o PREC deve destacar-se o artigo “Resgatar do Silêncio: O contributo do Arquivo do Ministro da Justiça para a História da Revolução de Abril”. Alexandra Lourenço e outros autores da Secretaria-Geral do Ministério da Justiça apresentam a documentação do Arquivo do Ministro da Justiça como fonte fundamental para a história da Revolução de 25 de Abril. Caracterizam os documentos inéditos do Ministério da Justiça, enfatizando o papel da justiça no regime do Estado Novo e os contrastes entre a retórica oficial e a repressão real. Focados em temas como os direitos dos presos políticos e a censura social, os autores destacam a relevância histórica destes documentos para uma compreensão aprofundada da vida sob a ditadura e os desafios enfrentados pelos opositores. A preservação e estudo deste arquivo são realmente fundamentais para enriquecer a historiografia da revolução e da repressão, a iniciativa da sua apresentação no Congresso e através deste texto são por isso muito relevantes.

Recorrendo à história oral, “As vozes da comunidade e o arquivo. O caso de Évora”, descreve o projeto Sharing Memories: Voices of Community, desenvolvido pelo CIDEHUS/UE em parceria com a Rede de Arquivos Escolares de Évora (RAEEv) dedicado a recolher testemunhos orais de antigos alunos e professores de duas escolas secundárias de Évora, complementando a documentação institucional com a memória da comunidade educativa.

O texto de Paulo Leitão analisa as práticas de recurso ao crédito pelas Juntas Distritais em Portugal Continental durante o século XIX, com o objetivo de compreender o impacto destas práticas na transformação económica e social regional. O autor utiliza principalmente legislação da época, nomeadamente decretos que autorizam as JD a contrair empréstimos, para traçar um panorama

nacional do endividamento destas entidades administrativas. O texto, que resulta de uma longa e intensiva investigação, demonstra como o recurso ao crédito se tornou uma prática comum para financiar o desenvolvimento regional, impulsionando a construção de infraestruturas e a modernização do país constituindo uma importante contribuição para o conhecimento das dinâmicas de desenvolvimento regional no contexto da Regeneração.

Por sua vez, através de "Local no Regional: o enquadramento regional através do mapa", Bernardo Souza defende a importância de enquadrar os fenómenos locais em contextos regionais, utilizando mapas antigos e temáticos como ferramentas de análise. O autor utiliza o exemplo do Julgado de Vermoim, no Ducado de Barcelos, para demonstrar como os mapas podem complementar o texto escrito, situando o objeto de estudo e fornecendo contexto geográfico.

No seu conjunto, os textos reunidos neste livro oferecem uma ampla perspetiva sobre a história local em Portugal, ampliando a contribuição que estes congressos de História Local têm proporcionado a este campo historiográfico.

No campo mais específico do tema do VII Congresso, os estudos apresentados neste livro oferecem uma valiosa contribuição para a compreensão da Revolução de 25 de Abril em contexto local. Através da análise de diferentes aspetos da vida social, económica e política, os autores demonstram como a Revolução transformou a vida quotidiana das pessoas, abrindo novas possibilidades e gerando novos desafios. A diversidade de abordagens e de fontes utilizadas enriquece a narrativa histórica sobre este período crucial da história contemporânea portuguesa.

É devido um agradecimento à Fundação Mário Soares e Maria Barroso, que acolheu esta edição do congresso, à BAD (Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas, Profissionais da Informação e Documentação), ao GEO (Gabinete de Estudos Olissiponenses), à Comissão Científica, pelo apoio na organização do evento e na revisão científica destas atas e à equipa que fez a revisão formal destes artigos.

**Andreia Rodrigues, António Amaral, Catarina Pimentel Neto, Catarina Veiga dos Santos, Maria Fernanda Rollo e Pedro Serra** (HTC – NOVA FCSH/CEF-UC), **Diogo Ferreira** (CMS/GABPHC e HTC – NOVA FCSH/CEF-UC), **Eunice Relvas** (Gabinete de Estudos Olisiponenses e HTC – NOVA FCSH/CEF-UC), **Inês José e Mariana Reis de Castro** (HTC – NOVA FCSH/CEF-UC e IHC – NOVA FCSH/IN2PAST), **João Francisco Pereira** (HTC – NOVA FCSH/CEF-UC e CEHR-UCP), **João Pedro Santos** (IHC – NOVA FCSH/IN2PAST), **Filipe Guimarães Silva** (Fundação Mário Soares e Maria Barroso), **Ana Alves Pereira e Paula Meireles** (BAD).

Novembro de 2024

## **COMISSÃO CIENTÍFICA**

Ana Cardoso Matos (CIDEHUS e UE)

Ana Paula Pires (HTC – NOVA FCSH/CEF-UC e Universidade Açores)

António José Queiroz (CEFi -UCP e CEPESE)

Conceição Lopes (FLUC)

Eunice Relvas (Gabinete de Estudos Olisiponenses e HTC – NOVA FCSH/CEF-UC)

João Miguel Henriques (CMC e HTC – NOVA FCSH/CEF-UC)

Jorge Fernandes Alves (FLUP)

Manuela Tavares Ribeiro (FLUC)

Maria Conceição Meireles (FLUP)

Maria Fátima Nunes (IHC-NOVA FCSH/IN2PAST e UE)

Maria Fernanda Rollo (HTC – NOVA FCSH/CEF-UC)

Maria João Raminhos Duarte (Instituto Superior Manuel Teixeira Gomes e IHC – NOVA FCSH/IN2PAST)

Margarida Sobral Neto (FLUC)

Maria Inácia Rezola (ESCC - IHC-NOVA FCSH/IN2PAST)

Nuno Pousinho (IHC-NOVA FCSH/IN2PAST)

Paulo Jorge Fernandes (IHC – NOVA FCSH/IN2PAST)

Paulo Miguel Rodrigues (Universidade da Madeira e HTC – NOVA FCSH/CEF-UC)

Pedro Marques Gomes (HTC – NOVA FCSH/CFE -UC)

Pedro Serra (HTC – NOVA FCSH/CFE -UC)

Sérgio Rezendes (HTC – NOVA FCSH/CEF-UC)

Teresa Nunes (FLUL e HTC – NOVA FCSH/CEF-UC)

## Índice

Prefácio.....	2
O “25 de Abril” em Machico (Madeira) .....	8
A expansão do associativismo desportivo: o caso de Odivelas (1974-1982) .....	22
Local no Regional: o enquadramento regional através do mapa .....	29
A U.C.P. de Torre de Palma, freguesia de Vaiamonte. – Da utopia à desunião (Testemunhos).....	50
“ <i>Não queremos subsídios, exigimos trabalho!</i> ”: a luta das operárias na Applied Magnetics (1974-1975) .....	72
O Recurso ao Créditos pelas Juntas Distritais no Século XIX .....	90
Da oposição à democracia: um percurso pelas fontes do Arquivo Municipal de Estarreja.....	113
A Revolução em Contexto Local - Estudo de caso sobre a Alfabetização de Adultos no Bairro dos Olivais Sul, em Lisboa .....	131
Resgatar do Silêncio: O contributo do Arquivo do Ministro da Justiça para a História da Revolução de Abril.....	148
As vozes da comunidade e o arquivo. O caso de Évora.....	166

# O “25 de Abril” em Machico (Madeira)

**Lino Bernardo Calaça Martins** (Universidade da Madeira)

Este artigo segue as normas do antigo acordo ortográfico

## Resumo

Machico foi das primeiras terras a acolher o “25 de Abril” e a difundir os seus ideais no arquipélago da Madeira

Esta localidade acompanhou o movimento libertador nacional, tendo sido palco de várias movimentações populares. Neste contexto, o CIPM (Centro de Informação Popular de Machico) desempenhou um papel muito importante na liderança e na dinamização de diversas acções revolucionárias em Machico e na Madeira.

A “Revolução dos Cravos” contribuiu para a transformação do tecido local, deixando marcas no futuro da comunidade machiquense, sendo este espaço conhecido por “Machico, Terra de Abril”.

**Palavras-chave:** “25 de Abril”, “Revolução dos Cravos”, Machico, Madeira, Centro de Informação Popular.

## Abstract

Machico was one of the first towns to embrace the "25th of April" and spread its ideals in the Madeira archipelago.

This locality followed the national liberation movement, being the stage for various popular movements. In this context, the CIPM (Center for Popular Information of Machico) played a very important role in leading and energizing various revolutionary actions in Machico and Madeira.

The "Carnation Revolution" contributed to the transformation of the local fabric, leaving marks on the future of the Machico community, with this locality known as "Machico, Land of April."

**Keywords:** "25th of April", "Carnation Revolution", Machico, Madeira, Center for Popular Information.

## 1. Contexto local e regional

Nas proximidades da “Revolução dos Cravos”, vivia-se uma situação negativa, em diversos domínios. A nível económico, o concelho de Machico tinha um fraco rendimento da agricultura e da pesca, uma forte implantação do regime da colónia, sendo esta realidade integrada num contexto mais vasto da Madeira e Porto Santo, no qual existia uma economia em recessão, encontrando-se atrofiadas a agricultura, a pesca e a pecuária, a par de uma indústria muito rudimentar. Acrescentavam-se a concorrência da banana das ex-colónias e o incremento do turismo, a partir dos anos 50 do séc. XX, que levou a um desequilíbrio relativamente a outras áreas produtivas<sup>1</sup>. Por seu turno, o país configurava-se numa situação débil e em crise, com uma agricultura tradicional e não rendível, um fraco desenvolvimento industrial, com dificuldades acrescidas do Estado, em virtude de suportar as despesas da guerra colonial, juntando-se a atenuada exportação e o défice da balança comercial<sup>2</sup>.

No âmbito social, Machico assistia a um quadro comum ao restante território regional e nacional, ou seja, tinha uma crescente pobreza, um elevado desemprego e uma forte emigração<sup>3</sup>. Em Machico, eram difíceis as condições dos trabalhadores do sector conserveiro, dos baleeiros, da construção civil, das bordadeiras de casa e da hotelaria, padecendo ainda de outros males da economia

---

<sup>1</sup>Rui Nepomuceno, *As crises de subsistência na História da Madeira*, Lisboa, Editorial Caminho, 1994.

<sup>2</sup> José Mattoso, dir., *História de Portugal*, vol. 8, coord. de Ferreira, José Medeiros, Portugal em Transe (1974-1985), Lisboa, Editorial Estampa, 1995.

<sup>3</sup> Rui Nepomuceno, *Ob. Cit.*

regional, como a dura vivência dos colonos e a exploração dos produtores de cana-de-açúcar<sup>4</sup>.

No campo cultural, reinava um elevado analfabetismo, o limitado acesso ao ensino (designadamente ao secundário e ao superior) e o atraso cultural<sup>5</sup>.

A nível político, Machico integrava-se num regime anti-democrático, sob uma política centralista, com falta de autonomia municipal, inexistindo juntas de freguesia, a exemplo do que sucedia em todo o espaço regional. Neste âmbito, a Madeira e o Porto Santo eram alvos da política centralista e do menosprezo por parte da governação nacional<sup>6</sup>.

A este panorama, acrescia uma condicionante geográfica, isto é, o isolamento ilhéu que foi preponderante no agravamento das condições regionais e locais<sup>7</sup>.

Tendo em conta este quadro, com a “Revolução dos Cravos”, em Machico, surgiram muitas movimentações e acções favoráveis à mudança, destacando-se as que se seguem.

## **2. Alterações sociais e políticas**

### **Extinção da colónia**

Com um grande impacto regional, sobretudo em Machico, este regime secular assentava na situação de o colono ou caseiro repartir a produção com o senhorio, proprietário da terra (geralmente, metade), tendo várias restrições nos melhoramentos das suas habitações<sup>8</sup>.

---

<sup>4</sup> *Comércio do Funchal*, Funchal, 11 de Julho de 1974, Matur: «trabalhador informado jamais será burlado», BMF (Biblioteca Municipal da Funchal); Ficha de atendimento - *Carolina Freitas Veríssimo*, 6 Maio de 1975, dactilografada, C. A. (Colecção do Autor); João Lizardo, “A situação da colónia à data do 25 de Abril de 1974”, in Freitas, João Abel, coord., *A Madeira na História – Escritos sobre a pré-autonomia*, Lisboa, Âncora Editora, 2008, pp. 191-232; Panfleto *O Caso da cana*, Centro de Informação Popular de Machico, 9 de Março de 1975, C. A.; Panfleto *A luta do povo de Machico*, Outubro (?) de 1975 (?).

<sup>5</sup> Rui Nepomuceno, *Ob. Cit.*

<sup>6</sup> *Ibidem.*

<sup>7</sup> *Ibidem.*

<sup>8</sup> João Lizardo, “A situação da colónia à data do 25 de Abril de 1974”, in Freitas, João Abel, coord., *A Madeira na História – Escritos sobre a pré-autonomia*, Lisboa, Âncora Editora, 2008, pp. 191-232;

Este facto levou à grande mobilização dos colonos e nasceu o movimento de não repartir nada com o senhorio e de fazer as suas casas livremente<sup>9</sup>. Foi a partir de Machico que surgiu, em 1976, o jornal *O Caseiro*, figurando como sua proprietária e primeira directora uma fundadora do CIPM (Centro de Informação Popular de Machico), Maria Conceição Marques Gomes<sup>10</sup>.

Entre outras tarefas, o CIPM criou um sistema de auscultação específico dos caseiros (+- 2500 fichas), elaborou um estudo-relatório sobre a colónia (descrevia a problemática e apresentava soluções, tendo-o facultado ao Ministério da Agricultura) e apoiou as movimentações dos colonos<sup>11</sup>.

Considerando o seu papel reivindicativo, esta terra contribuiu para a extinção da colónia, entretanto decretada pela Assembleia Regional da Madeira, em 1977<sup>12</sup>.

### Produtores de cana-de-açúcar

Em Machico, existia uma grande produção sacarina e uma fábrica de moagem<sup>13</sup>. Após o “25 de Abril”, realizaram-se muitos encontros locais e regionais,

---

Nelson Veríssimo, *Relações de Poder na Sociedade Madeirense do Século XVII*, Funchal, Secretaria Regional do Turismo e Cultura–Direcção Regional dos Assuntos Culturais, 2000.

<sup>9</sup> *Comércio do Funchal*, Funchal, 28 de Novembro a 4 de Dezembro de 1974, Mesa redonda com os responsáveis do Centro de Informação Popular de Machico, C. PMCM (Colecção Pedro Miguel Calaça Martins); *Diário de Notícias*, Funchal, 24 de Outubro de 1974, Fim do regime de colónia-Centro de Informação Popular de Machico, datado de 23 de Outubro de 1974, C. PMCM.

<sup>10</sup> *O Caseiro*, Funchal, nº 54, 10 de Junho de 1978, C. A.; *Ofício nº 1043/RR1, Abr/76, da Direcção Geral da Informação, Repartição dos Registos de Imprensa, endereçado a Maria Conceição Marques Gomes*, 29 de Abril de 1976, C. A.

<sup>11</sup> *Comércio do Funchal*, Funchal, 28 de Novembro a 4 de Dezembro de 1974, Mesa redonda com os responsáveis do Centro de Informação Popular de Machico, C. PMCM; *Diário de Notícias*, Funchal, 24 de Outubro de 1974, Fim do regime de colónia-Centro de Informação Popular de Machico, datado de 23 de Outubro de 1974, C. PMCM.

<sup>12</sup> António Bica, “Algumas considerações sobre a colónia da Madeira e a sua extinção”, in Lizardo, João, coord. (2009), *Caseiros e Senhorios nos Finais do Século XX na Madeira. O Processo de Extinção da Colónia*, Santa Maria da Feira, Edições Afrontamento, 2009, pp. 47-52; Lino Martins, *O 25 de Abril em Machico: Centro de Informação Popular 1974-75*, Machico, Câmara Municipal de Machico, 2017.

<sup>13</sup> João Adriano Ribeiro, *Machico – subsídios para a história do seu concelho*, Machico, Edição Câmara Municipal de Machico, 2001.

contando com o apoio do CIPM<sup>14</sup>, movimento este que culminou na ocupação do engenho do Hinton, no Funchal, em 31 de Março de 1975, e durante 2 semanas<sup>15</sup>.

Esta acção reivindicativa proporcionou diversas conquistas, designadamente o aumento do preço do Kg de cana-de-açúcar a favor do camponês, a fiscalização da pesagem por pessoas de confiança dos agricultores, o pagamento ao produtor e não ao senhorio nas situações de colónia e ainda o pagamento imediato, terminando longos períodos de espera<sup>16</sup>.

### Fábrica de Conservas de Machico

As condições de trabalho das operárias e dos operários desta fábrica eram difíceis, porquanto não havia um horário fixo, os salários eram baixos e consoante a idade, existia um mau tratamento do pessoal por parte do encarregado da fábrica, António Dias, e não eram pagas as horas extraordinárias<sup>17</sup>.

Deste descontentamento surgiram duas greves, em 1975: na primeira, foi conseguida a expulsão do encarregado da fábrica e, na segunda, foram alcançados melhores salários e condições de trabalho. O CIPM cooperou nestes protestos, ajudando a sua organização<sup>18</sup>.

---

<sup>14</sup> Panfleto *O Caso da cana*, Centro de Informação Popular de Machico, 9 de Março de 1975, C. A.

<sup>15</sup> *Diário de Notícias*, Funchal, 1 de Abril de 1975, Agricultores ocuparam a fábrica do Hinton exigindo o aumento do preço da cana de açúcar, ARM (Arquivo Regional da Madeira); *Diário de Notícias*, Funchal, 15 de Abril de 1975, Acordado entre o representante do Governo e a Comissão dos Produtores de Cana: 1\$40 – Preço único, ARM; *Jornal da Madeira*, Funchal, 15 de Abril de 1975, Acordo sobre a questão Hinton? Comunicado da Comissão dos Produtores de Cana, ARM.

<sup>16</sup> *Diário de Notícias*, Funchal, 15 de Abril de 1975, Acordado entre o representante do Governo e a Comissão dos Produtores de Cana: 1\$40 – Preço único, ARM; *Jornal da Madeira*, Funchal, 15 de Abril de 1975, Acordo sobre a questão Hinton? Comunicado da Comissão dos Produtores de Cana, ARM.

<sup>17</sup> Ficha de atendimento - *Carolina Freitas Veríssimo*, 6 Maio de 1975, dactilografada, C. A.

<sup>18</sup> *Comércio do Funchal*, 12 a 19 de Junho, 1975, A Luta do povo não pára!, C. PMCM; *Diário de Notícias*, Funchal, 9 de Outubro de 1975, Fim da greve na Fábrica de Conservas de Machico, ARM.; Panfleto *A greve das conservas é justa*, Centro de Informação Popular de Machico, 6 de Outubro de 1975, C. A.; Panfleto *Vitória das operárias das Conservas de Machico*, s. n., 7 de Outubro de 1975, C.A.

## Baleeiros do Caniçal

Estes trabalhadores laboravam em condições adversas, quer no mar, quer em terra<sup>19</sup>.

Envolveram-se numa luta que resultou numa greve em Julho de 1975, tendo obtido melhores salários e direito a férias<sup>20</sup>.

## Trabalhadores da Matur

Desde 1972, existia este empreendimento turístico, na freguesia de Água de Pena, concelho de Machico. A sua instabilidade financeira provocou a falta de pagamento de salários e o despedimento de trabalhadores<sup>21</sup>. Acresciam o incorrecto tratamento humano e profissional, a falta de liberdade de expressão e reunião e a falta de solidariedade do próprio Sindicato da Hotelaria<sup>22</sup>.

Então, os trabalhadores da Matur contestaram o atraso no pagamento de salários e os despedimentos, ocorrendo plenários e protestos laborais (reuniões, abaixo-assinados, manifestações e greves)<sup>23</sup>.

## Machitur

Os colonos que viviam na encosta leste da baía de Machico, em 1970, foram despejados pela empresa Machitur, que tinha intenção de construir um complexo turístico naquele local<sup>24</sup>.

---

<sup>19</sup> *Comércio do Funchal*, Funchal, 12 a 19 de Junho de 1975, Operários das Baleeiras em greve, C. PMCM.

<sup>20</sup> *Diário de Notícias*, Funchal, 13 de Julho de 1975, Terminou a greve dos trabalhadores da Empresa Baleeira do Arquipélago da Madeira, C. PMCM.

<sup>21</sup> *Comércio do Funchal*, Funchal, 16 a 23 de Janeiro de 1975, Grão-Pará: do fascismo à democracia burguesa, BMF.

<sup>22</sup> *Comércio do Funchal*, Funchal, 11 de Julho de 1974, Matur: «trabalhador informado jamais será burlado», BMF.

<sup>23</sup> *Comércio do Funchal*, Funchal, 11 de Julho de 1974, Matur: «trabalhador informado jamais será burlado», BMF; *Comércio do Funchal*, Funchal, 5 a 12 de Dezembro de 1974, Grão-Pará – Matur, a greve continua, BMF; *Diário da Madeira*, Funchal, 2 de Agosto de 1975, Giz na parede-Ocaso, BMF; *Diário de Notícias*, Funchal, 17 de Junho de 1974, Reunião do pessoal da Matur, BMF; *Diário de Notícias*, Funchal, 21 de Junho de 1974, Reunião de Trabalhadores da Matur, Biblioteca Nacional.

<sup>24</sup> Panfleto «Machitur» - *A vida é luta pela habitação, pelo pão*, Comissão da Machitur, 1975 (?), C.A.

Com o “25 de Abril”, os caseiros reocuparam as suas terras e casas, tendo o CIPM sido solidário e acompanhado este movimento de reocupação<sup>25</sup>.

### Formação de cooperativas

Com a “Revolução dos Cravos”, houve um grande surto nacional de cooperativas de produção e consumo.

Em Machico, registou-se a constituição de duas cooperativas: a de consumo, a Povo Unido (Maio de 1975) e a de produção, a União das Bordadeiras de Machico (Junho do mesmo ano)<sup>26</sup>.

Para albergar estas organizações, verificou-se a ocupação de prédios urbanos, tendo sido um movimento que proporcionou muitos plenários das bordadeiras e dos sócios da Cooperativa Povo Unido, com o auxílio do CIPM<sup>27</sup>.

### Jardim-de-infância

Tendo por base um abaixo-assinado reivindicativo, elaborado em Maio de 1974, em Machico<sup>28</sup>, nasceu um estabelecimento de iniciativa popular que beneficiou cerca de 150 crianças, tendo o mesmo funcionado de Novembro de 1974 a Janeiro de 1976<sup>29</sup>.

O objectivo foi servir as crianças de Machico, tornando-se na primeira creche e infantário locais<sup>30</sup>.

---

<sup>25</sup> *Convocatória de reunião de moradores no CIPM*, 29 de Março de 1975, Centro de Informação Popular de Machico, C. A.; *Panfleto A luta do povo de Machico*, s. n., Outubro (?) de 1975 (?), C.A.

<sup>26</sup> *Comunicado Sobre a Cooperativa*, Comissão Coordenadora da Cooperativa Povo Unido, 22 Maio de 1975, C. A.; *Comunicado A Sindicalização das bordadeiras, Esclarecimentos em Água de Pena, Santo da Serra e Caniçal*, 18 de Abril de 1975, C. A.; *Ofício do CIPM à Comissão Directiva da Escola Preparatória Tristão Vaz Teixeira*, 16 de Abril de 1975, C. A.

<sup>27</sup> *Comércio do Funchal*, 12 a 19 de Junho, 1975, A Luta do povo não pára! C. PMCM; *Comércio do Funchal*, Funchal, 19 a 26 de Junho de 1975, União das Bordadeiras de Machico, C. PMCM.

<sup>28</sup> *Comunicação da Comissão subscritora do voto expresso no sarau-comício de 18 de Maio de 1974, ao Presidente da Junta Geral do Distrito Autónomo do Funchal*, 21 de Maio de 1974, C. A.

<sup>29</sup> *Comércio do Funchal*, Funchal, 28 de Novembro a 4 de Dezembro de 1974, Mesa redonda com os responsáveis do Centro de Informação Popular de Machico, C. PMCM.

<sup>30</sup> *Ibidem*.

Nesta acção, foram mobilizados os pais, que participavam na preparação e programação das actividades. Esta novidade teve o apoio do CIPM, que coordenou os trabalhos de adaptação do Forte de S. João Baptista a jardim-de-infância<sup>31</sup>.

### Oposição ao separatismo

Após o “25 de Abril”, nasceu a FLAMA (Frente de Libertação do Arquipélago da Madeira), que defendia a independência da Madeira, tendo esta organização recorrido ao bombismo.

O separatismo era interpretado como acto contrário aos novos ventos políticos de Lisboa e uma forma de manter os privilégios dos beneficiários locais do regime deposto<sup>32</sup>.

Em Machico, registou-se a oposição aos movimentos independentistas. Como atitudes retaliadoras da parte dos separatistas, a FLAMA, em 1975, pediu a saída da Madeira de vários cidadãos de Madeira, como o fundador do CIPM, José Martins Júnior<sup>33</sup>, registou-se o rebentamento de um petardo atrás da sede do CIPM (em 18 de Setembro de 1975)<sup>34</sup> e o atentado bombista na viatura de um familiar de elementos do CIPM, José Ferreira Borges (16 de Outubro de 1975)<sup>35</sup>.

A condenação das pretensões independentistas aconteceu através de comunicados, realização de comícios e manifestações, formação de piquetes e de barricadas nas estradas, em articulação com outras organizações locais e

---

<sup>31</sup> *Comunicado do Centro de Informação Popular de Machico*, 1 de Novembro de 1974, C. A.; *Diário de Notícias*, Funchal, 1 de Novembro de 1974, Comunicado do Centro de Informação Popular de Machico, C. PMCM.

<sup>32</sup> *Flama*, Lisboa, 19 de Setembro de 1975, Madeira: independência é tática da burguesia, p. 39, C. PMCM; Rui Nepomuceno, *As crises de subsistência na História da Madeira*, Lisboa, Editorial Caminho, 1994.

<sup>33</sup> *O Século*, Lisboa, 11 de Setembro de 1975, Madeira – novas exigências da FLAMA, Proibida uma entrevista do padre Martins na TV, C. PMCM. No entanto, logo a seguir, *A Capital*, Lisboa, de 12 de Setembro de 1975, divulga um comunicado da FLAMA, rejeitando a autoria do aludido ultimato, pelo facto deste acto “*não se enquadrar nas suas linhas directivas*”, acrescentando que “*cobarde e traiçoeiramente a FLAMA foi apunhalada pelas costas*”.

<sup>34</sup> *A Capital*, Lisboa, 19 de Setembro de 1975, Funchal acorda de madrugada com explosões de petardos, C. PMCM; *Diário Popular*, Lisboa, 19 de Setembro de 1975, Rebentou um petardo no Machico, enquanto no Funchal decorria uma manifestação contra o separatismo, C. PMCM.

<sup>35</sup> *A Capital*, Lisboa, 17 de Outubro de 1975, Atentado bombista, C. PMCM; *Diário de Notícias*, Funchal, 17 de Outubro de 1975, Em Água de Pena, Engenho explosivo destruiu um automóvel, ARM.

regionais. Nesta localidade, manteve-se uma acção vigilante contra a independência e a favor dos ideais de Abril<sup>36</sup>, acusando-se o brigadeiro Azeredo de ser conivente com a actuação da FLAMA<sup>37</sup>.

### Ordem de retirada do pároco da Ribeira Seca

O bispo do Funchal, D. Francisco Santana, em 5 de Novembro de 1974, decidiu retirar a paróquia da Ribeira Seca, freguesia e concelho de Machico, ao Pe. José Martins Júnior. Esta imposição teve como um dos principais motivos a recusa deste padre em entregar as chaves do CIPM (que funcionava num prédio da Diocese), solicitadas por D. Francisco, alegando o pároco não as possuir, embora declarasse que colaborava com esta associação cívica<sup>38</sup>.

Surgiu, então, o protesto dos paroquianos da Ribeira Seca, frente ao Paço Episcopal, em 7 de Novembro de 1974, declarando-se independentes da Diocese, face à manutenção da decisão de retirar a paroquialidade ao Pe. José Martins Júnior<sup>39</sup>.

Esta situação manteve-se até 2019 (45 anos, depois), data em que o actual bispo, D. Nuno Martins, reintegrou o mencionado sacerdote na Diocese<sup>40</sup>.

---

<sup>36</sup> Comunicado *Contra o fascismo ofensiva popular*, 26 (?) de Julho (?) de 1975 (?), Centro de Informação Popular de Machico, C. A.; *Comunicado ao povo trabalhador*, Centro de Informação Popular de Machico, 27 de Julho de 1975, C. A.; *Diário de Notícias*, Funchal, 26 de Julho de 1975, A manifestação de amanhã, ARM; *Diário de Notícias*, Funchal, 27 de Julho de 1975, Dispositivo de segurança accionado pelo COPMAD, ARM; *Jornal da Madeira*, Funchal, 29 de Julho de 1975, A manifestação do Partido Popular Democrático, ARM.

<sup>37</sup> *Carta Aberta ao Brigadeiro Azeredo*, 23 de Outubro de 1975, Centro de Informação Popular de Machico, C. A.; Panfleto *O Povo tem de vencer – Os últimos acontecimentos*, Centro de Informação Popular de Machico, 19 de Outubro de 1975, C. A.

<sup>38</sup> *Carta do Bispo do Funchal, dirigida ao Rev. Padre José Martins Júnior*, Funchal, 5 de Novembro de 1974, C. A.; *Diário de Notícias*, Funchal, 7 de Novembro de 1974, Comunicados – Paróquia da Ribeira Seca-Machico, datado de 6 de Novembro de 1974, C. PMCM; *Diário da Madeira*, Funchal, 16 de Novembro de 1974, Padre Martins de Machico depõe acerca da sua demissão, após “aliciante” comédia com o homem do momento – o senhor Bispo do Funchal, C. PMCM.

<sup>39</sup> *Diário de Notícias*, Funchal, 7 de Novembro de 1974, Comunicados – Paróquia da Ribeira Seca-Machico, C. PMCM; *Diário de Notícias*, Funchal, 8 de Novembro de 1974, Católicos da Ribeira Seca exigem recondução do pároco, C. PMCM; *Diário Popular*, Lisboa, 8 de Novembro de 1974, A Paróquia da Ribeira Seca separa-se da Diocese do Funchal – por decisão do povo, C. PMCM; *Jornal da Madeira*, Funchal, 8 de Novembro de 1974, Outra vez a cidade sob tensão, C. PMCM.

<sup>40</sup> Diocese do Funchal, 2019, Decreto de remissão da pena de suspensão *a divinis* do padre José Martins Júnior.

## Promoção da mudança municipal

Podemos considerar que esta foi uma das acções mais importantes do período do “25 de Abril” em Machico, pois este assunto esteve presente na vida local, durante cerca de 17 meses (de Junho de 1974 a Outubro de 1975)<sup>41</sup>.

Deste processo municipal, baseado na reivindicação popular, de modo sintético, apresentamos o seguinte curso: 1) sob o lema de uma “Câmara limpa e aberta”, o CIPM organizou as consultas populares que resultaram na escolha de uma Comissão Administrativa da CMM (Câmara Municipal de Machico), que foi empossada em 24 de Setembro de 1974, sob a presidência de José Alexandre Teixeira<sup>42</sup>; 2) depois, houve a contestação popular, face à condução política deste presidente, que fora considerado um “traidor do povo”<sup>43</sup>; 3) por consequência, aconteceu a ocupação dos Paços do Concelho, em 8 de Fevereiro de 1975, tendo sido demitido o presidente da CMM<sup>44</sup>; 4) seguiu-se a nomeação de José Martins Júnior para dirigir o município, tendo este tomado posse em 8 de Abril de 1975<sup>45</sup>; 5) este presidente foi exonerado pelo governador da Madeira, Carlos Azeredo, na

---

<sup>41</sup> Lino Martins, *O 25 de Abril em Machico: Centro de Informação Popular 1974-75*, Machico, Câmara Municipal de Machico, 2017.

<sup>42</sup> *Diário de Notícias*, Funchal, 26 de Julho de 1974, Comunicado do Centro de Informação Popular – Sondagem pública para a eleição da Comissão Administrativa, C. PMCM; *Diário de Notícias*, Funchal, 4 de Outubro de 1974, Comunicado do Centro de Informação de Machico, datado de 12 de Setembro de 1974, ARM; *Diário de Notícias*, Funchal, 25 de Setembro de 1974, A Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Machico tomou ontem posse, C. PMCM; *Jornal da Madeira*, Funchal, 4 de Outubro de 1974, Comunicado do Centro de Informação Popular de Machico, datado de 12 de Setembro de 1974, C. PMCM; *Jornal da Madeira*, Funchal, 25 de Setembro de 1974, A posse da Comissão Administrativa do Concelho de Machico, C. PMCM.

<sup>43</sup> *Comércio do Funchal*, Funchal, 29 de Novembro a 4 de Dezembro de 1974, Mesa redonda com os responsáveis do Centro de Informação Popular, C. PMCM; *Comércio do Funchal*, Funchal, 20 a 27 de Fevereiro de 1975, Machico: A verdade dos factos, C. A.; Panfleto *Povo de Machico*, Centro de Informação Popular de Machico, Janeiro (?) de 1975 (?), C. A.; Panfleto *A Comissão Administrativa da Câmara de Machico, Uma carta do Povo do Santo da Serra, Lombo das Faias*, 22 de Janeiro de 1975, Centro de Informação Popular, 5 de Fevereiro de 1975, C. A.

<sup>44</sup> *Comércio do Funchal*, Funchal, 20 a 27 de Fevereiro de 1975, Machico: A verdade dos factos, C. A.; *Diário de Notícias*, Funchal, 9 de Fevereiro de 1975, Em Machico: manifestantes ocupam o átrio do município exigindo a demissão do presidente, C. PMCM; *Diário da Madeira*, Funchal, 15 de Fevereiro de 1975, Comunicado do Comando Territorial Independente da Madeira - Câmara Municipal de Machico, C. A.; *Diário Popular*, Lisboa, 10 de Fevereiro de 1975, O Povo de Machico ocupou a Câmara Municipal, C. PMCM; Panfleto *Gente de Machico*, s. n., 9 (?) de Fevereiro (?) de 1975 (?), C. A.; Panfleto *Vimos hoje de novo*, s. n., 8 (?) de Fevereiro (?) de 1975 (?), C. A.

<sup>45</sup> *Diário de Notícias*, Funchal, 9 de Abril de 1975, Empossado o novo presidente da Comissão Administrativa do concelho de Machico, ARM; *Jornal da Madeira*, Funchal, 9 de Abril de 1975, Governo do Distrito Autónomo do Funchal-Informação aos meios de comunicação social, ARM; Panfleto *A Luta do Povo de Machico*, s. n., Outubro (?) de 1975 (?), C. A.

sequência do suposto “Tribunal Popular” de 29 de Agosto de 1975 (assembleia popular em que se procedeu à identificação de jovens apoiantes da FLAMA)<sup>46</sup>.

Este movimento popular fez abalar o poder municipal do período da ditadura e até então visto como uma instituição intocável, tendo-se ensaiado uma experiência nova na sociedade machiquense e regional, sob a designação de “poder popular”, assumindo o CIPM funções de liderança e acompanhamento<sup>47</sup>.

### Centro de Informação Popular de Machico

Embora tivesse nascido nos princípios de Maio de 1974, a sua constituição legal só teve lugar em 6 de Maio de 1975<sup>48</sup>.

Foi uma das primeiras associações cívicas do pós-“25 de Abril” na Madeira, surgindo, a nível regional, mesmo antes de alguns movimentos e partidos políticos (PPD, CDS, PS)<sup>49</sup>.

Teve uma função múltipla: dinamização, organização, apoio, acompanhamento e divulgação das diferentes acções revolucionárias em Machico e na Madeira. A sua liderança foi fortemente marcada pelo seu fundador n.º 1, José Martins Júnior<sup>50</sup>.

---

<sup>46</sup> *Diário de Notícias*, Funchal, 9 de Setembro de 1975, A demissão do Padre Martins e os factos ocorridos em Machico no dia 29 de Agosto – um esclarecimento do Governo do Distrito, datado de 7 de Setembro de 1975, C. PMCM; *Jornal da Madeira*, Funchal, 5 de Setembro de 1975, Governo do Distrito demite Padre José Martins das funções de Presidente da C. Administrativa de Machico, C. PMCM; Panfleto *A Luta do Povo de Machico*, s. n., Outubro (?) de 1975 (?), C. A.

<sup>47</sup> Lino Martins, *O 25 de Abril em Machico: Centro de Informação Popular 1974-75*, Machico, Câmara Municipal de Machico, 2017; Panfleto *A Luta do Povo de Machico*, s. n., Outubro (?) de 1975 (?), C. A.

<sup>48</sup> *Comércio do Funchal*, Funchal, 29 de Novembro a 4 de Dezembro de 1974, Mesa redonda com os responsáveis do Centro de Informação Popular de Machico, C. PMCM; *Livro de notas nº 217*, Cartório Notarial de Machico, 1976, C. A.

<sup>49</sup> Lino Martins, *Ob. Cit.*

<sup>50</sup> *Jornal da Madeira*, Funchal, 23 de Agosto de 1974, Comunicado do Centro de Informação Popular de Machico a propósito de «Democracia em Machico?»”, datado de 21 de Agosto de 1974, C. PMCM; Lino Martins, *O 25 de Abril em Machico: Centro de Informação Popular 1974-75*, Machico, Câmara Municipal de Machico, 2017.

## **Conclusão**

Como balanço destas actividades, podemos considerar que Machico secundou o processo revolucionário do “25 de Abril”, tendo-se afirmado como uma terra activa na propagação das suas ideias noutros concelhos madeirenses. Apresentando-se como uma das localidades onde mais se fez sentir o “25 de Abril”, aqui se registaram várias alterações sociais e políticas.

Como fruto do movimento revolucionário, este espaço madeirense tem assistido ao funcionamento da alternância democrática e, ainda hoje, é conhecido por “Machico, Terra de Abril”.

## **Fontes E Bibliografia**

### **Fontes**

#### **Arquivo Regional da Madeira**

CMM, Registo de correspondência recebida, 1974

#### **CIPM (Colecções do Autor e de Pedro Miguel Calaça Martins)**

Comunicados à população e à imprensa

Convocatórias

Correspondência expedida e recebida

Documentação diversa: Baleeiros do Caniçal; Comissão da Machitur; Comissão de Ocupação da CMM; Cooperativa Povo Unido; Comissão dos Produtores de Cana de Machico; Comissão dos Produtores de Cana da Madeira; Departamento de Coordenação Municipal; Comissão Directiva do Jardim-de-infância; União das Bordadeiras de Machico; União do Povo da Madeira

Documentos de contabilidade

Escrituras

Estatutos

Fichas de atendimento

Fichas dos escrutínios populares

Impressos

Panfletos

Recortes da imprensa

### **Publicações periódicas**

*A Capital*, Lisboa, 1975

*O Caseiro*, Funchal, 1976-1978

*Comércio do Funchal*, Funchal, 1974-1975

*Diário da Madeira*, Funchal, 1974-1975

*Diário de Notícias*, Funchal, 1974-1975

*Diário de Notícias*, Lisboa, 1975

*Diário Popular*, Lisboa, 1974-1975

*Flama*, Lisboa, 1975

*Jornal da Madeira*, Funchal, 1974-1975

*O Século*, Lisboa, 1975

### **Bibliografia**

AZEREDO, Carlos de, *Trabalhos e Dias de um Soldado do Império*, Porto, Livraria Civilização Editora, 2004.

BICA, António, “Algumas considerações sobre a colónia da Madeira e a sua extinção”, in Lizardo, João, (coord.), *Caseiros e Senhorios nos Finais do Século XX na Madeira. O Processo de Extinção da Colonia*, Santa Maria da Feira, Edições Afrontamento, 2009, pp. 47-52.

CALDEIRA, Duarte, O início do processo de extinção, in Lizardo, João, coord. (2009), *Caseiros e Senhorios nos Finais do Século XX na Madeira. O Processo de Extinção da Colonia*, Santa Maria da Feira, Edições Afrontamento, 2009, pp. 38-41.

CALISTO, Luís, *Achas na autonomia*, Funchal, Edição Diário de Notícias do Funchal, 1995.

GOUVEIA, Gregório, *Madeira: tradições autonomistas e Revolução dos Cravos*, Funchal, G. Gouveia, 2002.

LIZARDO, João, “A situação da colónia à data do 25 de Abril de 1974”, in Freitas, João Abel (coord.), *A Madeira na História – Escritos sobre a pré-autonomia*, Lisboa, Âncora Editora, 2008, pp. 191-232.

MARTINS, Lino Bernardo Calaça, *O 25 de Abril em Machico – Centro de Informação Popular 1974-75*, Machico, Câmara Municipal de Machico, 2017.

MATTOSO, José (dir.) *História de Portugal*, vol. 8, coord. de Ferreira, José Medeiros, Portugal em Transe (1974-1985), Lisboa, Editorial Estampa, 1995.

NEPOMUCENO, Rui, *As crises de subsistência na História da Madeira*, Lisboa, Editorial Caminho, 1994.

RIBEIRO, João Adriano, *Machico – subsídios para a história do seu concelho*, Machico, Edição Câmara Municipal de Machico, 2001.

ROSAS, Fernando, *Pensamento e Acção política, Portugal século XX (1890-1976)*, Lisboa, Editorial Notícias, 2004.

SABINO, Amadeu Lopes, *Portugal é demasiado pequeno (1974-1976)*, Coimbra, Editora Centelha, 1976.

SILVA, Vicente Jorge, *O Comércio do Funchal e a Autonomia*, Lisboa, Edição Viver a Madeira, 2006.

VERÍSSIMO, Nelson, *Relações de Poder na Sociedade Madeirense do Século XVII*, Funchal, Secretaria Regional do Turismo e Cultura-Direcção Regional dos Assuntos Culturais, 2000.

## **A expansão do associativismo desportivo: o caso de Odivelas (1974-1982)**

**Pedro Serra** (HTC - NOVA FCSH/CFE-UC)

### **Resumo:**

Logo após o 25 de Abril, verificou-se em Portugal um forte incremento na criação de associações, em particular de clubes desportivos. O território do atual município de Odivelas foi entre 1974 e 1982 um exemplo desta tendência, visível na expansão e diversificação da atividade desportiva local. Os clubes odivelenses enfrentavam, no entanto, problemas como a falta de instalações adequadas, a escassez e fragmentação dos apoios autárquicos ou a reduzida participação dos cidadãos no quotidiano das coletividades.

**Palavras-chave:** 25 de Abril, clubes, desporto, Odivelas, poder local

### **Abstract:**

Soon after the Carnation Revolution, the creation of associations, particularly sports clubs, strongly increased in Portugal. The current Odivelas municipality's area was between 1974 and 1982 an example of this trend, as local sports activity grew and diversified. Odivelas' clubs faced, however, problems such as the lack of proper facilities, scarce and fragmentary support from autarchical powers or the weak participation of local citizens on the associations' daily life.

**Keywords:** "25th of April", clubs, local power, Odivelas, sports

### **Introdução: Fazer história local do desporto**

A publicação de sínteses da história do futebol e de outras modalidades em Portugal, tal como o início de trabalhos científicos sobre os principais clubes do país, em particular os chamados “três grandes”, criou bases para a abordagem do fenómeno desportivo numa escala micro. A área de estudos que designamos

por “história local do desporto” refere-se à investigação acerca da evolução da atividade desportiva num território de dimensões reduzidas, que pode corresponder a uma região, um município, uma freguesia ou mesmo um bairro de cidades como Lisboa, Porto ou Setúbal. Seja através do estudo de caso de uma coletividade ou da criação de narrativas centradas na prática de várias modalidades na área geográfica predefinida, este tipo de análise possui múltiplas vantagens, contribuindo para um melhor conhecimento das diferentes povoações e o enquadramento de situações particulares em tendências nacionais e internacionais.

Fontes como a imprensa desportiva e generalista, monografias e outros livros relativos à história local, arquivos distritais, municipais e particulares ou publicações nas redes sociais, complementadas se possível com outras iniciativas (entrevistas, recolhas de artefactos, etc.), permitem recolher informação útil para a descrição da prática desportiva num espaço limitado. O conjunto dos dados reunidos abre possibilidades variadas, tendo em conta que a rede associativa e a prática formal ou informal do desporto traduzem dinâmicas sociais, económicas e demográficas dos territórios onde se desenvolvem. Da mesma forma, a atividade desportiva não se encontra isolada do ambiente político e ideológico do período em que se realiza e interage com ele. Além desta ligação a fenómenos mais vastos, o desporto constitui em si mesmo um notável objeto de estudo e a recuperação da memória de clubes, atletas ou competições poderá revalorizar pessoas e acontecimentos importantes na construção de identidades locais.

## **O caso de Odívelas**

Nos primeiros anos após o 25 de Abril, o associativismo conheceu uma forte expansão, estimulada pelo ambiente de forte mobilização cívica e pelo desaparecimento de restrições à liberdade de associação como a necessidade de aprovação estatal dos estatutos e corpos gerentes das coletividades. Os apoios do poder local e central à democratização do desporto contribuíram também para a criação neste período de clubes que trouxeram uma nova

dinâmica às diferentes modalidades. O estudo da atividade desportiva no território do atual município de Odivelas (então integrado no concelho de Loures) entre 1974 e 1982 parece-nos relevante para um melhor conhecimento desse processo e das limitações que enfrentou.

No final do Estado Novo, a área geográfica em análise dividia-se administrativamente nas freguesias de Caneças, Odivelas e Póvoa de Santo Adrião e atravessava profundas transformações resultantes do fenómeno da suburbanização. A instalação nos arredores de Lisboa de numerosos migrantes oriundos de outras regiões do país levava à urbanização rápida e desordenada da antiga zona saloia. No caso da freguesia de Odivelas, a população residente aumentou de 6772 para 51 037 pessoas entre 1950 e 1970. Surpreendidas pela velocidade da mudança, as autarquias falhavam na criação de equipamentos coletivos, incluindo os de âmbito desportivo. No início da década de 70, existia nas três freguesias mencionadas um número reduzido de clubes federados, entre os quais se destacava o Odivelas Futebol Clube, com presença regular nas competições nacionais de futebol. Em simultâneo, surgiam informalmente várias equipas que disputavam os torneios do chamado “futebol popular”. Os novos clubes formados a partir de 1974 visaram responder à acentuada procura local da prática desportiva, favorecida pelo crescimento acelerado de uma população maioritariamente jovem.

A partir do levantamento que fizemos, identificámos até agora 21 coletividades com atividade desportiva fundadas no território aqui estudado entre 1974 e 1982, num ritmo de expansão da rede associativa sem paralelo nas décadas anteriores e posteriores. De acordo com dados publicados na imprensa<sup>51</sup>, encontravam-se ativos em 1982 na freguesia de Odivelas 13 clubes com 2326 praticantes, dos quais 81,9% eram menores de 18 anos e que se concentravam especialmente nas modalidades de ginástica, futebol, atletismo e andebol. Vários testemunhos apontam mesmo um certo exagero na multiplicação de coletividades, do qual teria resultado a fragmentação das

---

<sup>51</sup> *Jornal de Odivelas*, junho de 1982.

massas associativas e dos subsídios atribuídos aos clubes. A profusão de emblemas contribuiu para a diversificação das modalidades praticadas em Odivelas, que antes do 25 de Abril consistiam sobretudo no futebol e no ciclismo e passaram a abranger desportos como o andebol, o atletismo, a ginástica, o basquetebol ou o hóquei em patins. A título de exemplo, podemos referir a atividade do Centro de Desporto Popular de Odivelas (conhecido pela sigla CDPO), uma coletividade fundada em 1976 que, entre outras iniciativas, organizou anualmente a partir de 1979 a corrida Odivelas-Loures-Odivelas, com forte adesão de clubes e atletas<sup>52</sup>.

Apesar do dinamismo associativo, os dirigentes das coletividades queixavam-se à imprensa de obstáculos ao funcionamento destas, entre eles a escassez de espaços disponíveis para treinos e jogos, os insuficientes apoios autárquicos ou o desinteresse da maior parte dos moradores pela vida dos clubes locais. Com poucas centenas de sócios, a maioria dos emblemas não dispunha de instalações próprias além das suas sedes (alguns não tinham sequer uma sede), recorrendo a equipamentos cedidos ou alugados para praticar as diferentes modalidades, geralmente menos de três em cada clube. A ausência de estruturas municipais como estádios, piscinas ou pavilhões dificultava a expansão da atividade desportiva e levava muitos jovens odivelenses a inscreverem-se nos principais clubes de Lisboa. Os subsídios fornecidos por entidades como a Câmara de Loures, as juntas de freguesia e a Direção-Geral dos Desportos revelavam-se escassos para as necessidades técnicas e logísticas das coletividades.

No conjunto da história do desporto no município de Odivelas, o período entre 1974 e 1982 destaca-se pelo rápido crescimento do tecido associativo, expresso na criação de vários clubes ainda hoje ativos e de outros que não resistiram à precariedade dos seus meios e estruturas. A política desportiva seguida ao nível autárquico era ainda incipiente, com esboços das estratégias de apoio às coletividades e construção de equipamentos que o município de Loures

---

<sup>52</sup> *Voz do Povo*, 18 de janeiro de 1980.

e as juntas de freguesia desenvolveriam nas décadas de 80 e 90. Um estudo mais aprofundado das origens dos diferentes clubes e do seu quotidiano desportivo e organizativo na época em causa poderá fornecer novos dados sobre o tema. Importa ainda tentar compreender a relação existente no território odivelense entre um meio desportivo plural e dinâmico e uma comunidade local pouco disponível para apoiá-lo.

## **Conclusão**

Tal como a história local no seu conjunto, o estudo do desporto numa dimensão municipal ou regional enfrenta obstáculos ao nível das entidades financiadoras ou dos públicos eventualmente interessados no produto final da investigação. As restrições das fontes implicam numerosas lacunas, sobretudo no que respeita a períodos mais recuados ou a práticas informais das quais escasseiam os registos. No entanto, a história local do desporto surge-nos como um tema ainda muito inexplorado e cujo desenvolvimento apresenta potencial para fornecer novas pistas acerca da maneira como o associativismo se espalhou pelo território português, estimulando sentimentos de pertença e rivalidade nas comunidades ou esbarrando em condições adversas. O aumento do número de clubes desportivos sediados no atual território odivelense entre o 25 de Abril e inícios da década de 1980 fornece-nos um exemplo destas tendências, na medida em que um ambiente político-ideológico propício ao incremento da prática desportiva convivia com limitações ao nível dos equipamentos disponíveis e uma carência de espírito comunitário desfavorável à vida associativa. Compreender o que há de específico e de generalizável neste e noutros casos a estudar é essencial para novas abordagens da história do desporto.

## **Fontes e bibliografia**

### **Publicações periódicas**

*A Capital*

*A Comuna*

*O Cultural*

*O Diário*

*O Exemplar*

*Jornal da Pontinha*

*Jornal de Odivelas*

*Loures Magazine*

*Luta Popular*

*O Notícias de Loures*

*Record*

*Spiridon*

*Vento Novo*

*Voz do Povo*

## **Bibliografia**

*1.º Encontro das Organizações Populares do Concelho de Loures*, Venda Nova, s.e., 1975.

BANHA, Rui, *O Associativismo em Loures. Retrato das Associações Voluntárias com Actividades Culturais, Recreativas e Desportivas – 1989/90*, Loures, Câmara Municipal de Loures, 1994.

*Carta Desportiva do Concelho de Odivelas*, Odivelas, policopiado, 2010.

*Contributos para a História da Póvoa de Santo Adrião*, Póvoa de Santo Adrião, Junta de Freguesia da Póvoa de Santo Adrião, 1996.

KUMAR, Rahul, “Os piratas da corrida: fragmentos para a história da popularização do atletismo em Portugal”, in NEVES, José, DOMINGOS, Nuno, coord., *Uma História do Desporto em Portugal*, vol. III, *Classe, Associativismo e Estado*, Vila do Conde, Quidnovi, 2011.

*Loures, Tradição e Mudança. I Centenário da Formação do Concelho, 1886-1986*, vol. II, Loures, Câmara Municipal de Loures, 1986.

*A Revolução de Abril e o Povo de Odivelas. Apontamentos para a história local*, Odivelas, Coligação Democrática Unitária, 2014.

SERRADO, Ricardo, SERRA, Pedro, *História do Futebol Português – Uma Análise Social e Cultural*, vol. I-II, 2.<sup>a</sup> edição, Lisboa, Prime Books, 2014.

VAZ, Maria Máxima, *O Concelho de Odivelas: Memórias de um Povo*, Odivelas, Comissão Instaladora do Município de Odivelas, 2000.

VAZ, Maria Máxima, *Memórias de Olival Basto*, Olival Basto, Junta de Freguesia de Olival Basto, 2009.

### **Webgrafia**

<http://afl.pt> (consultado em 2 de setembro de 2023)

<http://aofundodaminharua1.blogspot.com> (consultado em 1 de julho de 2023)

<http://hdodivelas.blogs.sapo.pt> (consultado em 5 de setembro de 2023)

# Local no Regional: o enquadramento regional através do mapa

**Bernardo Souza** (FLUP)

## Resumo

A História Local pode ser à sua escala, mas os processos históricos não ocorrem de forma isolada do seu cenário regional. Por isso, partimos do pressuposto de que é necessário tratar fenómenos locais, enquadrando-os nos seus contextos regionais, para aprofundar o entendimento da questão em análise. Num momento em que as Humanidades se tornam cada vez mais espaciais, é necessário desenvolver na História Local uma consciência de como se pode ter projetos não-cartográficos utilizando o «mapa antigo» e o «mapa temático» como ferramentas de um enquadramento regional.

**Palavras-chave:** História Local; Mapa temático; Mapa antigo.

## Abstract

While Local History may be its scale, historical processes do not unfold in isolation from their regional context. Therefore, it is essential to analyze local phenomena within a regional framework to further results of such studies. As the Humanities become increasingly spacialized, it is critical for scholars of Local History to recognize the value of incorporating cartographic tools, even in studies not grounded in map-making. This text seeks to introduce the «ancient map» and the «thematic map» as a tool for the regional context in the studies of Local History.

**Keywords:** Local History; Thematic map; Ancient map.

## Introdução

A História Local é à sua escala. É mais detalhada do que os outros tipos, por estar mais próxima, familiarizada e sensível às dinâmicas, aos fenómenos e aos eventos particulares de uma localidade ou uma comunidade. Está intrinsecamente

ligada ao seu espaço, seja este um cenário, uma personagem ou até um protagonista. Porém, nem o espaço, nem a História Local, e por extensão a localidade/comunidade, existem desarticuladas do seu quadro regional. Logo, os estudos locais não devem ser realizados sem terem em conta esta escala mais geral, pela necessidade de contexto.

Este texto pretende incentivar o uso de mapas antigos ou mapas temáticos. Num cenário académico onde as Humanidades se tornam mais espaciais<sup>53</sup>, é necessário desenvolver na História Local uma consciência de como podemos ter projetos não-cartográficos utilizando mapas. Afinal, em que se traduz este interesse da utilização da Cartografia? Ter um recurso capaz de situar e relacionar estudos de História Local num contexto regional sem tirar o foco da temática em estudo, mas oferecendo ao leitor, e ao autor, uma perspetiva mais ampla.

Primeiramente, partimos do pressuposto que é necessário tratar fenómenos locais, enquadrando-os nos seus contextos regionais, para aprofundar o entendimento da questão em análise. Esta não é uma tarefa secundária e não deve ser um estorvo ao texto, mas um ‘segundo texto’<sup>54</sup>, papel que o mapa pode e deve desempenhar<sup>55</sup>. Segundo, há um acrescento qualitativo para a comunicação da informação ao situar o leitor no cenário mais geral. Do mesmo modo, uma etapa analítica adquire uma maior robustez ao não excluir a realidade ‘periférica’ e, fornece meios não normativos de relacionamento de informações e novas inquirições ao leitor e ao autor<sup>56</sup>.

---

<sup>53</sup> Sobre a temática: Ian Gregory; Alistair Gedds (Coord.), *Towards Spatial Humanites: Historical Gis and Spatial History*. Bloomington, Indiana University Press, 2014.

<sup>54</sup> Rob KITCHIN; Martin DODGE, “Exposing the ‘second text’ in maps of the Network Society”, in *Journal of Computer-Mediated Communication*, 2006, vol 5, nº 4. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/j.1083-6101.2000.tb00350.x>.

<sup>55</sup> Helen WALLIS, “Maps as mediam of scientific communication”, in *Studia z siejow Geografii i Kartografii*, 1973, Varsóvia, pp. 252-262. pp. 253.

<sup>56</sup> Para uma análise de viés psicológico: Nisia Martins ROSÁRIO, “Mitos e Cartografias: novos olhares metodológicos na comunicação”, in *Perspectivas metodológicas em comunicação*. João Pessoa, EDUFPB, 2008.

Ambos os pontos podem ser resolvidos pela inclusão de mapas, antigos ou temáticos, à investigação; os quais representam uma série de dados e informações, espaciais e não só, neste ‘segundo texto’.

Procuraremos expandir a provocação que no *VII Congresso de História Local* (Lisboa, 2 a 4 de novembro, 2023) se fez: *como podemos situar e relacionar temáticas locais através no de um mapa no seu contexto regional?* A resposta passará, num primeiro momento, por uma apresentação do «mapa». Num segundo ponto analisaremos o papel que o «mapa antigo», em específico do final do Antigo Regime<sup>57</sup>, pode desempenhar como ferramenta contextual além de fonte geo-histórica. Numa terceira, e última etapa, recuperando um exemplo de mapa temático, *O Ducado de Barcelos no Entre Douro-e-Minho, século XVIII*, que desempenhou a tarefa de enquadramento regional um estudo anterior<sup>58</sup>. Não temos por ambição realizar uma revisão da literatura ou uma lista de fontes, mas sim prover recursos introdutórios a utilização de mapas nas mais distintas investigações da História Local, o que fizemos evitando definições e ‘tratados’ reconhecendo nestes um estágio mais avançado do que aquele que este texto pretende contribuir para.

## 1. O mapa

O «mapa» é objeto de fascínio e curiosidade, pelo seu poder de representação espacial e pela sua riqueza de temáticas, limitado somente pela imaginação do autor e a sua técnica. É uma ferramenta de poder<sup>59</sup>, dentro e fora da

---

<sup>57</sup> REILLY, Franz Johann Joseph von, “Die Landschaft Entre Duero und Traz-los Montes”. Wien, c.1800. 1 mapa: gravura, color.; 22,20x27,50 cm em folha de 30,90x46.00 cm. Disponível em: <https://purl.pt/30769>; CARVALHO, José Monteiro de “Carta Geographica da Provincia de Entre Douro Minho e Tras os Montes”. [entre 175- e 1777?]. 1 mapa: ms., p&b; 133x96 cm. Disponível em: <https://purl.pt/24999>; [Mapa de Setúbal], PT/AHP/CD/CDT/ Secção I II/cx.150/mç.102/doc.45; Arrançamento das Comarcas da Província de Trás-os-Montes suas cidades e vilas, as Povoações qua a cada uma pertencem seus fogos, PT/AHP/CD/CDT/ Secção I II/cx.151/mç.103/doc.3.

<sup>58</sup>SOUZA, Bernardo de, *Vermoim: um território do Entre Douro-e-Minho através da cartografia histórica (c.900-1835)*. Porto, FLUP, 2024.

<sup>59</sup> Brian HARLEY, “Maps, knowledge and power”, in *The Iconography of Landscape*. Cambridge, Cambridge University Press, 1988. pp. 277–312; Dennis Wood, *The Power of Maps*. New York, The Guilford Press, 1992.

academia<sup>60</sup>. São produtos «inerentemente ideológicos, recheados com os interesses de seus criadores»<sup>61</sup>. A instrumentalização destes para visualizar – ou silenciar<sup>62</sup> – questões de interesse público levou a popularização dos mapas temáticos pelo século XIX<sup>63</sup>, sem embargo mapas temáticos e antigos distinguem-se, sumariamente, pelos segundos serem fontes (manuscritas ou impressas) produzidas num tempo passado.

O poder da representação deriva da sua comunicação efetiva, sobre qual a Figura 1 pretende sintetizar. Note-se que a noção de mapa está para lá da mera representação espacial ou geográfica, em parte porque este é provocado a existir por uma questão que será respondida consoante a intenção e objetivo do autor<sup>64</sup>. Por outro lado, como Palsky apresenta, o mapa é «tão complexo como qualquer descrição de outro produto do domínio artístico»<sup>65</sup>, ou seja, podemos identificar neste objeto uma rede de símbolos e significados com propósitos bem definidos e esteticamente ordenados<sup>66</sup>. Aspetos práticos e subjetivos que não devem os desconsiderar ao utilizar o «mapa».

---

<sup>60</sup> Gillian Rose, *Feminism and Geography: The Limits of Geographical Knowledge*. Minnesota, University Minnesota Press, 1993.

<sup>61</sup> Rob KITCHIN; Martin DODGE; Chris PERKINS, “Introductory Essay: Power and Politics of Mapping”. in *The Map Reader: Theories of Mapping Practice and Cartographic Representation*. Oxford, John Wiley & Sons, 2011. pp. 439-446. pp. 441. [Tradução própria, excerto original: «inherently ideologically loaded, vested with the interests of their creators»].

<sup>62</sup> *Ibidem*, pp. 442.

<sup>63</sup> Um estudo aprofundado: Arthur Robinson, *Early Thematic Mapping in the History of Cartography*. Chicago, University of Chicago Press, 1982.

<sup>64</sup> Chris PERKINS, “Cartography: cultures of mapping power in practice”, in *Progress in Human Geography*, 2004, vol 28, nº 3. pp. 381-391; J. Pickles, *A History of spaces: cartographic reason, mapping and the geo-coded world*. London, Guilford, 2004. pp. 66 e ss; Jeremy CRAMPTON, “Being ontological: response to poststructuralism and GIS: is There a disconnet?”, in *Environment and planning D: Society and Space*, 2009, vol 27, nº 4. pp. 603-608.

<sup>65</sup> Gilles PALSKY, “Des représentations topographiques aux représentations thématiques”, in *Bulletin de l'Association de géographes français*, 1984, nº 505-506, 61e année. pp. 389-398. pp. 390. [Tradução própria, excerto original: «souci de décrire comme d'ailleurs dans le domaine artistique»].

<sup>66</sup> Sobre as relações entre a cartografia e a arte, numa perspetiva histórica: Ronald REES, “Historical Links between Cartography and Art”, in *Geographical Review*, 1980, vol. 70, no. 1, pp. 61–78. Disponível em: <https://doi.org/10.2307/214368>.

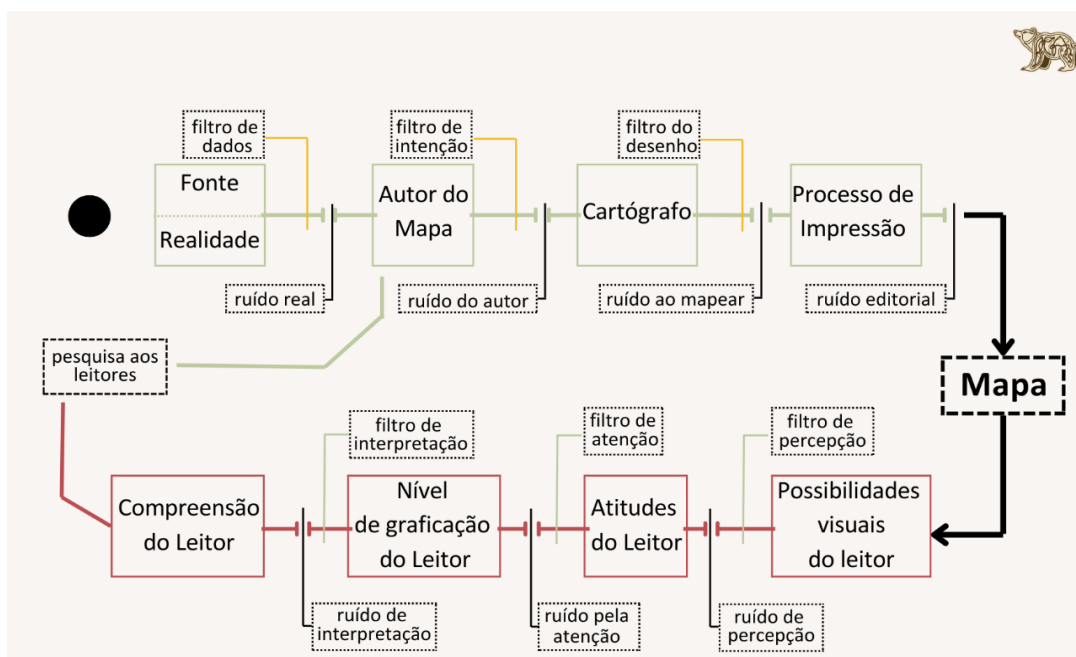


Figura 1. A comunicação cartográfica.

Adaptado de: Ronald JOLLIFFE, “An information theory approach to cartography”, in *Cartography*, 1975, nº 8, issue 4. pp. 175-181. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/00690805.1974.10437802>.  
Elaborado em: Canva. Autoria: Bernardo de Souza.

A popularidade da cartografia pode não ter sido absoluta no séc. XX, mas foi um recurso importante de vários estudos das Humanidades. Hoje a existência de sistemas cartográficos (QGIS e ArcGIS, por exemplo) tem tornado mais fácil a elaboração de mapas.

Desde os anos 1990, os sistemas computadorizados baseados no SIG<sup>67</sup> (Sistemas de Informação Geográficos) passaram a oferecer um «mapeamento divino»<sup>68</sup>. Um meio operacional ágil e cómodo, capaz de transformar dados quantitativos e qualitativos em representações espaciais devido a capacidade destes *softwares* cartográficos de utilizarem bases de dados relacionais. O mapa pode, inclusive, ser unicamente elaborado com sistemas e dados de acesso aberto

<sup>67</sup> A. MACEACHREN, “Cartography, GIS, and the worldwideweb”, in *Progress in Human Geography*, 1998, nº 22. pp. 228-229.

<sup>68</sup> Rob KITCHIN; Martin DODGE, “Rethinking maps”, in *Progress in Human Geography*, 2007, vol 31, nº 3. pp 331-344. pp. 332. [Tradução própria, excerto original: god-like positionality]

(*open-access* e *open-source*)<sup>69</sup> o investigador somente tem de lhe incluir os dados temáticos de sua investigação. Logo, as representações cartográficas passaram a popularizar, enquanto são elaborados de modo mais exato e replicável<sup>70</sup>, favorecendo formas alternativas de visualização de dados.

Porém, mesmo com sistemas que realizam pelo autor o tratamento simbólico é necessário recordar e fazer uso dos importantes avanços da *Semiologia Gráfica*<sup>71</sup>, expandidos por S. Bonin<sup>72</sup> e revistos em 1977<sup>73</sup>. Esta corrente teórica da cartografia temática busca fornecer um conjunto de diretrizes claras e práticas para a elaboração de mapas. Construiu-se uma ‘gramática’ que permite uma interpretação ‘imediate’ por parte do leitor. A semiologia apoia-se nas relações de diversidade/semelhança, ordem e proporcionalidade, além das variáveis de tamanho, textura, valor, cor, orientação e forma, que são representadas por pontos, linhas e manchas<sup>74</sup>. Um outro importante contributo é o de R. Brunet<sup>75</sup>, através da Coremática, numa tentativa de estabelecer diretivas ao tratamento cartográfico de estruturas complexas, num esforço nominalmente de síntese, derivado da seleção, generalização e classificação. Estas diretivas, sintetizadas e complementadas na Figura 2, são essenciais para a superação de problemas de comunicação, assume-se por isso como um contributo vital para a Cartografia manuscrita e digital. O valor das informações nos mapas só será

---

<sup>69</sup> Sobre o movimento de *open access* nos anos 90: C. DiBONA et. all (coord.), *Open sources: voices from the open-source revolution*. Sebastopol, O’Reilly, 1999. pp. 54-69; some-se a isso a emergência da empresa ERSI e o crowdsourcing QGIS. Como: Opentopography, Natural Earth e QGIS.

<sup>70</sup> José SANCHO COMÍNS, “De la realidad al mapa: ¿un proceso creativo más allá de la técnica?”, in *Estudios Geográficos*, 2019, vol. 80(286), e002. <https://doi.org/10.3989/estgeogr.201922.002>. pp. 8

<sup>71</sup> Jacques Bertin, *Sémiologie graphique*. Paris, La Haye, 1967.

<sup>72</sup> Serge Bonin, *Initiation a la graphique*. Paris, EPI, 1975.

<sup>73</sup> Jacques Bertin, *A neográfica e o tratamento gráfico da informação*. WERTPHALEN, Cecilia [trad.]. Curitiba, Editora da Universidade Federal do Paraná, 1986.

<sup>74</sup> Rosely Sampaio ARCHELA, “Contribuições da Semiologia Gráfica para a Cartografia Brasileira”, in *Geografia*, 2001, Londrina, v. 10, nº 1. pp. 45-50. pp 46.

<sup>75</sup> Roger Brunet, *Le croquis de Géographie régionale et économique*. 2º ed. Paris, Société d’Édition d’Enseignement Supérieur, 1967.

compreensível se o autor levar em conta o tratamento simbólico necessário para a comunicação efetiva com o leitor.

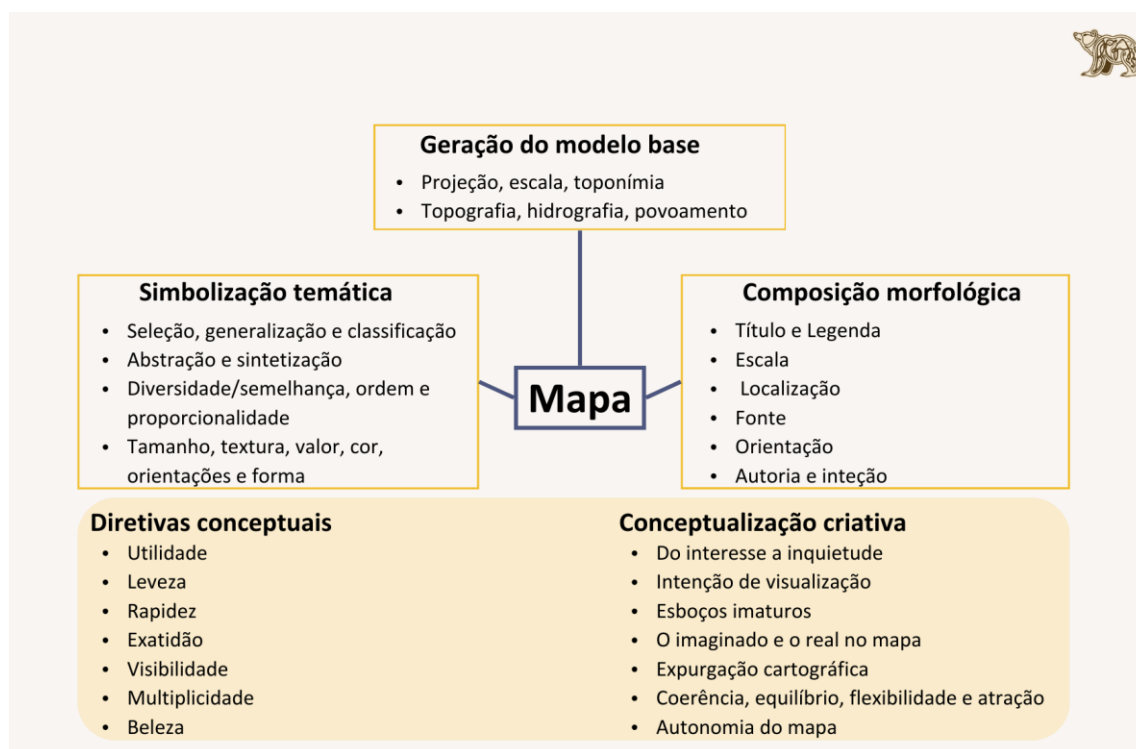


Figura 2. Elaborado em: Canva. Autoria: Bernardo de Souza.

Não obstante, no novo milênio, digital e computadorizado, existem velhos nuances na cartografia, os quais não advêm só do tratamento gráfico para a sua utilização em estudos locais. O grau de especificidade dos estudos de caso nem sempre é adequado a um mapa de grande detalhe, ou seja, de escala local. Mas a peça cartográfica pode complementar o texto ao situar o objeto de estudo. Pois, através de um mapa regional pode-se situar a localização da área em análise, identificar territórios e núcleos populacionais próximos e prover contexto geográfico. Desse modo, tornando a informação em foco no estudo mais perceptível ao leitor ao expandir o número de dados complementares ao fenômeno em análise

## 1. Os mapas antigos

Apesar da expansão de recursos, e até de manuais, para a elaboração de mapas este esforço cartográfico pode estar além dos objetivos ou das possibilidades de um estudo da História Local. O valor dos mapas para uma

contextualização regional dos estudos locais não pode ser reconhecido somente nos mapas temáticos, manuscritos ou digitais.

A cartografia antiga pode ser um recurso nesse sentido. Mais do que as representações geolocalizadas e com informações das bases de dados, estes documentos iconográficos podem dar ao autor e ao leitor um vislumbre ao espaço na sua concepção pretérita. Evidentemente que mapas sobre o mesmo espaço, digamos o Entre Douro-e-Minho e Trás-os-Montes como vista nas Figuras 3 e 4, podem representar um espaço e seus núcleos populacionais de modo distinto. Sem embargo, estas imagens podem fornecer precisamente aquilo que um estudo local necessita, situar e relacionar o local com o regional, sem desequilibrar o texto com a temática em foco. Esta é a potencialidade do mapa como ‘segundo texto’.



Figura 3. Die Landschaft Entre Duero und Traz-los Montes.

Fonte: REILLY, Franz Johann Joseph von, "Die Landschaft Entre Duero und Traz-los Montes". Wien, c.1800. 1 mapa: gravura, color.; 22,20x27,50 cm em folha de 30,90x46.00 cm. Disponível em: <https://purl.pt/30769>.



Figura 4. Carta Geographica da Provincia de Entre Douro Minho e Tras os Montes.

Fonte: CARVALHO, José Monteiro de “Carta Geographica da Provincia de Entre Douro Minho e Tras os Montes”. [entre 175- e 1777?]. 1 mapa: ms., p&b; 133x96 cm. Disponível em: <https://purl.pt/24999>.

Observemos mais um caso concreto, em 1790, a Rainha Maria I proclama a Lei da extinção das Ouvidorias, na década seguinte ocorrerá uma tentativa de reorganização administrativa, no quadro do Antigo Regime. Para a execução desta reforma uma série de oficiais enviados pela Coroa irão reportar sobre as ‘províncias do reino’<sup>76</sup>. Num estudo de caráter regional o oficial Juiz Demarcante Columbano Ribeiro de Castro, desde Trás-os-Montes, irá explicar a Lisboa a organização senhorial de todas as jurisdições da Província. A solução (Figura 5) encontrada passa pelo mapeamento dos fenómenos. Por meio de mapas anamórficos<sup>77</sup>, sem relação entre meio físico e a estrutura do fundo do mapa, relaciona as alçadas de poder e jurisdição, complementando o texto descritivo com uma imagem concreta, favorecendo a comunicação da informação.

O mapa *Arrançamento das Comarcas da Província de Trás-os-Montes* poderia servir para diferentes propósitos, como fonte histórica é uma síntese da

---

<sup>76</sup> Ana Cristina Nogueira da Silva, *O Modelo Espacial do Estado Moderno: Reorganização Territorial em Portugal nos Finais do Antigo Regime*. Lisboa, Estampa, 1998. [os mapas e o seu contexto de produção foram, pela autora, apresentados ao longo do texto].

<sup>77</sup> Nomenclatura anacrónica que tem o intuito de designar uma prática que à época não é identificada de modo individualizado ou teorizado; mas que podemos hoje, de modo didático, assim designar.

então organização territorial com um conteúdo bem descritivo ou, então, como exemplo de mapa anamórfico que poderia ser criado para outros períodos e territórios para que fosse tangível a ordenamento territorial do Antigo Regime. Contudo, poderíamos simplesmente tê-lo como testemunho, tal como poder-se-ia utilizar a transcrição de uma passagem, para que fosse compreensível ao leitor envolvido numa temática mais local as relações entre os territórios vizinhos, as fronteiras internacionais e a hierarquia regional.

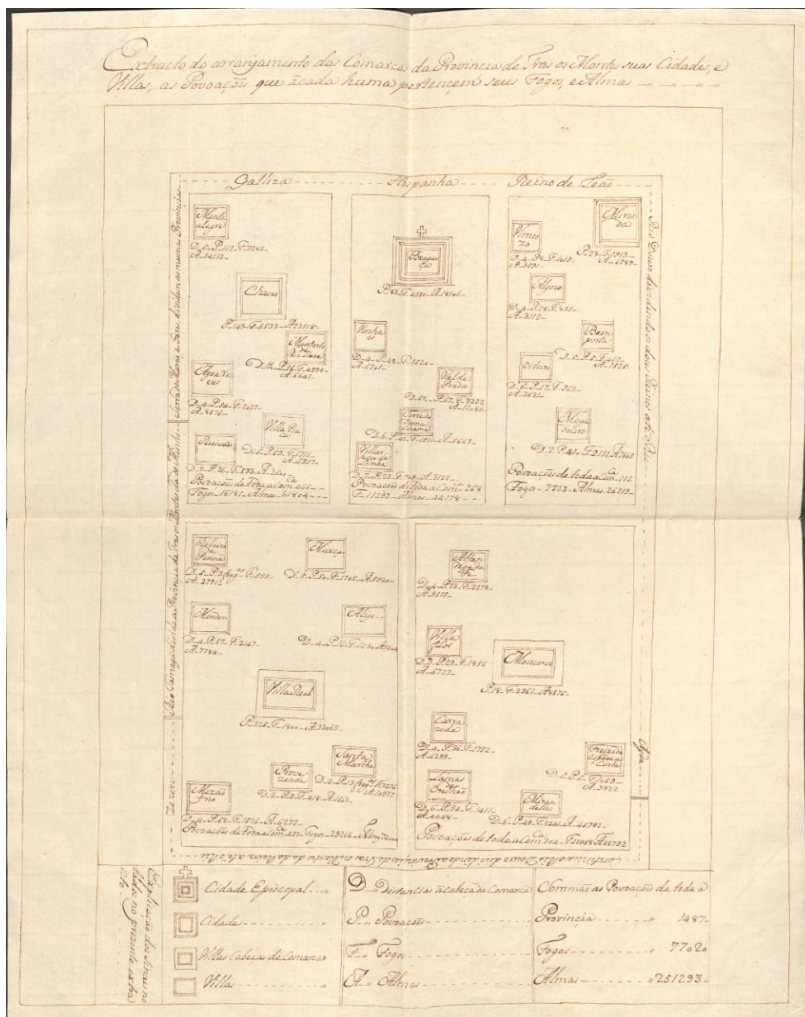


Figura 5. Arranjo das Comarcas da Província de Trás-os-Montes suas cidades e vilas, as Povoações que a cada uma pertencem seus fogos. Fonte: PT/AHP/CD/CDT/ Secção I II/cx.151/mç.103/doc.3.

De similar modo podemos evocar os *mapas de círculos* (Figura 6) que muitos mapeantes setecentistas utilizam para demonstrar relações de distância ou hierarquia (e jurisdição) entre lugares e comunidades. De modo figurativo, mas espacializante, temos este exemplo do uso acessório da Cartografia na comunicação de informação por meio de fontes geo-históricas.

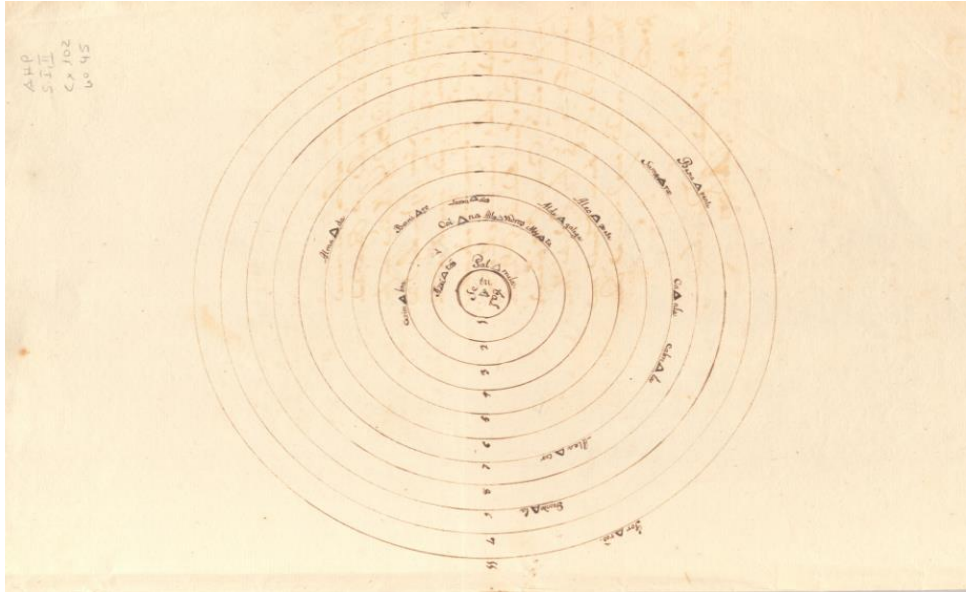


Figura 6. [Mapa de Setúbal].  
Fonte: PT/AHP/CD/CDT/ Secção I II/cx.150/mç.102/doc.45.

Estas fontes iconográficas são um recurso subutilizado. Encontram-se em diferentes tipos de repositórios de informação com grandes coleções de fácil acesso, pesquisa e consulta online em Portugal<sup>78</sup>, no Brasil<sup>79</sup> e em Espanha<sup>80</sup>. Outros Arquivos e Bibliotecas também possuem coleções, apesar destas serem menores e raramente estarem catalogadas ou disponíveis na internet. Mapas locais podem inclusive complementar os mapas regionais e são mais comuns do que poder-se-ia crer.

## 2. O mapa temático

Os mapas antigos constituem um meio expedito que poderá auxiliar o investigador, mas não são feitos para um estudo local em particular o que pode tornar difícil a sua incorporação ao texto. Pelo mesmo motivo, existem limitações a reutilização de mapas temáticos de outros estudos. Por isso que a popularização

<sup>78</sup> Biblioteca Nacional de Portugal Digital: [https://bndigital.bnportugal.gov.pt/records/time?search=&sort=-PURL\\_ID,\\_score&perpage=10&page=1&&refine\[DocumentType\]\[\]=Cartografia&r& \[Permalink\]](https://bndigital.bnportugal.gov.pt/records/time?search=&sort=-PURL_ID,_score&perpage=10&page=1&&refine[DocumentType][]=Cartografia&r& [Permalink])

<sup>79</sup> Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro: [https://antigo.bn.gov.br/explore/acervos/cartografia \[Permalink\]](https://antigo.bn.gov.br/explore/acervos/cartografia [Permalink]).

<sup>80</sup> Catálogo Colectivo de la red de Bibliotecas de los Archivos Estatales: [https://www.mcu.es/ccbae/es/mapas/principal.do \[Permalink\]](https://www.mcu.es/ccbae/es/mapas/principal.do [Permalink]).

e difusão de sistemas cartográficos podem ser uma segunda, apesar de mais trabalhosa, solução, pois permitem que cada investigação elabore o seu próprio mapa regional contextualize o leitor por meio deste ‘segundo texto’ com os elementos que identificar como fundamentais para a sua temática, sejam núcleos de povoamento, sedes partidárias, zonas industriais ou a caracterização geográfica da área em análise.

No âmbito da nossa dissertação de mestrado, procuramos articular uma comunidade de escala local – o Julgado de Vermoim – com o seu determinante contexto regional, seja o Ducado de Barcelos ou a *Província* do Entre Douro-e-Minho. Os mapas das Figuras 7 e 8 ilustram outra questão, a variabilidade da escala regional. Se a nossa área em análise abrangia o Entre Ave-e-Este a escala regional dependia da temática que abordávamos. Ao evocarmos a questão política a área em destaque resumia-se ao Entre Ave-e-Lima, mas quando resgatávamos elementos da rede viária era necessária alargar o horizonte de análise para a *Província* do Entre-Douro-e-Minho.



Figura 7. O Entre Douro-e-Minho: o enquadramento físico.

Fonte: SOUZA, Bernardo de, Vermoim: um território do Entre Douro-e-Minho através da cartografia histórica (c.900-1835). Porto, FLUP, 2024. pp. 18. [Mapa 1.A].

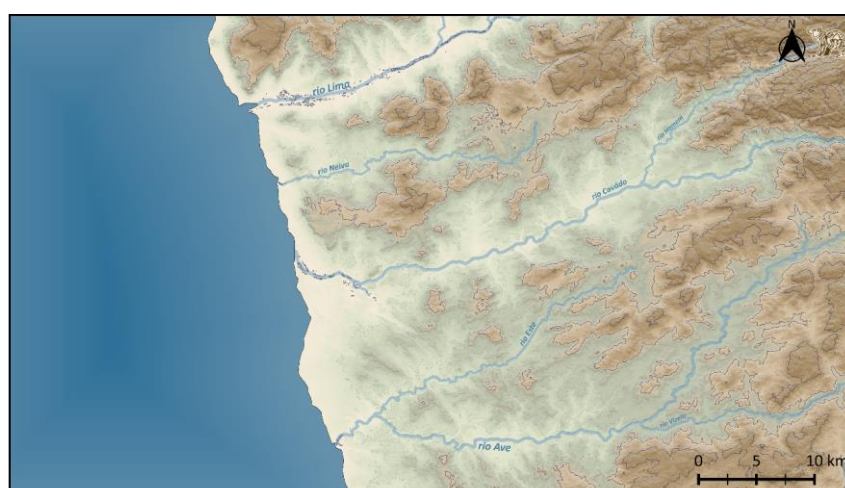


Figura 8. O Entre Ave-e-Lima: o enquadramento físico.

Fonte: SOUZA, Bernardo de, Vermoim: um território do Entre Douro-e-Minho através da cartografia histórica (c.900-1835). Porto, FLUP, 2024. pp. 19. [Mapa 1.B].

Ao elaborarmos estes mapas procuramos ter em atenção os elementos que destacamos no ponto 1 deste texto. Desse modo, estabelecemos que invés de e o espaço útil no texto para a narração espacial este seria ocupado pelo mapa. Para tal teríamos de elaborar uma série de mapas capazes de a diferentes escalas, situar o leitor, levar (o autor) a analisar fenómenos, e a ambos induzirem uma ‘leitura’ relacional do ‘segundo texto’.

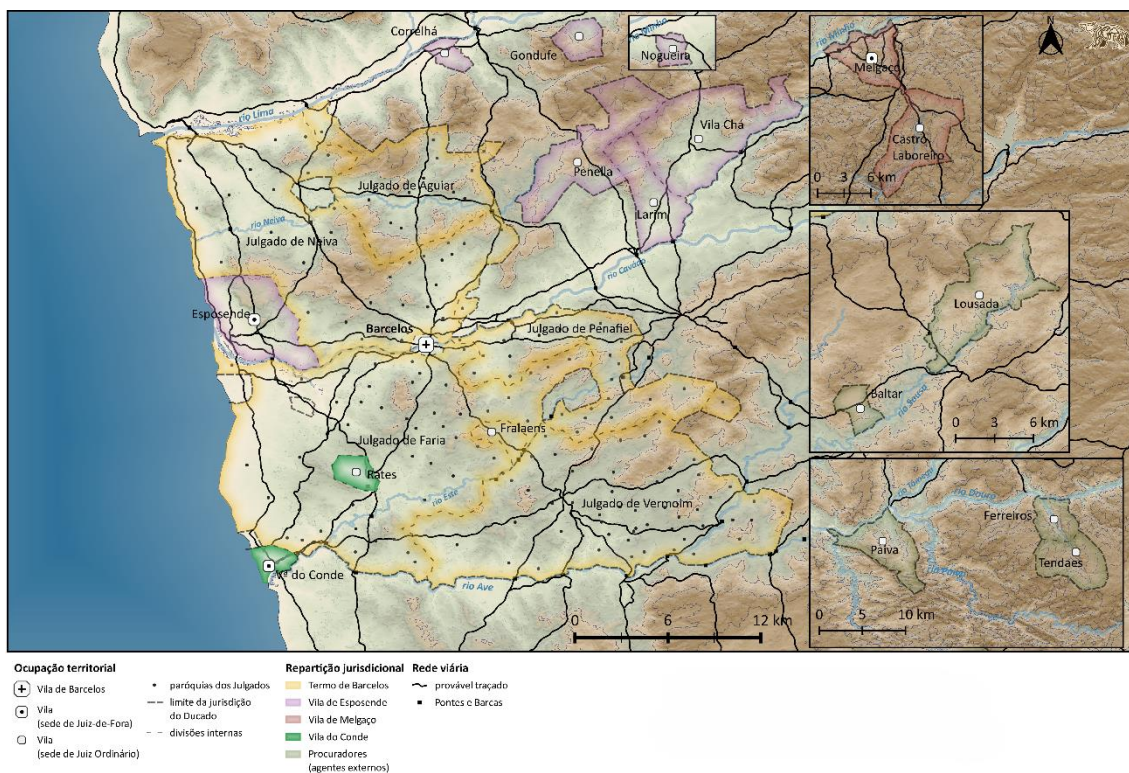


Figura 9. O Ducado de Barcelos no Entre Douro-e-Minho, século XVIII.

Fonte: SOUZA, Bernardo de, Vermoim: um território do Entre Douro-e-Minho através da cartografia histórica (c.900-1835). Porto, FLUP, 2024. pp. 163. [Mapa 28].

O mapa *O Ducado de Barcelos no Entre Douro-e-Minho, século XVIII* (Figura 9) permitiu-nos abordar de modo sintético a organização territorial setecentista e a posição de Vermoim neste quadro regional sem nos desviarmos da temática.

Por exemplo, existe uma dificuldade fazer uma descrição do cenário regional porque o Ducado de Barcelos possuía uma grande variedade de fenómenos e tipologias. Esta questão não atrapalhou a realização do mapa, mesmo com a arritmia espacial das suas jurisdições. Como projetar diferentes e distantes espaços num único mapa? Por meio de uma articulação de ‘janelas’ que permitiam a justaposição dos mesmos.

Os limites das divisões territoriais do período moderno eram difíceis de precisar e concordar, as diferentes estruturas paralelas e concomitantes existiam dentro do próprio do Ducado, eram estes outros desafios a construção do mapa. Logo, enquanto identificamos o núcleo do território barcelense, com determinada cor, propomos a individualização interna por meio de um traçado ligeiro e uma variação do tom de cada jurisdição.

Assim damos conta do ordenamento territorial e as jurisdições da administração barcelense que operavam por meio da rede Juízes de Ademais, residiam em lugares destacados como Esposende, Vila do Conde e Melgaço. Estes oficiais articulam mais do que os seus núcleos urbanos, partes mais distantes do domínio barcelense, onde as vias, o relevo e as gentes se afastavam do centro de poder. Enquanto o núcleo do território era composto pelo Termo com os Julgados, o que incluía Vermoim.

Pelo uso desta cartografia temática éramos capazes de superar uma limitação do texto escrito enquanto elaborávamos meios não normativos de relacionamento de informações. Se no caso do Ducado de Barcelos (Figura 9) fizemos uso da escala Entre Ave-e-Lima (Figura 8), em outras temáticas foi necessário recorrer a Província como um todo (Figura 7). O que não levantou grandes dificuldades técnicas, pois tínhamos a infraestrutura cartográfica prévia para a elaboração de novos mapas temáticos para relacionar e situar o local no regional.

## **Conclusão**

A História Local pode ser à sua escala, mas um fenómeno histórico não ocorre desarticulado do seu cenário regional, nacional e até internacional ignorar este enquadramento pode prejudicar os resultados de uma investigação. É temeroso esquecer os ‘arredores’. Conforme novos estudos vão sendo realizados, e passam a deter uma maior sensibilidade espacial, é importante que o contexto geográfico que oferecem também incluía o entorno regional.

As discussões acerca da utilização sistemática de cartografia na História escapam do objetivo deste texto, tal como uma apresentação rigorosa de conceitos ou uma revisão da bibliografia. Pois, esta introdução ao «mapa antigo» e ao «mapa temático» somente aprofunda a ideia de que mapas podem servir, de modo prático e exequível, a diferentes estudos como ferramentas contextuais. Se não numa escala local onde diferentes dificuldades difíceis de contornar poderiam surgir ao menos no enquadramento regional que vários estudos locais dedicam uma atenção menor.

Os mapas antigos possuem uma utilidade que mapas temáticos de outros estudos são incapazes, são por si fontes geo-históricas que representam um entendimento a época do entorno regional. Um documento que por si possui dados e objetivos que mesmo que tangenciais a temática podem oferecer a investigação um enquadramento regional suficiente.

O mapa temático cada vez mais cómodo e ágil de elaborar, devido aos *softwares* cartográficos, possui certos entraves tendo em conta o conhecimento prévio da técnica para sua elaboração, mesmo as bases de dados as quais o mapa depende podem ser difícil acesso. Contudo, as ferramentas e os dados em acesso aberto oferecem a oportunidade para tal. Procuramos sintetizar, nas Figuras 1e 2, elementos cruciais a comunicação e elaboração cartográfica, evidentemente que outros aspetos poderiam ter sido incluídos, mas estes podem oferecer um vislumbre a um campo mais amplo e complexo do que aqui apresentamos.

É necessário situar e relacionar o local no regional, esquecer este contexto prejudica a interpretação do leitor e a análise do autor. A cartografia, temática e antiga, oferece ao autor um enquadramento regional através do mapa, por que não utilizar este recurso?

## **Fontes e Bibliografia**

### **Fontes Manuscritas Textuais**

ARQUIVO HISTÓRICO PARLAMENTAR (AHP)

**Comissão da Divisão do Território**, *Trabalhos da Comissão da Divisão de Território*, PT/AHP/CD/CDT/Secção I-II/cx.145/mç.100/doc. 9. *Trabalhos da Comissão da Divisão de Território*, PT/AHP/CD/CDT/ Secção I-II/cx.145/mç.100/doc.14 e PT/AHP/CD/CDT/ Secção I-II/cx.145/mç.100/doc.15. *Provedoria de Viana, século XVIII*, PT/AHP/CD/CDT/Secção I-II/cx.146/mç.101/doc.13. *Processos de autonomia de Famalicão e Julgado de Vermoim, século XVIII-XIX*, PT/AHP/CD/CDT/Secção I-II/cx.146/mç.100/doc.78. *Descrição da administração de Barcelos no Antigo Regime*, PT/AHP/CD/CDT/Secção I-II/cx.147/mç.101/doc.13 e PT/AHP/CD/CDT/Secção I-II/cx.147/mç.101/doc.14. *Prospecto de Vila Nova de Famalicão por abade Manuel Cardoso Pereira*, PT/AHP/CD/CDT/Secção I-II/cx.151/mç.103/doc.1 [0]. *Sobre Circunscrições Locais portuguesas, século XVII-XVIII*, PT/AHP/CD/CDT/Secção I-II/cx. 151/mç.103/doc.1 e PT/AHP/CD/CDT/Secção I-II/cx. 151/mç.103/doc.2. *Processos de criação de um concelho de Famalicão*, PT/AHP/CD/CDT/Secção I-II/cx.151/mç.103/doc.11. *Censo de 1801-02 do Ducado de Barcelos*, PT/AHP/CD/CDT/Secção I-II/cx.156/mç.107/doc.26. *Mapa do Ducado de Barcelos, 1802*, PT/AHP/CD/CDT/Secção I-II/cx. 160/mç.110/doc.1 [0]. *Trabalhos da Comissão da Divisão de Território sobre a Comarca de Barcelos*, PT/AHP/CD/CDT/Secção I-II/cx.160/mç.110/doc.1. *Trabalhos da Comissão da Divisão de Território sobre o Entre Douro e Minho*, PT/AHP/CD/CDT/Secção I-II/cx.160/mç.110/doc.2 a PT/AHP/CD/CDT/Secção I-II/cx.160/mç.110/doc.7.

### **Fontes cartográficas**

ARQUIVO HISTÓRICO PARLAMENTAR (AHP)

**Comissão da Divisão do Território**, [*Mapa de Setúbal*], PT/AHP/CD/CDT/ Secção I-II/cx.150/mç.102/doc.45. *Arrançamento das Comarcas da Província de Trás-os-Montes suas cidades e vilas, as Povoações qua a cada uma pertencem seus fogos*, PT/AHP/CD/CDT/ Secção I-II/cx.151/mç.103/doc.3.

BIBLIOTECA NACIONAL DE PORTUGAL (BNP)

VILASBOAS, Custódio José Gomes, “Mapa da provincia d'Entre Douro e Minho de par com as indicações Economico-Políticas tudo para servir à Regulação das Comarcas da mesma Província, e outros objetos de Utilidade Publica”. c.1794. 1 mapa: ms., color.; 90,7 cmx60,3 cm. Disponível em: <https://purl.pt/24996>.

REILLY, Franz Johann Joseph von, “Die Landschaft Entre Duero und Traz-los Montes”. Wien, c.1800. 1 mapa: gravura, color.; 22,20x27,50 cm em folha de 30,90x46.00 cm. Disponível em: <https://purl.pt/30769>.

CARVALHO, José Monteiro de “Carta Geographica da Provincia de Entre Douro Minho e Tras os Montes”. [entre 175- e 1777?]. 1 mapa: ms., p&b; 133x96 cm. Disponível em: <https://purl.pt/24999>.

### **Estudos de Referência e Obras impressas**

ARCHELA, Rosely Sampaio, “Contribuições da Semiologia Gráfica para a Cartografia Brasileira”, in *Geografia*, 2001, Londrina, v. 10, nº 1. pp. 45-50.

BERTIN, Jacques, *A neográfica e o tratamento gráfico da informação*. WERTPHALEN, Cecilia [trad.]. Curitiba, Editora da Universidade Federal do Paraná, 1986.

BERTIN, Jacques, *Sémiologie graphique*. Paris, La Haye, 1967.

BONIN, Serge, *Initiation a la graphique*. Paris, EPI, 1975

BRUNET, Roger, *Le croquis de Géographie régionale et économique*. 2º ed. Paris, Société d'Édition d'Enseignement Supérieur, 1967.

CASTRO, João Baptista de, *Mappa de Portugal antigo e moderno*, c. 1762.

CRAMPTON, Jeremy, “Being ontological: response to poststructuralism and GIS: is There a disconnet?”, in *Environment and planning D: Society and Space*, 2009, vol 27, nº 4. pp. 603-608

DiBONA, C. et. all (coord.), *Open sources: voices from the open source revolution*. Sebastopol, O'Reilly, 1999.

GIL, T. L.; BARLETA, L., “Formas alternativas de visualização de dados na área de História: algumas notas de pesquisa” in *Revista de História*, 2015, nº 173. pp. 427-455

GOUVEA, Pedro Ribeiro de “Memórias Paroquiais de Barcelos”, in *Recordações Históricas de Barcelos*. Barcelos, Noticias de Barcelos, 1932

GREGORY, Ian; GEDDS, Alistair (Coord.) - *Towards Spatial Humanites: Historical Gis and Spatial History*. Bloomington, Indiana University Press, 2014.

HARLEY, Brian, “Maps, knowledge and power”, in *The Iconography of Landscape*. Cambridge, Cambridge University Press, 1988. pp. 277–312.

JOLLIFFE, Ronald, “An information theory approach to cartography”, in *Cartography*, 1975, nº 8, issue 4. pp. 175-181. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/00690805.1974.10437802>

KITCHIN, Rob; DODGE, Martin, “Exposing the ‘second text’ in maps of the Network Society”, in *Journal of Computer-Mediated Communication*, 2006, vol 5, nº 4. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/j.1083-6101.2000.tb00350.x>.

KITCHIN, Rob; DODGE, Martin, “Rethinking maps”, in *Progress in Human Geography*, 2007, vol 31, nº 3. pp 331-344.

KITCHIN, Rob; DODGE, Martin; PERKINS, Chris, “Introductory Essay: Power and Politics of Mapping”. in *The Map Reader: Theories of Mapping Practice and Cartographic Representation*. Oxford: John Wiley & Sons, 2011. pp. 439-446.

MAcEACHREN, A., “Cartography, GIS, and the worldwideweb”, in *Progress in Human Geography*, 1998, nº 22. pp. 228-229.

PALSKY Gilles, “Des représentations topographiques aux représentations thématiques”, in *Bulletin de l'Association de géographes français*, 1984, nº 505-506, 61e année. pp. 389-398.

PERKINS, Chris, “Cartography: cultures of mapping power in practice”, in *Progress in Human Geography*, 2004, vol 28, nº 3. pp. 381-391

PICKLES, J., *A History of spaces: cartographic reason, mapping and the geo-coded world*. London, Guilford, 2004.

REES, Ronald, “Historical Links between Cartography and Art”, in *Geographical Review*, 1980, vol. 70, no. 1, pp. 61–78. Disponível em: <https://doi.org/10.2307/214368>.

ROBINSON, Arthur, *Early Thematic Mapping in the History of Cartography*. Chicago, University of Chicago Press, 1982.

ROSÁRIO, Nisia Martins, “Mitos e Cartografias: novos olhares metodológicos na comunicação”, in *Perspectivas metodológicas em comunicação*. João Pessoa, EDUUEPB, 2008.

ROSE, Gillian, *Feminism and Geography: The Limits of Geographical Knowledge*. Minnesota, University Minnesota Press, 1993.

SANCHO COMÍNS, José, “De la realidad al mapa: ¿un proceso creativo más allá de la técnica?”, in *Estudios Geográficos*, 2019, vol. 80(286), e002. <https://doi.org/10.3989/estgeogr.201922.002>.

SILVA, Ana Cristina Nogueira da, *O Modelo Espacial do Estado Moderno: Reorganização Territorial em Portugal nos Finais do Antigo Regime*. Lisboa, Estampa, 1998.

WALLIS, Helen, “Maps as mediam of scientific communication”, in *Studia z siejow Geografii i Kartografii*, 1973, Varsóvia, pp. 252-262.

WOOD, Denis, *The Power of Maps*. New York, The Guilford Press, 1992.

## **Acesso WEB**

BIBLIOTECA NACIONAL DE PORTUGAL DIGITAL

*Catalogo*

*Cartográfico,*

[https://bndigital.bnportugal.gov.pt/records/time?search=&sort=-PURL\\_ID,\\_score&perpage=10&page=1&&refine\[DocumentType\]\[\]=Cartografia&r&](https://bndigital.bnportugal.gov.pt/records/time?search=&sort=-PURL_ID,_score&perpage=10&page=1&&refine[DocumentType][]=Cartografia&r&).

BIBLIOTECA NACIONAL DO RIO DE JANEIRO

*Catalogo Cartográfico,* <https://antigo.bn.gov.br/explore/acervos/cartografia>.

CATÁLOGO COLECTIVO DE LA RED DE BIBLIOTECAS DE LOS ARCHIVOS ESTATALES

*Catalogo Cartográfico,* <https://www.mcu.es/ccbae/es/mapas/principal.do>.

## **A U.C.P. de Torre de Palma, freguesia de Vaiamonte. – Da utopia à desunião (Testemunhos)**

**José Inácio da Silva** (Município de Monforte)

### **Resumo**

Decorria o ano de 1975, em pleno período Pós – Revolucionário do 25 de Abril de 1974, quando, um grupo de cerca de meia centena de trabalhadores rurais, naturais e residentes na Freguesia de Vaiamonte, concelho de Monforte (Distrito de Portalegre), ocuparam cerca de dez propriedades agrícolas, nas proximidades daquela aldeia, praticando, a celebre frase emblemática “ a terra a quem a trabalha”. Entre as propriedades ocupadas, destacou-se a grande Herdade de Torre de Palma, e o seu multissecular Monte que, conjuntamente com as outras propriedades, formaram o território da denominada U.C. P. de Torre de Palma, com a sua sede no monte da mesma, perdurando até o ano de 1991, terminando a «utopia» da produção coletiva com todos e para todos nas mãos de um grande proprietário regional.

Os testemunhos orais de dois antigos trabalhadores desta UCP, desde o início até ao seu desmantelamento, foram preciosos para compreender, esta realidade produtiva local/regional nas componentes, sócio - económicas e culturais, nomeadamente, a festa da fera e ainda a célebre loja comunitária, sita no referido monte. Foi esta matriz revolucionária e marxista que “apaixonou” José Saramago por esta UCP de Torre de Palma, descoberta numa simples indicação de madeira, aquando da sua passagem por terras de Monforte nos começos dos anos 80 do século XX.

**Palavras-chave:** Revolução, terra, produtividade, trabalhador, latifundiário.

### **Abstract**

The year was 1975, in the middle of the Post - Revolutionary period of April, 25, 1974, when, a group of around fifty rural workers, natural and resident in the Parish of Vaiamonte, municipality of Monfort ( Portalegre District), occupied around

ten properties, in the vicinity of that village, practicing the famous emblematic phrase “ the land to those who work it”. Among the occupied properties, the great Grange of the Torre de Palma stood out, and centuries-old grange which, together with the other properties, formed the territory of the so-called UCP (Collective Production Units) from Torre de Palma, with headquarters on the same hill, lasting until 1991, ending the «utopia» of collective production with everyone and for everyone in the hands of a large regional owner.

The oral testimonies of two farmer workers at this UCP; from the beginning until its dismantling, were invaluable understanding this local/regional productive reality in its socio-economic and cultural components, namely, the fra festival and also the famous community store, located on the aforementioned Hill. It was this revolutionary and Marxist matrix that “infatuate” José Saramago for this UCP in Torre de Palma, discovered in a simple piece of wood, during his visit to the lands of Monforte in the early 80s of the 20 century,

**Keywords:** Revolution, land, productivity, worker, landowner.

### **Nota de Abertura:**

O presente texto é o desenvolvimento da comunicação apresentada no decorrer do VII Congresso de História Local, no dia 3 de novembro de 2023, na Fundação Mário Soares e Maria Barroso, em Lisboa, onde foi apresentada uma comunicação essencialmente áudio – visual, perante o agrado dos participantes, dividida em duas partes distintas, mas complementares. A primeira, através de um vídeo com o testemunho oral, realizado através de uma entrevista pelo Serviço de História do Município de Monforte, no âmbito da feitura do livro *Herdade de Torre de Palma. Passado e Presente. (Histórias e Vivências)* lançado no dia da abertura do estabelecimento Hoteleiro “Torre de Palma Wine Hotel, de dois antigos trabalhadores rurais na Herdade de Torre de Palma, antes e depois do 25 de Abril de 1974, nomeadamente, durante a existência da Unidade Coletiva de Produção (UCP) Torre de Palma, infelizmente, ambos já falecidos. A segunda foi o texto áudio da passagem de José Saramago pela região de Monforte, nos começos dos anos 80 do século vinte, aquando da sua “Viagem por Portugal” e a sua satisfação quando

visitou a UCP de Torre de Palma, considerando a mesma superior a qualquer vestígio histórico deste concelho.

Para a redação deste texto, baseámo-nos principalmente no que foi escrito acerca da UCP de Torre de Palma no contexto do livro publicado pelo Município de Monforte, em maio de 2014 e lançado na abertura do estabelecimento hoteleiro Torre de Palma Wine Hotel, intitulado *Herdade de Torre de Palma Passado e Presente (Histórias e Vivências)*, uma vez que o referido hotel rural se situa no Monte de Torre de Palma, existente desde a Idade Média.

Utilizamos igualmente a documentação legal consultada. Da análise atenta destas escrituras deparamo-nos com novas e importantes informações que nos poderão trazer novos dados documentais oficiais sobre a gestão social e económica desta cooperativa, marcante da Reforma Agrária no Concelho de Monforte e no Distrito de Portalegre.

O presente estudo compõe-se de três partes claramente identificadas e sistematizadas como se segue.

Começamos por analisar os testemunhos orais, comparando-os sempre que possível com a principal documentação legal e administrativa (escrituras de compra e venda ou de dissolução), referente à Unidade Coletiva de Produção de Torre de Palma. A seguir reproduzimos o questionário sobre esta UCP, sita na freguesia de Vaiamonte, Concelho de Monforte, e terminamos com o testemunho escrito de José Saramago, aquando da sua passagem por Torre de Palma, nos começos dos anos oitenta do século XX.

Como o trabalho de equipa é fundamental em qualquer projeto, agradeço aos familiares dos entrevistados a sua autorização para projetar o vídeo num evento público nacional, aos meus colegas do Gabinete de Imagem e Comunicação pelo excelente trabalho produzido no referido vídeo amador, à amiga Dr.<sup>a</sup> Patrícia Cutileiro pela excelente locução áudio do supracitado texto de José Saramago, à amiga Maria João Cartas no dia da comunicação, e à minha entidade empregadora – Município de Monforte, e finalmente à Comissão Organizadora

deste importante e inédito Congresso de História Nacional, por ter aceite esta desafiante comunicação.

## Introdução

Acompanhando os ventos de mudança que “varreram” a estrutura agrícola do Ribatejo e Alentejo no período revolucionário pós - 25 de Abril de 1974, o território do Concelho de Monforte, também acompanhou o novo sistema de exploração das terras, muitas vezes abandonadas pelos seus proprietários. Nesta conjuntura política no concelho de Monforte, surgiram duas grandes UCPS, a denominada “Cooperativa das Maravilhas”, sediada no Monte dos Francos, Freguesia de Monforte, e a Unidade Coletiva de Torre de Palma, sediada no Monte da Herdade de Torre de Palma, Freguesia de Vaiamonte, concelho de Monforte.

É esta última que apresentamos no presente texto, através dos depoimentos orais de dois antigos trabalhadores rurais e também pela caneta de José Saramago nos começos dos anos 80 do século vinte.

A multissecular herdade de Torre de Palma, esteve desde o século XIV na posse de famílias aristocráticas associadas à Corte de Lisboa<sup>81</sup> que, a cedia fora da lei mental, e como forma de reconhecimento de prestações de bons serviços à Coroa Portuguesa. Em meados do século XIX foi comprada por um burguês, comerciante de Lisboa<sup>82</sup>, e durante o Estado Novo, arrendada e explorada pelos irmãos Costa Pinto.

---

<sup>81</sup> Todo o território da Herdade de Torre de Palma, incluindo o seu monte com a sua habitação principal esteve na posse de importantes famílias nobiliárquicas portuguesas em diferentes períodos Históricos, através de doações e confirmações dos diferentes monarcas portugueses Idade Medieval (séculos XV e XVI): esteve na posse da Família Sequeira, Idade Moderna (Séculos XBVI-XVIII), pertenceu à Família Corte Real.

<sup>82</sup> Esta grande exploração agrícola e o seu monte com a sua habitação principal, foram comprados por Jacinto da Silva Falcão, negociante e natural de Lisboa a Dona Maria Bernardina de Mendonça Corte Real Sousa Tavares e seu marido, Dr. Duarte Manuel de Noronha, pela quantia de 22 contos e 700 mil, no dia 31 de agosto de 1861 (Livro de Notas nº 347, fls. 40-43 do 15º Cartório Notarial de Lisboa, Rua Augusta nº 78, com o Tabelião Francisco Vieira da Silva Barradas). Começava assim o “reinado” da família Falcão, nesta herdade, terminando em 1983 com a sua venda e de outras que lhe estavam anexas, à Unidade Coletiva de Produção Agrícola de Torre de Palma, Sociedade Cooperativa Anónima de Responsabilidade Limitada, pelo preço de 21 milhões de escudos, através de Escritura de Compra e Venda, lavrada no Cartório Notarial de Fronteira a 6 de dezembro de 1983 (Conservatória dos Registos Civil, Predial e Cartório de Fronteira, livro nº 107, fls. 74vº-84)

Sem qualquer dúvida que o período pós – 25 de Abril de 1974, foi o grande corte na forma de exploração dos terrenos desta grande herdade, motivado e “empurrado” pela conjuntura Revolucionária que se vivia na sociedade portuguesa no Verão “quente” de 1975. Quem não se recorda de frases emblemáticas daquele período como “a terra a quem a trabalha”!

O período do Gonçalvismo, apoiou-se em dois grandes eixos de política económica coletiva: as nacionalizações das grandes empresas portuguesas e a Reforma Agrária, através do «Programa da Reforma Agrária», integrado no Decreto – Lei nº 203 – C/75, de 15 de abril, aprovado pelo IV Governo Provisório, e com o apoio do Conselho da Revolução<sup>83</sup>.

Por sua vez, o Decreto-Lei nº 406-A/75, de 29 de julho<sup>84</sup> considerado por muitos autores, como a primeira lei da Reforma Agrária, contribuiu para a formação de núcleos de militantes da reforma agrária, dependentes dos Conselhos Regionais de Reforma Agrária, criados pelo Decreto – Lei nº 351/75, de 5 de julho.<sup>85</sup>

---

<sup>83</sup> Ver: Decreto-Lei nº 203 – C/75, de 15 de abril, publicado no Diário do Governo, Série I, nº 88 (2º Suplemento): - Ministério para o Planeamento e Coordenação Económica. Aprovou e estabeleceu as bases gerais dos programas de medidas económicas e de emergência das quais consta no Anexo III o Programa da Reforma Agrária do qual destacamos os pontos 2 e 3. 2- Expropriação das herdades de Sequeiro, superior a 500 ha, de terra média ajustável em função do rendimento, com garantia de propriedade a favor dos expropriados de uma área de 500 ha, ajustável em função do rendimento 15 de abril de 1975, p. 272 (25)

<sup>84</sup> Ver: Decreto-Lei nº 406 – A/75, de 29 de julho, publicado no Diário do Governo, Série I, nº 173 (Suplemento). Ministério da Agricultura – Fixou as normas a que deve obedecer a expropriação de determinados prédios rústicos que se encontram em determinadas situações, como as que seguem: a) Pertencam a pessoas singulares, sociedades, ou pessoas coletivas de direito privado, ainda que de utilidade pública, que sejam proprietários no território nacional e ilhas atlânticas, de prédios rústicos que no seu conjunto, mediante a aplicação da tabela anexa a este diploma, se verifique corresponderem a mais de 50.000 pontos, ou independentemente desse requisito, ultrapassem a área de 700 ha; b) Pertencam a pessoas singulares, sociedades, ou pessoas coletivas de direito privado, ainda que de utilidade pública, que tenham incorrido em qualquer das situações previstas, como fundamento de intervenções, no Decreto – Lei nº 600/74, de 25 de Novembro e legislação complementar; c) Estejam incultos ou não alcancem os níveis mínimos de aproveitamento estabelecidos e a estabelecer por Portaria do Ministro da Agricultura e Pescas 29 de julho de 1975, p. 1052

<sup>85</sup>Ver: Decreto-Lei nº 351/75, de 5 de julho, publicado no Diário da República, Série I, nº 183. Ministério da Agricultura e Pescas – Institui os Conselhos Regionais da Reforma Agrária, do qual destacamos o artº 7º que estabelece os distritos em que deviam existir imediatamente estes Conselhos Regionais entre os quais constava o distrito de Portalegre. 4 de julho de 1975, pp. 935-936

Ainda antes da sua oficialização legal, já tinham começado as grandes ocupações de terrenos no Ribatejo e Alentejo, durante a primavera e verão de 1975, vindo de encontro aos nossos testemunhos orais que, nos transmitiram que a Unidade de Coletiva de Produção de Torre de Palma, começou a existir no terreno em Maio de 1975, fixando logo, a sua sede no Monte de Torre de Palma, pertencente desde meados do século XIX, à Família Falcão, e que no ano de 1975 estava arrendada ao Dr. Teófilo de Castro Duarte, natural de Timor e residente em Lisboa que, a tinha arrendado em 23 de Agosto de 1974, aos seus legítimos proprietários os familiares Falcão, residentes em Lisboa e em Constância.

### **Análise aos testemunhos orais e sua comparação com a principal documentação legal e administrativa, referente à UCP de Torre de Palma.**

De acordo com o testemunho oral de Manuel Pereira de Oliveira, durante o verão de 1975 um outro grupo de 40 habitantes naturais e residentes em Vaiamonte, ocuparam outras herdades de menores dimensões, nas proximidades de Torre de Palma, aqui ficam os seus nomes: Matança, Os Esquerdos, o Reguengo a Cabeça Gorda, o monte do Outeirinho.

Na altura da ocupação da herdade de Torre de Palma, a mesma estava pouco cultivada e o seu edifício central muito abandonado e repleto de pasto e ervas em seu redor. Foi neste contexto de abandono e incultivo da terra, e a pedido do grupo que tinha ocupado a Herdade e Monte de Torre de Palma, e o outro grupo de cerca de 40 pessoas, juntam esforços e unificam-se numa só Unidade Coletiva de Produção, sediada como vimos no multissecular Monte de Torre de Palma.

De imediato foi formada uma Comissão de Trabalhadores, cujo Presidente geria toda a atividade e estrutura organizacional desta UCP, sendo também nomeados quatro chefes intermediários com as suas áreas de trabalho bem definidas. Assim, o nosso entrevistado Manuel Pereira de Oliveira, foi nomeado como «chefe dos gados», aproveitando a sua experiência de mais de 40 anos ao serviço dos irmãos Costa Pinto, ainda antes da Revolução dos Cravos. Neste ofício a sua função era tratar de tudo, quanto dizia respeito à criação de gado desta UCP,

assim, destinava os locais para onde iam pastar, a altura certa para a ordenha das vacas ou ovelhas, a separação dos borregos, as cabeças de gado que se iriam vender etc. Na altura da ocupação “apanharam” um trator que pertencia à família Falcão e deixaram “escapar” um outro para a posse do Dr. Teófilo Duarte, na altura residente na Vila de Fronteira. No começo desta UCP, foram feitas diversas obras pelos seus trabalhadores no Monte de Torre de Palma: construíram-se um lagar, um telheiro para abrigar a maquinaria agrícola, uma adega e repararam-se o antigo celeiro e as oficinas. Com o dinheiro ganho, compraram oito tratores, uma debulhadeira, duas ceifeiras, e ainda três prensas para o lagar, foi, portanto, um período inicial de bom desenvolvimento económico. O dia de trabalho, tanto para homens como para mulheres, começava às 8 horas e acabava pelas 20 horas, com a exceção dos condutores de ceifeiras e debulhadeiras, nos meses da debulha e da ceifa, que podiam trabalhar mais duas a três horas por dia, sendo estes condutores recompensados com mais dinheiro em função das horas feitas a mais.

O aparecimento da “festa da ferra”, surgiu de acordo com a memória destes dois antigos trabalhadores, da necessidade de separar as cabeças de gado pertencentes a esta UCP, marcando os gados com ferro próprio todos os que eram escolhidos para criação e reprodução. O primeiro dia desta festa popular, surgiu no 1º de Maio de 1976, sendo um misto de trabalho e de convívio entre os trabalhadores, não só de Torre de Palma, mas também com grande adesão de outros locais do concelho monfortense e do distrito portalegrense. A boa comida não podia faltar nesta festa, e repartida por todos os camaradas; matavam-se cinco a seis borregos destinados a vários pratos tradicionais: ensopado de borrego, guisado de borrego, e petiscos no final deste dia, sempre acompanhada por muita bebida grátis para todos.

Um outro aspeto a destacar, é a existência de uma loja comunitária, instalada no Rés do chão do edifício central do Monte de Torre de Palma. Nesta loja vendiam-se muitos dos produtos hortícolas produzidos nos seus terrenos, consoante as épocas do ano, incluindo, azeite e vinho, mas também outros produtos alimentares exteriores à produção interna: massas, arroz, margarina entre outros. Esta loja era aberta ao público geral, recebendo clientes de

Vaiamonte e de Monforte, os preços eram muito semelhantes aos existentes noutros estabelecimentos deste concelho, as receitas da loja revertiam para as contas da UCP.

Na distribuição das produções agrícolas, hortícolas, e ainda a criação de cabeças de gado pertencentes ao todo comum, destaca-se a distribuição individual, de terras e de produtos, ou ainda de cabeças de gado (vacum e ovino) que eram divididos por cada um dos trabalhadores; isto significa que cada um dos seus trabalhadores, além de contribuir para a produtividade comum, tinha a seu cargo a sua própria produção pela qual era o máximo responsável.

A UCP de Torre de Palma existiu entre 1975 e 1990, no entanto nos dois primeiros anos, certamente, os mais populares e ativos no que diz respeito às ocupações de outras herdades próximas, não tinha reconhecimento legal, o qual ficou estabelecido a 30 de junho de 1977 no Notário de Vila Franca de Xira<sup>86</sup>, estabelecendo os Estatutos, destacando logo a sua denominação: Unidade Coletiva de Produção Agrícola de Torre de Palma, Sociedade Cooperativa Anónima de Responsabilidade Limitada. O património rústico desta UCP era composto pelas seguintes herdades: Quinta de Santo António com uma superfície de 246 hectares; herdade do Belo com 55 hectares; herdade de Miranços com 29 hectares; herdade do Cabecinho com 134 hectares; herdade da Cabeça Gorda com 306 hectares; herdade do Relvacho com somente 7 hectares; herdade de Torre de Palma com a maior superfície, com 1.197 hectares; a herdade dos Esquerdos com 176 hectares; herdade da Matança com 61 hectares; e a herdade do Reguengo, com 240 hectares. Estes dez prédios rústicos totalizavam 2.443 hectares de terreno. Algumas destas herdades, não obstante fazerem parte desta UCP de Torre de Palma, localizavam-se longe da sua sede sita como sabemos no Monte multissecular de Torre de Palma, e pertencentes a diferentes grandes proprietários locais.

---

<sup>86</sup> Ver, Cartório Notarial de Vila Franca de Xira. Segundo Cartório, Livro 66-A, fls. 91vº-100; Livro 67-A, fls. 2-5vº

Com o decorrer dos anos o cariz comunitário desta UCP, foi-se esbatendo, conduzindo a divisões internas, entre os seus fundadores, e aqueles que vieram a seguir, muito mais virados para o lucro financeiro da Sociedade anónima em que progressivamente se tornou a primitiva UCP de Torre de Palma. Um outro facto que contribuiu para a desunião foi o decreto-lei nº 111/de 27 de maio de 78 o qual determinou o processo de devolução de alguns terrenos ocupados anteriormente, regressando os mesmos à posse dos seus proprietários.

De forma a manter a posse da maior exploração agrícola em 1983, a Unidade Coletiva de Produção Agrícola de Torre de Palma, Sociedade Cooperativa Anónima de Responsabilidade Limitada, compraram a Herdade de Torre de Palma e outros prédios rústicos e urbanos pertencentes à família Falcão, pela quantia de 21 milhões de escudos, pagando de conta própria cinco milhões de escudos, fazendo um empréstimo com hipoteca e renúncia de 16 milhões de escudos, com o Banco Português do Atlântico, sediado na Cidade do Porto. Este empréstimo foi muito prejudicial ao comprador, uma vez que a UCP de Torre de Palma, estava obrigada a pagar juros mensais muito elevados ao banco credor. de Outros dos grandes beneficiados deste contrato de empréstimo foi o anterior arrendatário desta herdade de Torre de Palma, o Dr. Teófilo de Castro Duarte, casado com D. Maria Manuela Correia Filipe da Costa de Castro Duarte, natural de Díli, que naquela data residia em Lisboa, o qual abdicou do seu contrato de arrendamento de 1974, exigindo em troca, a entrega de grande quantidade e variedade de gados pela UCP até 1986, o que indicia a grande quantidade de cabeças de gado criada em Torre de Palma.<sup>87</sup>

Apesar de não termos ainda acesso à documentação (atas, livros de contabilidade, faturas, registo de associados) a qual nos daria uma informação mais detalhada dos porquês que levaram à dissolução desta UCP em 1990, sabe-se que ela foi deliberada em Assembleia Geral Extraordinária, nomeando-se uma Comissão liquidatária, como estipulava o art.º 73º dos seus Estatutos, comissão

---

<sup>87</sup> Ver, Conservatória dos Registos Civil, Predial e Cartório Notarial de Fronteira. Escritura de compra e venda com hipoteca, 1983. Dezembro. 06. Livro 107, fls. 74vº-83vº

que tinha por obrigação, vender a UCP de Torre de Palma, incluindo terrenos, edifício central do Monte de Palma, e maquinaria agrícola, durante um período de dois anos como consta da Escritura de Dissolução da Cooperativa Agrícola de Torre de Palma C. R. L.; lavrada no Cartório Notarial do Crato a 19 de julho de 1990.<sup>88</sup>

O período previsto para a liquidação de tudo, foi parcialmente cumprido, vendendo-se só o espaço do Monte de Torre de Palma, onde fora a sua sede, o seu “coração social e ideológico, ao grande proprietário agrícola Dr. Teófilo de Castro Duarte, e por esta época residente na vila de Fronteira, pela quantia de quatrocentos e doze mil e quinhentos e vinte escudos, recebidos pela referida Comissão mesmo antes da assinatura desta escritura.<sup>89</sup> Desconhecemos como foi distribuído este dinheiro, pois estes valores são os que nos foram fornecidos pelas duas últimas escrituras; porque o interessante depoimento do antigo trabalhador e um dos seus fundadores, o Senhor Manuel Oliveira transmite-nos que além da venda do Monte de Torre de Palma, foi vendida maquinaria agrícola, assim como todas as cabeças de gado, cuja soma total foi dividida entre os trabalhadores em quantias desiguais, chegando a alcançar em alguns sócios a quantia de três mil contos; infelizmente não dispomos de nenhum tipo de documentos com estes valores ou outros verídicos e inquestionáveis.

Terminava assim a utopia da comunhão da produção agrícola e pecuária em diversas propriedades de diferentes dimensões de hectares limítrofes, próximas, ou mais afastadas da grande Herdade de Torre de Palma, e do seu Monte multissecular, iniciada por um “punhado de homens do povo” no ano de 1975, os seus últimos trabalhadores, enquanto alguns voltaram a trabalhar com os seus antigos patrões, outros procuraram novos empregos.

---

<sup>88</sup> Ver, Conservatória dos Registos Civil, Predial e Cartório Notarial do Crato. Escritura de dissolução da Cooperativa Agrícola de Torre de Palma, C.R.L. sita em Torre de Palma, freguesia de Vaiamonte, Concelho de Monforte. 1990. Julho.19. Livro 190, fls. 80vº-81vº

<sup>89</sup> Ver, Conservatória dos Registos Civil, Predial e Cartório Notarial de Sousel. Escritura de Compra e Venda do edifício central do Monte de Torre de Palma, vendido pela Cooperativa Agrícola de Torre de Palma. C.R.L. a Teófilo Duarte de Castro. 1991. Junho.27. Livro 499 – E, fls.94-95vº

## **Questionário sobre a Unidade Coletiva de Produção de Torre de Palma, freguesia de Vaiamonte, Concelho de Monforte, Distrito de Portalegre.**

Nome do Entrevistado: Manuel Pereira Oliveira

Antiga profissão: Guardador de gado, tosquiador e tratorista

Data da entrevista: 7 de janeiro de 2014

Antes de entrarmos na temática da Reforma Agrária e a UCP de Torre de Palma, convém recordar um pouco da história de vida deste homem simples, simpático e genuíno que reviveu num misto de saudade e mágoa pelo sofrimento que teve ao longo da sua juventude.

Muito jovem com cerca de 7 anos de idade foi trabalhar para a herdade de Torre de Palma, acompanhando o seu tio andou descalço (durante quase um ano), como ajuda de porqueiro, trabalhando para os seus patrões, a família Costa Pinto: Mariano Costa Pinto e Carlos Firmino Costa Pinto. Aos 14 anos de idade foi tomar conta de uma vara de suínos com cerca de 300 cabeças. O nosso entrevistado lamentou as dificuldades porque passou como empregado jovem, através do seguinte desabafo do próprio. “...sempre, sempre, enquanto lá estive, e onde o trabalho era mais custoso; onde o rebanho fosse maior, era para onde ia., não sei porquê os Costa Pinto..., foi uma coisa muito grave, uma discriminação muito grande, os ajudas sofreram lá muito; soltávamos ao Sol posto, e depois íamos aos cavacos espalhados pelo campo para fazer o lume. Só comíamos duas vezes por dia.”

Entre os 17 e os 21 anos, trabalhou com homens mais velhos e noutras funções, nomeadamente, com uma junta de bois para lavrar. Aos 21 anos foi trabalhar para herdades de menores superfícies territoriais, como a herdade da Carrilha onde ficou 3 anos. Nesta altura e a convite de Mariano Costa Pinto, regressou à grande herdade de Torre de Palma, exercendo a profissão de porqueiro; esta oferta não o deixou muito satisfeito, porque toda a sua vida tinha guardado suínos, e queria fazer outras tarefas; assim esteve lá apenas dois meses, pois queria aprender a tosquiar. Depois de aprender a tosquiar e numa altura em que se

preparava para sair para outro proprietário agrícola, recebeu outro convite dos irmãos Costa Pinto para continuar a trabalhar na grande herdade de Torre de Palma, com um ligeiro aumento de ordenado.

No começo do ano de 1975, o nosso entrevistado receoso do que poderia vir a acontecer, pegou na família e foi morar para o Estoril, mas vindo sempre a Vaiamonte, a sua terra natal, para ajudar na apanha da azeitona, o que fez com que acabasse por ficar por cá, assistindo e participando ativamente na formação e consolidação da UCP de Torre de Palma

Serviço de História e Arquivo (S.H.A) – Recorda-se como surgiu a Unidade Coletiva de Produção de Torre de Palma, bem como alguns dos seus fundadores?

M.O. – Primeiro, houve um grupo de homens residentes e moradores na Aldeia de Vaiamonte que foi ocupar a herdade e monte de Torre de Palma, totalmente, inculta e cheia de pasto, ao qual se acrescentava o estado de abandono do seu monte central. A pedido do grupo dos trabalhadores de Torre de Palma, ele (Manoel Oliveira) com um grupo de 40 pessoas da mesma aldeia, ocuparam outras herdades nas suas proximidades: a herdade da Matança e a herdade dos Esquerdos que pertenciam a Carlos Firmino Costa Pinto; a herdade de Cabeça Gorda, que pertencia ao Senhor Manuel Velez que morava no Assumar; a herdade do Reguengo...e o Outeirinho foi comprada por nós. Estas terras juntaram-se a Palma, aumentando o número de trabalhadores e de mão de obra para fazer obras no Monte, fazendo um lagar e o alpendre para os tratores e outras máquinas.

Ainda em 1975, foram escolhidos 5 trabalhadores para fazerem parte da Comissão de trabalhadores que, geria a “cooperativa”. Nesta Comissão o Senhor Manoel Pereira Oliveira, foi escolhido para «chefe dos gados» - ou seja, destinava os locais para onde as cabeças de gado iriam pastar, qual a altura indicada para a ordenha, ou para a «apartadura dos borregos» (sic)

Foi esta, a altura da criação da UCP de Torre de Palma, criada e consolidada entre os meses de maio e outubro do dito ano e sob a presidência de António Barradas com clara ideologia marxista.

SHA: - Está recordado da existência da célebre loja no Monte de Torre de Palma?

MO – Sim.

SHA: Como funcionava essa loja?

MO: Essa loja era de venda livre, muita gente de Vaiamonte e de Monforte, vinham comprar os seus produtos alimentares! Nós os trabalhadores, as nossas mulheres pediam – nos aquilo que precisavam; e nós quando à tardinha íamos para casa, levávamos os produtos que tinham pedido de manhã.

SHA:- A loja mudou alguma vez de sítio?

MO: - Esta loja nunca mudou para outro lugar, ficava no Rés do Chão e era seguida da casa da farinha, que tinha depois a casa da moagem da farinha para os animais.

SHA: - Os preços da loja eram iguais para toda gente?

MO: - Os preços eram iguais para todos aqueles que lá iam. O dinheiro feito com as vendas ia para as contas desta UCP.

SHA – Que produtos eram vendidos?

MO: - Os produtos vendidos eram geralmente, aqueles que a cooperativa produzia diretamente nos seus terrenos, com maior variedade durante o verão, produtos hortícolas, frutas e cereais; bem como azeite, vinho, massas, arroz, margarina.



Foto 1 – Loja comunitária da UCP – Torre de Palma, anos 80 do Século XX – fotografia gentilmente emprestada pela Junta de Freguesia de Vaiamonte.

SHA: - Como era feita a exploração agrícola da herdade de Torre de Palma e das outras herdades ocupadas, entre os trabalhadores da UCP de Torre de Palma?

MO: - Para além da produção coletiva que era para a UCP, cada um dos trabalhadores tinha direito além do ordenado de 60\$00 ao dia, à sua própria produção igual para todos os trabalhadores, e no caso de uma seara de aveia ou trigo tinha que ser o próprio trabalhador cuidar da sua produção, não entrando esta na produção coletiva.

SHA: - Recorda-se dos últimos tempos de existência da UCP de Torre de Palma?

MO – Como estiveram a trabalhar muitos anos nesta UCP, muitos dos primeiros trabalhadores envelheceram, e alguns deles reformaram-se, deixando de trabalhar, mas queriam manter as mesmas regalias que tinham antes. Os trabalhadores que ainda trabalhavam, não concordavam com estas regalias dos

antigos, o que provocou uma divisão entre os trabalhadores, contribuindo para o fim da «cooperativa».

SHA: - Qual o destino das outras herdades que tinham sido ocupadas em 1975?

MO: - Ainda antes do fim desta «cooperativa», já tínhamos devolvido as terras aos seus latifundiários, continuando a trabalharmos nessas terras pagando uma renda anual. Pagamos tudo, não ficamos a dever nada a ninguém.

Torre de Palma foi vendida ao Dr. Teófilo de Fronteira.

Nome do Entrevistado: António Jesus de Oliveira.

Profissão antiga: Vaqueiro

Data da entrevista: 7 de janeiro de 2014

Na sua casa acompanhado de sua esposa, Engrácia Clementina, o nosso entrevistado com 77 anos de idade, homem humilde e sincero, começou por recordar os muitos anos que trabalhou na grande herdade de Torre de Palma para os irmãos Costa Pinto que a trazia arrendada, pois como sabemos pertencia à família Falcão desde os meados do século dezanove.

SHA: - Recorda-se como surgiu a UCP de Torre de Palma:

AO: - Sim, recordo-me, de um grupo de homens aqui da aldeia, ter ocupado a Torre de Palma, e depois de ter sido formada a «cooperativa», ocupou o cargo de vaqueiro de uma vacada, havia outras vacadas, pertencentes a outros homens; foi o vaqueiro da mesma vacada, desde o começo até ao fim.

SHA: - Naquele tempo havia uma festa em Torre de Palma, que festa era essa?

AO: - Era a festa da «ferra» que se fazia sempre no 1º de Maio. Era eu que escolhia o gado que era marcado com o ferro da UCP nesse dia de comes e bebes, e onde vinha muita gente de todo o lado, era um grande dia!



Foto – 2 - UCP – Torre de Palma – festa da ferra (1977/78, fotografia gentilmente emprestada pela Junta de Freguesia de Vaiamonte

SHA: - Recorda-se da existência de uma loja no Monte de Torre de Palma?

AO: - Sim, havia lá uma loja no Monte de Torre de Palma, onde se vendiam muitos produtos para todos aqueles que quisessem comprar alimentos, azeite, massas, arroz, e muitos outros.

SHA: – O Monte de Torre de Palma durante a existência da UCP de Torre de Palma teve alguém a morar lá?

AO: - Nós os trabalhadores ao fim do dia regressávamos às nossas casas da aldeia, mas nos anos começaram a ficar lá uma equipa de arqueólogos e estudantes norte americanos, durante os meses de Verão de todos os anos. Ficavam alojados na casa principal, depois da autorização da Direção da

«cooperativa», voltando anualmente aquando dos trabalhos de escavação nas ruínas romanas até ao fim da UCP de Torre de Palma em 1991.

Esta última questão permite-nos verificar as boas relações de convivência que existiram sempre entre os trabalhadores rurais desta UCP e a equipa norte americana, colocando-se a hipótese de os responsáveis americanos pagarem uma renda pelo tempo em que estivessem alojados, durante as escavações anuais entre 1983 e 2000, sob a chefia da Prof. Dr. Stephanie J. Maloney da Universidade de Louisville, EUA. De todas estas campanhas resultou um extraordinário livro; *LIFE AND DEATH AT TORRE DE PALMA. Two Millennia of Rural Life in the Alto Alentejo, Portugal*, publicado no Suplemento de Novembro do Arqueólogo Português de 2022.



Foto 3 - UCP – Torre de Palma – trabalho rural” (1985), fotografia gentilmente cedida pela Junta de Freguesia de Vaiamonte

## **Testemunho da passagem de José Saramago pela Unidade Coletiva de Produção de Torre de Palma.**

Os excertos que se seguem foram extraídos do livro “Viagem a Portugal” de autoria de José Saramago, no período em que fez parte do Partido Comunista Português e visitou a UCP de Torre de Palma, quando se dirigia à estação arqueológica de Torre de Palma, c. 1981.

*“(.,) Chegando a Monforte, o viajante toma a estrada de Alter do Chão; vai à herdade de Torre de Palma, onde há uns restos de vila Romana que tem curiosidade de examinar. A distância é pequena, e que não tem atenção perde o caminho e a pequena tabuleta que diz; U.C.P. Torre de Palma. U.C.P., para quem não souber, significa. Unidade Coletiva de Produção .(...) O viajante cheio de sede, pede um refresco, e quando se está desalterando faz a pergunta mágica: «Então como é que vai aqui a ucêpê?». O sr. António olha o viajante com atenção; mas antes que possa responder vai outra juntar-se à primeira: «tem havido por cá marcações de reservas?». Quer seja da laranjada, quer da penumbra da loja, quer doutra qualquer razão, o ar parece tornar-se mais fresco, e o sr. António responde simplesmente. «Não vamos mal, mas fala-se aí num pedido que se for atendido deixa-nos sem terra para trabalhar». Fez uma pausa e acrescentou: «Quando acabar de beber vamos ali ao escritório, que lá se explica melhor.» O escritório fica no extremo duma fiada de casas que constitui o quadrilátero no meio do qual se ergue a torre. Sentada a uma secretaria está uma rapariga morena, de olhos pretos brilhantes, tipo evidente de cigana, bonita e de sorriso claro. Fazem-se as meias apresentações destes casos e a raparigas cujo nome o viajante esqueceu, ou não chegou a ser dito, explica a situação. Enquanto fala mantém o sorriso, e o viajante terá de decidir se ela sorri a dizer coisas sérias a sorri. (..) O sr. António vai agora mostrar algumas das instalações da cooperativa, o parque das máquinas, o lagar de azeite. Ambos são obra nova. O lagar de azeite está preparado para a próxima safra, impecavelmente limpo e lubrificado. Quando voltam ao terreiro, o viajante pergunta, se pode ir à torre. «Vamos já», diz o s. António. «É só ir buscar a*

chave. Tornam ao escritório, e enquanto abre a gaveta para tirar a chave, a rapariga diz: «nem as pessoas mais velhas da herdade se lembram de alguma vez terem visto os patrões.» A frase é dita como alimento à conversa anterior, uma coisa que tivesse por explicar. O viajante acena a cabeça. A rapariga sorri. No piso térreo, o sr. António mostra a antiga cozinha, espécie de reduto medieval pela grossura das paredes, e ao lado uns bancos corridos e umas mesas de mármore branco. «Eras aqui que comiam os ganhões», diz, O viajante olha fascinado, imagina os homens sentados naqueles bancos, à espera da açorda. «Açorda e mesa de mármore». Aqui está um título que bem dispensaria a obra. Já vão subindo aos andares superiores, quartos vazios, corredores, escadas de vai e volta. Numa sala espaçosa há cadeiras, uma secretária. «É aqui que fazemos as nossas reuniões. E de repente: «Olha um pardal! Deve ter entrado pelo forro do telhado». A avezinha, assustada, atira-se contra as vidraças, sem perceber porque se tinha tornado tão dura a atmosfera ainda ontem branda e macia. Do outro lado da janela havia sol, árvores, campos abertos, e ele ali fechado. Então o sr. António e o viajante lançam-se apanhar o passarito, tropeçam nas cadeiras, estão quase a agarrá-lo, mas ele não abe das intenções, escapa-se, voa até ao tecto onde não pode pousar, torna a bater contra a vidraça, ri o viajante, ri o sr. António, é um, contentamento em Torre de Palma. Por fim, o viajante agarra o pardal, fica tão vaidoso por ter sido ele e diz-lhe fraternalmente: seu estúpido, então não percebia que era uma boa intenção? O coraçãozinho da ave bate loucamente, do esforço e do susto. Ainda tenta escapar, mas o viajante segura-o com firmeza. No alto da torre abrem-se as portas da prisão. De repente o pardal está solto, já o ar é o que tinha sido, e num segundo, desaparece ao longe. O viajante acha que pelo menos metade dos seus pecados estão perdoados. Agora o sr. António explica até onde chegaram as terras da cooperativa e a reserva já marcada, a que está por marcar, oxalá não. Lá de baixo um homem diz uma frase em que se distingue a palavra borregos. O sr. António tem de descer e ir ao seu trabalho. O viajante vai às ruínas. Dá-lhe a atenção que pode, a basílica paleocristã, a piscina do baptistério, mas sente que está distraído no meio

*destas pedras velhas. (... De Monforte não viu o viajante os monumentos. Está ali a Igreja de Nossa Senhora da Conceição com suas ameias mudjares, a Casa do Prior alpendorada, com seus estuques barrocos, a Igreja da Madalena, com torre sineira piramidal. São lembranças exteriores. Levando Torre de Palma ás costas, o viajante achou melhor não entrar. Decerto não caberia nas portas:”<sup>90</sup>*

José Saramago, neste excerto assume o papel de viajante sem nome, deixando para a posteridade um excelente retrato da Unidade Coletiva de Produção – Torre de Palma, cerca de 1982, as suas conquistas territoriais, as suas principais características sociais e económicas na sede, sita no multissecular edifício central que, contem a famosa torre, mas também as ameaças que se avizinhavam em Portugal para este tipo explorações agrícolas, desde a publicação do célebre decreto-lei nº 111 /78 de 27 de maio<sup>91</sup>, o qual iniciou o processo do desmantelamento das ocupações “anárquicas “dos anos 1975 e 1976, restituindo

---

<sup>90</sup> In, José Saramago, Viagem a Portugal. 2ª Edição. Lisboa. Editorial Caminho.1985, pp. 196-198

<sup>91</sup> Ver, Decreto-Lei nº 111/78, de 27 de Maio, publicado no Diário da República. Série I, nº 121 – Ministério da Agricultura e Pescas – Estabelece as normas para a regulamentação da entrega de terras expropriadas ou nacionalizadas.

Do presente diploma destacamos os seguintes artigos por se enquadrarem com o que se passou na UCP – Torre de Palma, neste ano.

Tipos de contrato para a entrega da exploração:

Artigo 1º - A entrega para a exploração dos prédios expropriados ou nacionalizados no âmbito da Reforma Agrária pode ser efectivada mediante:

- a) Concessão de exploração;
- b) Licença de uso privativo;
- c) Arrendamento Rural;
- d) Exploração de Campanha;
- e) Contrato associativo
- f) Comodato

Destes o que se identifica mais com o tipo de contrato que terá existido em nesta UCP. Foi o de Arrendamento Rural, que surge entre os artigos 33º e 36º deste decreto – lei.

Art.º 33º Os contratos de arrendamento rural relativos a prédios expropriados ou nacionalizados regular-se-ão pela lei do arrendamento rural e pelo estabelecido nos artigos seguintes.

Art.º 34º Para efeito do disposto no presente diploma, todas as funções atribuídas pela lei do arrendamento rural às concessões concelhias serão desempenhados pelas direcções regionais de agricultura e pelo Instituto de Gestão e Estruturação Fundiária.

Art.º 35º Os contratos de arrendamento rural serão celebrados pelo prazo de seis anos, entendendo-se o contrato renovado por períodos sucessivos de três anos, enquanto o mesmo não for denunciado.

Art.º 36º A renda será estipulado em dinheiro e automaticamente actualizada no fim de cada período contratual, de acordo com os valores na portaria a que se refere o artigo 17º que então estiver em vigor.

27 de maio de 1978, p. 937

diversas propriedades aos seus anteriores donos, através das famosas reservas, que o sr. António explicou ao escritor português e que constituíam uma grande preocupação para a própria sobrevivência desta UCP.



Foto 4 - Aspeto geral da torre no Monte de Torre de Palma sede da UCP 1 de 1975 a 1990, mencionado por José Saramago. Fotografia tirada pelo Gabinete de História (2003)

Claro, que neste excerto ressalta a grande admiração e defesa que José Saramago, nutria pelas UCP'S, seus dirigentes e trabalhadores, e ainda a ideologia marxista que dominava no seio destas explorações agrícolas e pecuárias. De tal modo, essa admiração era tão forte que o “nosso” viajante, colocou em segundo plano o motivo inicial da sua passagem por esta região, visitar as ruínas romanas de Torre de Palma, dando-lhe apenas a atenção suficiente, pois sente que estava distraído no meio das pedras velhas.

## **Fontes e Bibliografia**

### **Fontes**

#### Cartório Notarial do Crato:

Conservatória do Registo Civil, Predial e Cartório Notarial do Crato, Livro nº 190, fls.80-81

#### Cartório Notarial de Fronteira:

Conservatória do Registo Civil, Predial e Cartório Notarial de Fronteira. Livro nº 107, fls. 74vº-84

#### Cartório Notarial de Sousel:

Conservatória do Registo Civil, Predial, e Cartório Notarial de Sousel, Livro nº 499, fls 94-95vº

#### Cartório Notarial de Vila Franca de Xira:

Segundo Cartório, Livro 66 – A fls. 91vº-100; Livro 67 – A fls. 2-5vº

Direção Geral do Livro, Arquivos e Bibliotecas / Torre do Tombo.

#### Cartórios Notariais

15º Cartório Notarial de Lisboa – Ofício – B Cx. 47, Livro de Notas, nº 347, fls. 40-43

#### Legislação Nacional:

DECRETO-LEI n: 203-C/75 “D,G; Série I”, 88 ( 75-04-15)

DECRETO-LEI n: 406-A/75 “D.G. Série I” , 173 (75-07-29)

DECRETO-LEI n: 351/755 “D.G. Série I “, 153 (75-07-05)

DECRETO-LEI n: 111/78 “D.R. Série I – A” 121 (78-05-27)

### **Bibliografia**

BOAVENTURA, Rui, LANGLEY, Maia M.; SILVA, José Inácio Militão, *Herdade de Torre de Palma. Passado e Presente (História e vivências)*. Monforte. Edição da Câmara Municipal de Monforte, 2014. 343 págs. ISBN: 978-989-8177-17-9

SARAMAGO, José, *Viagem a Portugal*. 2ª Edição. Lisboa. Editorial Caminho: novembro. Depósito Legal nº 10288/885, 1985, pp. 196-198

## **“*Não queremos subsídios, exigimos trabalho!*”: a luta das operárias na Applied Magnetics (1974-1975)**

**Pâmela Peres Cabreira** (IHC/NOVA)

### **Resumo**

O presente trabalho tem por objetivo resgatar a história de milhares de mulheres operárias que lutaram pelo direito ao trabalho e por melhores condições de vida durante o período revolucionário português (1974-1975). Buscamos analisar o setor de produção de componentes eletrônicos, com foco no caso da multinacional fábrica Applied Magnetics, em Sacavém, composta por 90% de trabalhadoras almejando identificar e compreender o processo de luta destas operárias. Em termos metodológicos, nossa pesquisa baseia-se em fontes primárias, incluindo jornais, panfletos de fábricas e, ocasionalmente, relatos de ex-operárias obtidos por meio de entrevistas. Nossa hipótese é que a luta das operárias da Applied Magnetics estabeleceu um precedente para o decreto sobre o subsídio ao desemprego, em março de 1975, e abriu possibilidades de mudanças geracionais no papel histórico das mulheres portuguesas, à medida que assumiram um papel ativo na busca por transformações.

**Palavras-chave:** PREC; 25 de Abril de 1974; Mulheres operárias; Applied Magnetics.

### **Abstract**

The aim of this work is to recover the history of thousands of women workers who fought for the right to work and better living conditions during the Portuguese revolutionary period (1974-1975). We sought to analyze the electronic components production sector, focusing on the case of the multinational Applied Magnetics factory in Sacavém, made up of 90% female workers, with the aim of identifying and understanding the process of struggle of these workers. In methodological terms, our research is based on primary sources, including newspapers, factory pamphlets and, occasionally, accounts of former female workers obtained through

interviews. Our hypothesis is that the struggle of the Applied Magnetics workers set a precedent for the unemployment benefit decree in March 1975 and opened up possibilities for generational changes in the historical role of Portuguese women, as they took an active role in seeking transformations.

**Keywords:** PREC; April 25, 1974; Women workers; Applied Magnetics.

## **Introdução – “O trabalho é delicado, trabalho de mulher”**

O caso envolvendo a multinacional estadunidense Applied Magnetics ganhou ampla visibilidade nos mais diversos jornais da esquerda revolucionária, não só por “representar um precedente”, como afirmado por Miguel Suárez<sup>92</sup>, mas também devido ao seu desenvolvimento particular. A fábrica era composta por um quadro de 700 trabalhadores,<sup>93</sup> sendo 90% operárias,<sup>94</sup> dedicadas à produção de cabeças magnéticas e matrizes para computadores.<sup>95</sup>

Parece-nos importante, ainda que brevemente, imprimir uma consideração acerca do trabalho dessas operárias. A preferência pela força de trabalho de mulheres na instalação de fábricas voltadas para a metalurgia leve e componentes eletrônicos atingiu seu ápice em Portugal na década de 1960.<sup>96</sup> Essa escolha pode ser relacionada às atribuições de gênero associadas a esse tipo de trabalho considerado minucioso e paciente, com vista “à estética e ao detalhe”,<sup>97</sup> mas com outras condições históricas de fundo.

---

<sup>92</sup> Miguel A. Pérez Suárez, *Abaixo a exploração capitalista! Comissões de Trabalhadores e luta operária na Revolução Portuguesa (1974-1975)*, Lisboa, Tigre de Papel, 2003, p. 94.

<sup>93</sup> *A Capital*, 12 de julho de 1974, n. 2280.

<sup>94</sup> Miguel A. Pérez Suárez, *Abaixo a exploração capitalista! Comissões de Trabalhadores e luta operária na Revolução Portuguesa (1974-1975)*, Lisboa, Tigre de Papel, 2003, p. 94.

<sup>95</sup> Este trabalho contou com o apoio financeiro da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)/Doutorado Pleno/Processo nº 88881.129278/2016-01. Atualmente é financiado através de uma bolsa de doutoramento pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia, UI/BD/150943/2021. A análise desse tema será brevemente publicada na tese de doutoramento da autora: “Operárias em luta: reivindicações e resistência nas fábricas durante o PREC (1974-1975)”.

<sup>96</sup> Ver Pâmela P. Cabreira & Nicolli B. Macedo, “História das mulheres trabalhadoras em Portugal: cenários em perspectiva”, in *Estudos Globais do Trabalho*, Lisboa, Edições Húmus, 2021, 131-152.

<sup>97</sup> Lina Coelho & Virgínia Ferreira, “Segregação sexual do emprego em Portugal no último quarto de século — agravamento ou abrandamento?”, in *e-cadernos CES*, 2021, 77-98, p. 96.

A “feminização com desqualificação” é evidente no setor dos componentes eletrônicos, interpretada por Souza-Lobo<sup>98</sup> como resultado de um século de “domesticação” da mulher, onde ela foi confinada ao papel moral da família nuclear e afastada da esfera pública e reproduzidos nas funções fabris. Nesse sentido, a feminização nesses setores representa uma extensão dos papéis femininos naturalizados na sociedade, ou seja, obedecem aos critérios de “tarefas repetitivas que exigem atenção e paciência, destreza e minúcia”,<sup>99</sup> treinadas socialmente.

Defendemos a perspectiva de que a minúcia, a delicadeza e a paciência não são fatores naturais, mas sim construídos a partir de práticas sociais evidentes, conforme defendido por Kergoat<sup>100</sup> e Souza-Lobo. Desde a infância, as crianças são direcionadas para atividades que não apenas moldam seu comportamento, mas também as suas competências. Atividades como costura, bordado, crochê e tricô; o cuidado com a preparação das refeições; a atenção dedicada ao cuidado dos filhos, a delicadeza e a paciência associadas ao trabalho doméstico repetitivo e enfadonho que se põe e renasce a cada dia, inexoravelmente. São funções destinadas socialmente às meninas.

Retornando à segunda metade do século XX, associamos uma segunda problemática a essa questão: a menor remuneração para os trabalhos “minuciosos” então desenvolvidos por mulheres operárias. Enquanto funções que demandam força e capacidade física são frequentemente consideradas mais qualificadas e, por conseguinte, mais bem remuneradas — capacidades que em certa medida são adquiridas por meio de práticas sociais desde a infância — o mesmo não se aplica às capacidades desenvolvidas por mulheres.

Aliás, na metalurgia leve e eletrônicos, 33% das mulheres recebiam salários entre 4.000 e 4.999 escudos, enquanto apenas 17,4% dos homens estavam nessa

---

<sup>98</sup> Elizabeth Souza-Lobo, *A classe operária tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência*, São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, 2011, p. 152-153.

<sup>99</sup> Elizabeth Souza-Lobo, *A classe operária tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência*, São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, 2011, pp. 152-153.

<sup>100</sup> Danièle Kergoat, *Lutar, dizem elas...*, Recife, Edições SOS Corpo, 2018.

faixa salarial. Além disso, em janeiro de 1975 — a atualização do salário mínimo nacional viria pelo Decreto-Lei 292, de 16 de junho, estabelecer os 4 mil escudos mensais — mais de 60% das trabalhadoras em diversos setores recebiam salários inferiores a 4.000 escudos, em comparação com apenas 10% dos homens trabalhadores.<sup>101</sup>

## **Das reivindicações à luta: o caso Applied**

O desenvolvimento dessa luta teve início em junho de 1974, quando o patronato procurou enviar uma Comissão de Trabalhadores, eleita antes do 25 de Abril, ao Ministério do Trabalho.<sup>102</sup> No entanto, essa tentativa foi prontamente respondida com a formação de uma nova comissão, eleita pelas trabalhadoras.

A luta prosseguiu com a apresentação de um caderno reivindicativo, que incluía exigências como aumento salarial, adoção de uma jornada de 40 horas semanais (uma medida colocada em prática pelas trabalhadoras), salário igual para trabalho igual.<sup>103</sup> As operárias realizaram uma paralisação de 14 dias pelo cumprimento do caderno,<sup>104</sup> ação que teria sido aceite pela administração.<sup>105</sup>

Em julho, a direção alegou que não poderia cumprir o aumento salarial estipulado no CCT, no valor de 4.800 escudos, e, por esse motivo, anunciava o despedimento de 116 operárias.<sup>106</sup> Em resposta a essa decisão, ocuparam tanto a fábrica quanto os escritórios, com o objetivo de evitar a remoção de documentação e maquinaria. Deixaram de receber salários desde 18 de julho.

Importa notar que durante as ocupações de fábricas durante o período revolucionário, as trabalhadoras envolvidas não apenas se engajaram em atividades políticas, como debates e elaboração de material de protesto, mas também exploraram expressões culturais, escrevendo poemas e recitando-os,

---

<sup>101</sup> Isabel Romão, *Discriminações salariais contra as trabalhadoras portuguesas e remunerações praticadas*, Cadernos da Condição Feminina, Ministério dos Assuntos Sociais, Comissão da Condição Feminina, n. 6, 1977.

<sup>102</sup> *O 1º de Maio*, 1 a 15 de agosto de 1974, n. 5.

<sup>103</sup> *O 1º de Maio*, 1 a 15 de agosto de 1974, n. 5.

<sup>104</sup> *Luta Popular*, 18 de julho de 1974, n. 25.

<sup>105</sup> *O 1º de Maio*, 1 a 15 de agosto de 1974, n. 5.

<sup>106</sup> *Revolução*, 26 de julho de 1974, n. 9.

pintaram as paredes com palavras de ordem, cantaram junto com Mário Branco ou Zeca Afonso, elaboraram e encenaram peças de teatro. Essas mulheres não apenas criaram atividades, mas também *ultrapassaram* barreiras que haviam sido impostas a elas ao longo de décadas. Elas fumavam, conversavam em voz alta, participavam ativamente de debates, dormiam noites fora de casa. Se é verdade o que afirmava Lênin, de que “a consciência social reflete o ser social”,<sup>107</sup> essas mulheres envolveram-se em uma experiência transformadora que desafiou as expectativas dos padrões impostos. Muitas delas romperam com essa película invisível da moralidade patriarcal. As ocupações não apenas possibilitaram mudanças subjetivas, mas também frequentemente resultaram em conquistas objetivas sob as reivindicações colocadas.

A administração convocou uma reunião na qual propôs a continuidade das operações da fábrica sob certas condições: “semana de 44 horas (quando já tinham 40 horas), 3 semanas de férias (quando já tinham 1 mês), admissão de três elementos saneados pelos trabalhadores, despedimento de elementos da comissão de trabalhadores, despedimento das 116 operárias, redução em 27 dos salários impostos pelo CCT”. No entanto, essa proposta foi rejeitada, recebendo apenas 20 votos a favor.<sup>108</sup> No dia 23, o administrador, Cécil Fraser, anunciou a falência da empresa, alegando não ter conseguido obter financiamento do governo português,<sup>109</sup> indicando a demissão das restantes 500 operárias.<sup>110</sup>

A proposta é recusada e a ocupação mantém-se. Chegam a trancar o administrador nos escritórios. Após um dia de negociações, permitiram que o diretor saísse sob a condição de entregar o seu passaporte à Comissão. No entanto, houve discordâncias sobre a medida, e o administrador dirigiu-se para o Hotel Sheraton, em Lisboa. “Nós nunca devíamos ter deixado fugir o administrador

---

<sup>107</sup> Vladimir I. Lênin, *Materialismo e empiriocriticismo. Notas e Críticas sobre uma filosofia reacionária*, Rio de Janeiro, Editorial Calvino, 1909/1946.

<sup>108</sup> *Voz do Povo*, 6 de agosto de 1974, n. 1.

<sup>109</sup> Essa informação não é consensual. Miguel Suárez faz esta afirmação, que reiteramos pela leitura de outras fontes, de que o governo não procedeu ao financiamento. Entretanto, o *Avante!* avança com a notícia de que o governo havia emprestado 5 mil contos à empresa após o recuo em certos pontos (como a ampliação e funcionamento da creche) do caderno reivindicativo, e afirmam que o pagamento ao Estado nunca procedeu.

<sup>110</sup> *Voz do Povo*, 6 de agosto de 1974, n. 1.

[...] dados os graves problemas que estão a suceder agora é chato deixar o tipo ficar no hotel Sheraton. Eu acho que não é justo, ele nunca devia ter fugido, devia ter regressado à fábrica”.<sup>111</sup> As operárias acusaram os trabalhadores do escritório de entregarem centenas de cheques destinados ao pagamento dos salários que estavam no gabinete da direção.<sup>112</sup> Um pequeno grupo se deslocou até Lisboa e criou um cerco no hotel onde o administrador estava hospedado. Elas afirmaram ter recebido apoio dos trabalhadores do hotel, que ofereceram acomodação e refeições.<sup>113</sup> Esse grupo seguiu o patrão durante uma noite no Bairro Alto, onde, incrédulas, diziam que ele havia gasto em cervejas todo o salário mensal de uma operária. O piquete no hotel durou cerca de três dias, até conseguirem uma reunião com representantes do Ministério do Trabalho e com o próprio Fraser.<sup>114</sup>

Na reunião realizada em 24 de julho, as operárias entregaram o passaporte do diretor ao Ministério. De acordo com o jornal *Voz do Trabalhador*, a “solução” proposta pelo Ministério do Trabalho envolveu um empréstimo do Governo à administração no valor de 5.000 contos. Esse empréstimo seria utilizado para o pagamento dos salários das 116 operárias demitidas durante dois meses e incluía a promessa de emprego para as demais trabalhadoras. No entanto, as condições impostas eram significativas: elas teriam de voltar a uma jornada de 44 horas semanais, pagar as 4 horas que haviam sido eliminadas desde 4 de junho (data em que começaram a trabalhar 40h), além de terem suas férias reduzidas de um mês para três semanas. A proposta incluía a dissolução da atual Comissão de Trabalhadores e um inquérito sobre os trabalhadores saneados, com a possibilidade de readmissão dependendo dos resultados da investigação.<sup>115</sup>

Poucos dias depois, no início de agosto, as operárias descobriram que o administrador já estava em Londres, a caminho dos Estados Unidos, quando enviou um *telex* ao Ministério, instruindo que este prosseguisse com a venda de

---

<sup>111</sup> *Revolução*, 26 de julho de 1974, n. 9.

<sup>112</sup> *Revolução*, 26 de julho de 1974, n. 9.

<sup>113</sup> O Hotel Sheraton fazia parte do Grupo ITT, e passou por um processo de luta durante o PREC. Ver *Dossier 25 de Abril: Resposta ITT*, Lisboa, Edições Avante!.

<sup>114</sup> *Revolução*, 26 de julho de 1974, n. 9.

<sup>115</sup> *Revolução*, 26 de julho de 1974, n. 9.

todo o conteúdo da fábrica para cobrir os custos de salários e indenizações.<sup>116</sup> A mensagem gerou indignação entre as operárias e a Comissão, não apenas pelo valor ser aparentemente insuficiente, mas também pela incongruência de o Ministério ter sido encarregue com assuntos que eram responsabilidade da multinacional. A Comissão ficara a saber que, dias depois o diretor propôs a venda da fábrica pelo montante de cinco mil contos. Segundo uma operária, Dália, a situação desdobrou-se da seguinte forma:

*“A proposta é essa que foi rejeitada pelos trabalhadores pois a dívida que ele tem para connosco são cerca de trinta e seis mil contos e além disso não tínhamos quaisquer garantias de receber esses cinco mil contos, pois eles só nos davam dinheiro quando o material chegasse aos Estados Unidos e era se chegasse em boas condições. Se por acaso o material sofresse qualquer acidente nós automaticamente passávamos sem receber o dinheiro pois eles não se responsabilizavam por nada disso de maneira que isso foi rejeitado pelos trabalhadores.”<sup>117</sup>*

Para complementar os salários, a Comissão organizou “peditórios”<sup>118</sup> em Lisboa durante o mês de agosto. Além disso, receberam apoio financeiro de diversas fábricas por meio de fundos de luta.<sup>119</sup> Uma operária compartilhou detalhes sobre os “peditórios”, em uma entrevista ao jornal *Voz do Povo*:

---

<sup>116</sup> *Voz do Povo*, 6 de agosto de 1974, n. 1.

<sup>117</sup> “Documentário “Applied Magnetics — o início de uma luta”, in *Nome Mulher*, 21 de setembro de 1974.

<sup>118</sup> *Voz do Povo*, 20 de agosto de 1974, n. 3. Outra operária, Elisa Leonor de 14 anos, narra à Cinequipa: “Depois andámos a fazer uns peditórios na rua para ver se juntávamos dinheiro para colocar casais a trabalhar com filhos e então a gente andámos a fazer estes peditórios, havia pessoas que eram compreensíveis e davam dinheiro, outras tratavam-nos mal diziam para nós irmos trabalhar, que tínhamos bom corpo hum quer dizer assim umas séries de problemas que nós dissemos à comissão, passamos três dias a pedir e a comissão diz que não estava de acordo que nos tratassem mal e depois acabámos com os peditórios” (“Applied Magnetics — o início de uma luta”, in *Nome Mulher*, 21 de setembro de 1974).

<sup>119</sup> Fábricas que apoiaram o fundo de luta para as operárias da Applied, segundo o jornal *Avante!* (1974, n. 15): Isolux, TLP, Promática, ITT, Satandard, Autosil, Vittron (através da Intersindical e do Sindicato dos Trabalhadores Electricistas), Multiplano, Ubague, General Motors, Efacec, Melka, Siemens, Direcção-Geral de Transportes Terrestres, Siderurgia Nacional, Gulbenkian, Petromquímica, Indústria Metalúrgica Presidente Lever, Caixa Geral de Depósitos. Destaque para a Standard e da ITT Semicondutores, que fizeram um dia de trabalho para as trabalhadoras.

*“No dia 8 do mês corrente, iniciamos um peditório pelas zonas mais movimentadas da cidade de Lisboa. Devo dizer que esta iniciativa foi acolhida com tristeza por todas porque embora soubéssemos que a maioria das pessoas iria compreender, sabíamos também que iríamos estar sujeitos aos insultos doutras. [...] Os comentários mais ouvidos por todos os grupos são entre outros estes: “vão trabalhar”; “não têm trabalho porque não querem”; “olhem que nas obras e na estiva há muito o que fazer”; “vão para casa lavar roupa”; “não têm vergonha de andar a pedir sendo tão novas e tendo saúde?”; “vocês querem é andar na boa vida”; “porque não faziam isto antes do 25 de Abril?”; “agora querem ganhar muito e não fazer nada, e o que se vê é esta pouca vergonha”. Mas, ao contrário destas pessoas, existem outras, que felizmente são a maioria. Estas, não só nos ajudam financeiramente, como também se oferecem para nos ajudarem a encontrar a melhor solução, para os nossos problemas.”<sup>120</sup>*

Certamente, essa iniciativa e a resposta obtida por algumas pessoas abordadas acabou desmoralizando muitas operárias, especialmente quando relataram ao jornal *A Capital* que estavam enfrentando dificuldades para encontrar emprego devido a serem “rotuladas como revolucionárias”.<sup>121</sup> Esse problema mostrou-se recorrente nesta investigação, como as experiências das operárias da Standard e Sogantal. No entanto, essa situação não impediu que algumas operárias continuassem na luta ou participassem das reuniões políticas organizadas pela Comissão.

Uma operária expressou sua perspectiva: “O fim destas empresas foi só vir cá explorar a mão-de-obra e, como vêem agora que estamos a lutar pelos nossos direitos, ameaçam com despedimentos, fechar a porta e ir para outros países. Mas nos outros países vai acontecer o mesmo. Ou eles pensam que a exploração é

---

<sup>120</sup> *Voz do Povo*, 20 de agosto de 1974, n. 3.

<sup>121</sup> *A Capital*, 11 de outubro de 1974, n. 2355.

eterna e os trabalhadores não abrem cada vez mais os olhos?”.<sup>122</sup> Essas palavras refletiam a consciência crescente de muitas operárias sobre sua situação desigual nas condições para negociação, fosse com o patronato ou com o governo.

A pressão exercida pelas trabalhadoras e pela Comissão resultou no Estado assumindo o pagamento das indenizações que caberiam à entidade patronal. Esse pagamento foi feito por meio de um subsídio no valor correspondente à metade de um salário mínimo, totalizando 1.650 escudos. Esses pagamentos começaram em agosto de 1974 e previa-se uma duração de quatro meses.<sup>123</sup> Essa iniciativa representou um marco significativo, sendo uma das primeiras medidas que impulsionaram a criação de um subsídio de desemprego, ainda que a luta dessas operárias tenha sido sempre em prol do direito ao emprego. O subsídio foi uma ferramenta de sobrevivência. A sua formalização foi então institucionalizada com a promulgação do Decreto-Lei n.º 169-D, de 31 de março de 1975.

Com esse acordo estabelecido, em novembro de 1974 a Comissão entregou as chaves da fábrica para a GNR. Foi decidido que o Ministério assumiria a continuação das negociações com a administração estadunidense, sempre em diálogo com a Comissão.

Nesse período, a Comissão de Trabalhadores — reduzida a três trabalhadores — afirmava que muitas operárias já não participavam nas reuniões e assembleias que continuavam a acontecer na fábrica, visto que os delegados mantiveram uma cópia das chaves. Alegavam receber constantemente telefonemas de fornecedores cobrando dívidas. E enviaram ao Ministério documentos de contas no valor de quinze mil contos, na expectativa de que isso fosse considerado nas negociações em curso.<sup>124</sup>

Apesar da dificuldade nas negociações e face ao desemprego, permaneceram otimistas em relação a uma nova iniciativa: a criação de uma peça

---

<sup>122</sup> *Avante!* 1974, n. 10.

<sup>123</sup> O jornal *A Causa Operária*, 24 de fevereiro de 1975, n. 5, apontava que a duração seria de 6 meses do subsídio, mas as/os trabalhadoras/es indicam no *Jornal dos Trabalhadores Desempregados da Applied* (CD25A), em fevereiro de 1975, que o subsídio acabara em janeiro.

<sup>124</sup> “Applied Magnetics — o início de uma luta”, in *Nome Mulher*, 21 de setembro de 1974.

de teatro, denunciando a ação das multinacionais. Um operário, chamado Raul, descrevia como era processada essa ideia.

*“Portanto a peça de teatro que nós estamos a tentar encenar é toda baseada no processo de luta desenrolado aqui e hum e nas envolvências portanto o que houve em relação a este processo do capitalismo, do colonialismo... hum nós estamos a pensar portanto, se conseguirmos realmente levar para a frente essa ideia, já está em fase adiantada de ensaios que isso já está completamente escrita, só falta a parte final... eh e eu devo-me aqui dizer que foi escrita coletivamente eh se conseguirmos portanto concretizar essa ideia vamos... estamos com ideias de levá-la à cena só em fábricas e quando muito em coletividades. Portanto já várias pessoas nos têm perguntado se vamos pôr essa peça aí em casas de espetáculo em Lisboa ou noutros sítios. Nós não estamos nada interessados em pôr, portanto a nossa experiência de luta e tudo o que aqui se passou à disposição da diversão da burguesia, portanto no nosso interesse é que as pessoas tirem conclusões práticas daquilo que aqui se passou.”<sup>125</sup>*

Se é verdade que a forma estética se renova sob as condições que o tempo histórico exige, o visceral operário Raul buscava aproximar, tomar para si o que Bertolt Brecht<sup>126</sup> chamou de “teatro épico”, aquele que devia despertar o interlocutor para uma reflexão e atitude críticas, aproximá-lo para o problema *real*. A cultura sempre andou de braços dados com a revolução.

No mês de janeiro de 1975 organizam uma assembleia onde votaram uma nova Comissão de Trabalhadores, composta por 13 elementos, 9 mulheres e 4 homens;<sup>127</sup> determinaram uma manifestação até ao Ministério do Trabalho pela

---

<sup>125</sup> “Applied Magnetics — o início de uma luta”, in *Nome Mulher*, 21 de setembro de 1974.

<sup>126</sup> Bertolt Brecht, *Estudos sobre teatro*, Rio de Janeiro, Editora Nova Fronteira, 2005.

<sup>127</sup> São elas Rosa Monteiro, Isabel Monteiro, Agostinha Almeida, Arminda Madeira, Amélia Gonçalves, Maria Fátima Saraiva, Maria Rosa Martins, Lúcia Oliveira e Amélia Capítulo e os operários Raúl Reis, Miguel Rodrigues, António Monteiro e Jorge Lopes.

venda do material existente na fábrica e a nacionalização da Applied. Declaravam “em vez de arranjam subsídios arranjam postos de trabalho!”. A posição política da Comissão foi ativa ao longo de todo o processo revolucionário, inclusive, em denúncia ao Sindicato dos Electricistas do Sul. Manifestavam-se: “O ramo da eletrónica é um dos mais afectados pelos despedimentos. Que tem feito o sindicato? Na Applied até agora NADA! [...] A classe operária precisa de verdadeiros sindicatos de luta que a apoiem na luta pelos seus direitos com vistas ao derrube do capitalismo imperialismo pela construção de uma sociedade sem exploração”.<sup>128</sup>

Em janeiro, alguns jornais, incluindo *O Setubalense*, reportaram sobre os preparativos para a realização da peça de teatro.<sup>129</sup> No final deste mês, participaram em uma manifestação junto a trabalhadoras e trabalhadores de outras empresas, reunindo cerca de 2.000 pessoas em protesto contra os despedimentos e em defesa pelo direito ao emprego.<sup>130</sup>

Apesar dessas dificuldades, mais operárias decidiram voltam a integrar a luta. Em uma assembleia, foi decidido que participariam da manifestação marcada para 7 de fevereiro, numa jornada de luta em defesa do poder popular e contra as forças da NATO. A manifestação “fará mostrar que não nos curvamos às suas nojentas (*sic*) ordens e que não somos fracos”. A ação foi organizada à revelia do Sindicato que, segundo uma operária “não apoia a luta dos trabalhadores”.<sup>131</sup> Após a manifestação, foi convocada uma assembleia onde redigiram um documento ao Ministério do Trabalho. Nele exigiam não apenas o pagamento das indemnizações e salários, mas também o direito ao emprego. Enquanto essas demandas não fossem atendidas, reivindicavam um subsídio no valor de 3.300 escudos, além de apresentarem propostas para a reconversão da fábrica.<sup>132</sup>

---

<sup>128</sup> *A posição dos trabalhadores da Applied Magnéticos Portugal face à actuação do Sindicato dos Electricistas do sul, perante a sua luta.* Pasta Comissões de Trabalhadores, n.d.

<sup>129</sup> *O Setubalense*, 27 de janeiro de 1975.

<sup>130</sup> *Voz do Povo*, 20 de maio de 1975, n. 42.

<sup>131</sup> *Jornal Dos Trabalhadores da Applied, Editorial*, 1976.

<sup>132</sup> *Jornal Dos Trabalhadores da Applied, Editorial*, 1976.

Em uma nova assembleia, realizada em 16 de fevereiro, representaram uma peça<sup>133</sup> que retratava o Ministro do Trabalho como um traidor que havia se voltado para os interesses do patronato. Ressaltaram que, embora o governo oferecesse algum apoio para ajudá-los a encontrar empregos, esse suporte não era suficiente, bem como denunciavam que os sindicatos não agiam pela defesa das operárias. Ressaltavam ainda que “o governo empresta dinheiro às pequenas e médias empresas dizendo que assim diminui o desemprego. Nós sabemos que a solução não é essa pois isso é ajudar os capitalistas a encher mais os bolsos à custa dos trabalhadores”.<sup>134</sup> No jornal dos trabalhadores, denunciavam:

*“Se o governo em vez de lhes emprestar dinheiro lhes tirasse todo aquele que eles roubaram durante tantos anos, nacionalizasse as fábricas e criasse novos postos de trabalho com certeza que o problema se resolvia. O que eles querem é lançar-nos no desemprego para melhor nos dividir e assim quando nos apertar a fome nos submetermos aos ordenados miseráveis a que eles estão habituados. O sindicato também sabe disso, como tal, em vez de nos apoiar e defender fazem panelinha com todos estes senhores esquecendo-se que os trabalhadores lhes pagam para serem defendidos. Isto prova que temos de nos organizar com todos os trabalhadores do ramo electrónico para expulsarmos estes traidores que mais não fazem do que colaborar com a burguesia e pormos na direcção operários da nossa confiança que nos defendam na luta contra a exploração.”*

No dia 3 de março, a Comissão organizou uma manifestação “das trabalhadoras da Applied”, em Moscavide, com a presença de José Mário Branco. O jornal *Voz do Povo* relatou que as operárias conseguiram o prolongamento das indemnizações pagas pelo Estado, no valor de 1.650 escudos, quando da aplicação

---

<sup>133</sup> *Jornal dos Trabalhadores da Applied*, 20 de fevereiro de 1975, n. 2.

<sup>134</sup> *Jornal dos Trabalhadores da Applied*, 20 de fevereiro de 1975, n. 2.

do subsídio de desemprego nacional. Esse prolongamento ocorreu por meio de um projeto experimental iniciado no mês de março.<sup>135</sup>

Entretanto, havia um conflito que não era exclusivo na Applied, mas se estendia para todas as trabalhadoras do país. Consistia da necessidade de todas as trabalhadoras e trabalhadores terem contribuído pelo menos seis meses de descontos para a Caixa de Previdência, como pré-condição ao acesso desse direito. Muitas trabalhadoras e trabalhadores em todo o país denunciavam há anos que as empresas faziam os descontos dos salários, mas não repassavam esses valores para o órgão responsável. Além disso, acreditamos que houvesse uma situação particularmente impeditiva às mulheres, uma vez que o diploma não permitia a acumulação do subsídio no núcleo familiar. Sendo os salários mais altos geralmente atribuídos aos homens, a opção de atribuição do subsídio recaía sobre eles, caso ambos, marido e esposa, estivessem desempregados. Essa situação evidencia uma retirada dos direitos individuais em prol de uma ordenação familiar moldada pelos padrões patriarcais, onde a autonomia das mulheres fora novamente subjugada segundo os interesses familiares e sociais dominantes.

As operárias da Applied acreditavam que era possível obter ajuda direta do governo para serem realocadas em outros postos de trabalho. Uma operária expressou seu sentimento: “é necessário fazer jornais murais nos bairros operários contando a nossa luta, é necessário avançarmos com a nossa manifestação exigindo o direito ao trabalho e mostrarmos que não estamos dispostos a morrer de fome”.<sup>136</sup> A Comissão acusava o governo de fazer uso inadequado de verbas públicas, apontando para a falta de pagamento dos subsídios quando “gastaram 137.000 contos para arranjar o D. Maria”,<sup>137</sup> referindo-se ao teatro em Lisboa. Ademais, no jornal da fábrica, alertaram para a diferença entre a “democracia burguesa” e a “democracia popular”, fazendo um apelo à luta para que essa prevalecesse. Diziam: “é preciso construir uma sociedade nova donde seja banida

---

<sup>135</sup> Decreto-Lei n.º 169-D/1975, de 31 de março de 1975, *Diário do Governo*, n. 75, Ministério do Trabalho e dos Assuntos Sociais.

<sup>136</sup> *Jornal dos Trabalhadores da Applied*, 20 de fevereiro de 1975, n. 2.

<sup>137</sup> *Jornal dos Trabalhadores da Applied*, 20 de fevereiro de 1975, n. 2.

a exploração do homem pelo homem e onde a classe operária aliada aos camponeses pobres mandem em tudo”.<sup>138</sup>

As operárias e operários da Applied participaram ativamente na manifestação de 20 de agosto de 1975, ao lado de milhares de operários/as, camponeses/as, soldados e marinheiros “anti-fascistas e anti-imperialistas” em defesa do “Poder Popular” como forma de organização social. Em um documento assinado pela “Comissão de Trabalhadores da Applied Magnetics e LNEC”, junto das Comissões de Moradores de “Peixinhos, Alto da Eira, Vale Escuro, Bairro do Américo, Casal Ventoso, Rio Seco, Nossa Senhora da Graça, Autónoma Revolucionária de Santo Contestável”,<sup>139</sup> expressavam apoio ao documento do COPCON como “a única alternativa revolucionária capaz de satisfazer as suas reivindicações imediatas. Mas não só as medidas imediatas apontadas pelo referido documento que conquistaram a adesão das largas massas. É a autocrítica dos referidos ofícios, a sua posição clara de não conciliação com a política de inoperância dos sucessivos governos provisórios e dos partidos neles representados”.<sup>140</sup> O documento criticava a seletividade da imprensa na transmissão dos objetivos do movimento, rejeitava os intentos do PCP em utilizar a manifestação como apoio ao V Governo Provisório e reforçava a ideia da aliança “operário-camponesa”. Neste momento crucial do período revolucionário, esses grupos operários e de moradores intervêm e reivindicam uma *forma outra* de organização social.

Com o contragolpe de 25 de novembro de 1975, a luta não fica estagnada. Após o término do subsídio de desemprego, as operárias da Applied Magnetics formaram durante um plenário,<sup>141</sup> o Secretariado Provisório de Luta contra o Desemprego.<sup>142</sup>

---

<sup>138</sup> *Jornal dos Trabalhadores da Applied*, 20 de fevereiro de 1975, n. 2.

<sup>139</sup> *Comunicado aos trabalhadores da Applied Magnetics*. Pasta Comissões de Trabalhadores.

<sup>140</sup> *Comunicado aos trabalhadores da Applied Magnetics*. Pasta Comissões de Trabalhadores.

<sup>141</sup> *A Causa Operária*, 14 de novembro de 1975, n. 20.

<sup>142</sup> *Jornal Applied - Comissão de Desempregados*, novembro de 1975.

O objetivo era organizar as diversas comissões de trabalhadores e também de moradores para criar fundos de apoio, além de “retirar este exército de desempregados do alcance das mãos fascistas!”.<sup>143</sup> Em 17 de dezembro, foi decretado em tribunal o “despejo” do material ainda existente na Applied, com o propósito de devolver as instalações à senhoria. Segundo o *Voz do Povo*, “dezenas de trabalhadores estavam concentrados em frente à porta de entrada. A GNR ‘guardava’ a fábrica, enquanto os doutores do tribunal tentavam justificar a ordem aos trabalhadores”. Após formarem um cordão, contra a retirada do material por um grupo de contratados, a Guarda teria ameaçado: “as ordens são para se cumprir. Vamos embora ou querem levar porrada. Olhem que eu as mando para a prisão”. Perante a persistência das mulheres, o grupo de contratados teria recuado e recusado retirar o material.<sup>144</sup> Durante uma entrevista no momento da tentativa de despejo, uma operária relatou que a venda do material seria para pagar os meses de renda do espaço fabril, e não as dívidas para com as operárias. Quando questionada sobre a posição do governo, visivelmente irritada diante das câmaras, ela respondeu: “a posição deles tem de ser sempre igual, tem sei lá, desde o primeiro até ao sexto, é sempre a mesma coisa... têm muita pena dos trabalhadores realmente dos trabalhadores coitadinhos... não tem emprego, isso é verdade mas a gente está aqui e eles não se chateiam muito. Quer dizer essa é a mesma coisa eles não resolvem nada”.<sup>145</sup>

## Considerações

A análise dos avanços e retrocessos na classe trabalhadora no desenvolvimento de órgãos de decisão a partir da base revela uma dinâmica complexa, influenciada pelas pressões exercidas através das esferas institucionais, tanto dentro das fábricas quanto nas organizações políticas. É crucial reconhecer que as reivindicações “de massas” que caracterizavam essas mobilizações não eram destituídas de propósito, pelo contrário, elas transmitiam claramente as aspirações e princípios fundamentais que haviam sido

---

<sup>143</sup> *Comunicado aos trabalhadores da Applied Magnetics*. Pasta Comissões de Trabalhadores, n.d.

<sup>144</sup> *Voz do Povo*, 23 de dezembro de 1975, n. 72.

<sup>145</sup> “Desemprego na Applied Magnetics”, in *Noticiário Nacional*, dezembro de 1975.

consolidados na construção de classe a que pertenciam. Essas manifestações, longe de serem acéfalas, refletiam as complexas relações de poder, solidariedade e identidade que caracterizavam o movimento operário, e, no caso das trabalhadoras, reivindicações específicas a partir do trabalho de reprodução social, como criação de creches, horário de aleitamento, licença maternidade. Os avanços alcançados foram de importância crucial para as conquistas das mulheres portuguesas. No entanto, é importante reconhecer que esses avanços muitas vezes foram acompanhados por recuos, tanto por motivos morais quanto económicos, pela exploração e opressão que atuam simultaneamente. Esse equilíbrio precário reflete as tensões inerentes à luta por direitos e equidade, e destaca a resistências das mulheres que, mesmo enfrentando as demandas patriarcais, continuaram a pressionar por mudanças sociais e económicas em um contexto dinâmico e muitas vezes adverso.

### **Bibliografia e Fontes**

BRECHT, Bertolt, *Estudos sobre teatro*, Rio de Janeiro, Editora Nova Fronteira, 2005.

CABREIRA, Pâmela P. & MACEDO, Nicoli B., “História das mulheres trabalhadoras em Portugal: cenários em perspectiva”, in *Estudos Globais do Trabalho*, Lisboa, Edições Húmus, 2021, 131-152.

COELHO, Lina & FERREIRA, Virgínia, “Segregação sexual do emprego em Portugal no último quarto de século — agravamento ou abrandamento?”, in *e-cadernos CES*, 2021, 77-98.

KERGOAT, Danièle, *Lutar, dizem elas...*, Recife, Edições SOS Corpo, 2018.

LENIN, Vladimir I., *Materialismo e empiriocriticismo. Notas e Críticas sobre uma filosofia reacionária*, Rio de Janeiro, Editorial Calvino, 1909/1946.

PÉREZ SUÁRES, Miguel A. *Abaixo a exploração capitalista! Comissões de Trabalhadores e luta operária na Revolução Portuguesa (1974-1975)*, Lisboa, Tigre de Papel, 2003, p. 94.

SOUZA-LOBO, Elizabeth, *A classe operária tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência*, São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, 2011.

“Applied Magnetics — o início de uma luta”, in *Nome Mulher*, 21 de setembro de 1974.

“Desemprego na Applied Magnetics”, in *Noticiário Nacional*, dezembro de 1975.

*A Capital*, 11 de outubro de 1974, n. 2355.

*A Capital*, 12 de julho de 1974, n. 2280.

*A Causa Operária*, 14 de novembro de 1975, n. 20.

*A Causa Operária*, 24 de fevereiro de 1975, n. 5.

*A posição dos trabalhadores da Applied Magnetics Portugal face à actuação do Sindicato dos Electricistas do sul, perante a sua luta*. Comissões de Trabalhadores, n.d.

*Avante!* 1974, n. 10.

*Comunicado aos trabalhadores da Applied Magnetics*. Pasta Comissões de Trabalhadores.

Decreto-Lei n.º 169-D/1975, de 31 de março de 1975, *Diário do Governo*, n. 75, Ministério do Trabalho e dos Assuntos Sociais.

*Jornal Applied - Comissão de Desempregados*, novembro de 1975.

*Jornal dos Trabalhadores da Applied*, 20 de fevereiro de 1975, n. 2.

*Jornal Dos Trabalhadores da Applied, Editorial*, 1976.

*Luta Popular*, 18 de julho de 1974, n. 25.

*O 1º de Maio*, 1 a 15 de agosto de 1974, n. 5.

*O Setubalense*, 27 de janeiro de 1975.

*Revolução*, 26 de julho de 1974, n. 9.

ROMÃO, Isabel, *Discriminações salariais contra as trabalhadoras portuguesas e remunerações praticadas*, Cadernos da Condição Feminina, Ministério dos Assuntos Sociais, Comissão da Condição Feminina, n. 6, 1977.

*Voz do Povo*, 20 de agosto de 1974, n. 3.

*Voz do Povo*, 20 de maio de 1975, n. 42.

*Voz do Povo*, 23 de dezembro de 1975, n. 72.

*Voz do Povo*, 6 de agosto de 1974, n. 1.

# O Recurso ao Créditos pelas Juntas Distritais no Século XIX

**Paulo Leitão** (FCSH/IHC/IN2PAST; UE/CIDHEUS)

## Resumo

Em boa parte da segunda metade século XIX, as Juntas Distritais, tal como outros corpos administrativos, recorreram ao crédito para concretizarem o alargamento das suas atribuições no contexto de uma estratégia de desenvolvimento promovida pelo Estado Central.

É a concretização da rede de estradas distritais prevista no Plano Rodoviário Nacional de 1862, que torna o recurso ao crédito uma via absolutamente fundamental para assegurar o necessário investimento. No entanto, algumas Juntas aproveitaram a oportunidade aberta pela legislação, sobretudo na década de 70 e 80, para realizarem, por esta via, diversos investimentos em várias áreas de atuação. Para além das estradas, o investimento na agricultura, através da criação de quintas distritais, destinadas a promover a inovação e a melhoria das técnicas e processos agrícolas regionais, é a que mais interesse desperta. Na dimensão social, o investimento vai desde a concretização de um novo modelo de apoio à infância, ao ensino ou ao sistema prisional. O investimento nestas áreas está longe de ser transversal a todas as Juntas, indiciando, em primeira instância, claramente uma diferente opção estratégica regional.

Quer do ponto de vista da diversidade de áreas de investimento, quer do volume do crédito contratado são claramente visíveis diferenças regionais substantivas. São as Juntas do litoral e no norte e centro do país que realizam um maior investimento. É a sua receita que tem de assegurar os juros e amortização do crédito, pelo que não admira que sejam as Juntas com mais recursos que se possam endividar em maior volume. No entanto, mesmo no grupo das Juntas que mais se endividam é clara a discrepância do volume de crédito, sendo que são as Lisboa e Porto as que se endividam em maiores montantes, ilustrando claramente as duas opções possíveis levadas a cabo por estas entidades: a concentração apenas num domínio de atuação ou uma certa dispersão por vários domínios. É na

década de 80 que esta realidade é mais intensa, indiciando um momento especial de investimento regional.

Se a maior parte do crédito é destinado a despesa de investimento, e, por isso, todas as Juntas terão desempenhado algum papel na promoção do desenvolvimento regional, tal como ele era entendido nesta altura, é facto de que estas diferenças de nível de endividamento indiciam a continuidade de diferenças regionais substantivas, que não resolvem, eventualmente até aprofundam, a desigualdade.

**Palavras-chave:** Portugal, Século XIX, Juntas Distritais, Crédito, Investimento.

### **Abstract**

For much of the second half of the 19th century, the District Councils, like other administrative bodies, resorted to credit in order to realize the broadening of their attributions in the context of a development strategy promoted by the central state.

It was the realization of the network of district roads provided for in the National Road Plan of 1862 that made recourse to credit an absolutely fundamental way of ensuring the necessary investment. However, some juntas, especially in the 70s and 80s, took advantage of the opportunities offered by the legislation to make a series of investments in various areas. In addition to roads, investment in agriculture, through the creation of district farms aimed at promoting innovation and improving regional agricultural techniques and processes, is the one that arouses the most interest. In the social dimension, investments range from the implementation of a new model of support for children to education or the prison system. Investment in these areas is far from being transversal to all the Juntas and, in the first instance, clearly indicates a different regional strategic option.

There are significant regional differences in both the diversity of investment areas and the volume of lending. It's the Juntas on the coast and in the north and center of the country that invest the most. It's their income that has to cover the interest and repayments on the loans, so it's not surprising that it's the

municipalities with the most resources that are able to take on the most debt. However, even within the group of the most indebted Juntas, there is a clear discrepancy in the volume of credit, with Lisbon and Porto having the largest amounts, which clearly illustrates the two possible options that these organizations have: concentrating on a single area of activity or spreading out over several areas. In the 80s, this situation became more pronounced, signaling a special moment for regional investment.

Although most of the loans were for investment expenditure, and therefore all the Juntas played some role in promoting regional development, as was understood at the time, the fact remains that these differences in debt levels indicate the persistence of substantial regional disparities, which do not eliminate inequality, but rather deepen it.

**Keywords:** Portugal, 19th century, Juntas Distritais, Loans, Investment.

## Introdução

O conhecimento sobre a atuação destas entidades é praticamente inexistente, apesar da obra recente coordenada por Fernando Sousa<sup>146</sup> sobre os Governos Cívicos em Portugal que aborda o tema das Juntas Distritais (JD). Nem mesmo o seu papel na construção da rede de estradas distritais prevista pelo Plano Rodoviário Nacional de 1862 se encontra estudado com profundidade. E, no entanto, particularmente entre a década de 60 e o final da década de 80 do século XIX, estes corpos administrativos viram as suas atribuições alargadas ou aprofundadas em domínios como o apoio à infância, as estradas, o ensino ou a agricultura.

O investimento necessário para concretizar estas novas atribuições implicava necessariamente o recurso ao crédito, já que a receita ordinária destas

---

<sup>146</sup> Fernando Sousa (coord.), *Os governos civis de Portugal: história e memória (1835-2011)*, Porto, Cepese, 2014.

entidades estava longe de o permitir; embora as finanças distritais não estejam igualmente estudadas. Assim, analisar o endividamento destas entidades é, em grande medida, analisar o investimento que foi realizado e, por isso, ter, pelo menos, um primeiro vislumbre sobre a sua importância no desenvolvimento e transformação da realidade regional.

À escala nacional, o endividamento das JD constitui uma das componentes do endividamento do Estado, que importa analisar de forma integrada para compreender o quão profundamente a estratégia de desenvolvimento do Liberalismo oitocentista foi dependente de dívida e até que ponto esse esforço constituiu, por um lado, condição essencial para assegurar a concretização dessa estratégia e, por outro, pôs em perigo instituições que foram os seus instrumentos. No entanto, se o endividamento do Estado Central é hoje bem conhecido, já o mesmo não se passa para o resto dos corpos administrativos (JD, municípios, juntas de paróquia), pelo que é, neste momento, impossível construir uma visão integrada desta realidade.

## **1. Objetivos, fontes e abordagem metodológica**

O objetivo fundamental deste estudo é o de conhecer e analisar as práticas de recurso ao crédito pelas JD durante o século XIX, pretendendo-se obter um retrato dessas práticas no Portugal Continental, que permita também avaliar o seu impacto na transformação económica e social regional.

As principais fontes utilizadas neste estudo são de tipo legislativo, constituídas pelos decretos que autorizam as JD a recorrer ao crédito. O uso deste tipo de fontes tem a vantagem de permitir obter uma panorâmica nacional do endividamento de todas as JD, mas apresenta também algumas limitações. Em primeiro lugar, não cobre completamente todo o crédito contratado porque as JD tinham alguma liberdade de contratação que dispensava a autorização do Governo. Esta limitação foi compensada, em parte, e no caso das JD de Porto, Guarda e Viseu pelo recurso a outro tipo de fontes (Relatórios dos Governadores Cívicos e das Comissões Executivas das JD ou atas das sessões da JD), embora nem todo o período em análise esteja representado. Em segundo lugar, nem sempre a

autorização concedida à JD contém informação sobre a taxa de juro máxima do crédito a contratar, o período de amortização ou a fonte financeira a usar para assegurar o seu pagamento; por isso, estes aspetos não são analisados. Por último, sendo teoricamente possível que uma autorização não tenha dado lugar à efetiva contratação de crédito, tal não terá ocorrido com frequência, até porque isso é sinalizado em algumas autorizações. Os dados recolhidos nestas fontes foram sobretudo analisados quantitativamente, através de medidas de estatística descritiva. A análise desta realidade foi igualmente contextualizada no âmbito das competências e atribuições destas entidades.

## **2. O alargamento das atribuições das Juntas Distritais**

Criadas em 1835 e apesar de verem as suas competências bastante restringidas pelo Código Administrativo de 1842<sup>147</sup>, as JD conhecem, na década de 60, um significativo alargamento das competências e responsabilidades.

Em primeiro lugar, destaca-se o Plano Rodoviário Nacional do início da década de 60 (Lei de 15/07/1862) que prevê um tipo de estradas designadas por estradas distritais, pensadas como forma de ligar a rede de caminho de ferro ou as estradas nacionais aos principais centros populacionais do Distrito (artº 3º). A construção desta rede é da responsabilidade dos Distritos, que são dotados de um conjunto de receitas específicas, onde avultam as fiscais, os empréstimos e os subsídios do Governo Central. Apesar desta legislação prever a imediata organização de um plano para as estradas distritais, só cinco anos depois verá a luz do dia (Dec. 09/01/1867), o qual prevê a construção de 135 estradas distritais no Continente. A concretização deste plano foi-se realizando com diversas interrupções e a ritmos muitos díspares, evidenciando dificuldades várias, nomeadamente a ausência de competências técnicas e de capital para a execução de empreitadas de alguma extensão pela sociedade civil. A necessidade de acelerar o ritmo de concretização levou o Governo, em 1887, a transferir para o

---

<sup>147</sup> Fernando Sousa (coord.), *Os governos civis de Portugal: história e memória (1835-2011)*, Porto, Cepese, 2014.

Estado Central a responsabilidade de concretização do plano de estradas distritais<sup>148</sup>.

Apesar de em 1836 o Governo ter implementado um novo modelo de gestão das Rodas dos Expostos que atribuía a competência de organização e gestão deste serviço às JD, quer a quantidade de exposições, quer a taxa de mortalidade das crianças expostas continuou a aumentar, o que, por outro lado, tornou também os custos com os enjeitados cada vez mais insustentáveis<sup>149</sup>. Esta situação fez aumentar o clamor contra o flagelo e obrigou o Governo a agir. Em síntese, o decreto de Martens Ferrão (21/11/1867) propõe uma completa alteração do modelo da exposição de crianças, obrigando as JD's à criação de novas entidades – os Hospícios – e à implementação de novas formas de acesso e apoio às crianças e às famílias. Não obstante esta legislação ter sido revogada logo no ano seguinte (Dec. de 20/03/1868), em alguns distritos vão-se extinguindo as Rodas e criando Hospícios. De acordo com o Relatório do Governador Civil de Viseu do ano de 1873, estariam já a funcionar hospícios na maioria dos distritos do país. A implementação desta nova abordagem conduziu efetivamente à redução do abandono infantil, desempenhando os hospícios um papel fundamental<sup>150</sup>.

Ainda nesta década e também em 1867, a reforma do sistema prisional (Lei 01/07) estabelece a obrigatoriedade de uma cadeia distrital por cada distrito destinada a assegurar o cumprimento de penas de duração superior a três meses. A construção de novas cadeias ou adaptação das já eventualmente existentes, bem como a sua gestão, compete ao Distritos.

Finalmente, o último ano desta década verá surgir o Decreto de 12/02 que estabelece a criação, em cada distrito, do que virá a ser designado como quintas distritais e que nos termos deste decreto constituem “estações experimentais de

---

<sup>148</sup> Maria Fernanda Alegria, *A organização dos transportes em Portugal*, Lisboa, Centro de Estudos Geográficos, 1990.

Elsa Pacheco, *Alteração das acessibilidades e dinâmicas territoriais na Região Norte*, Porto, Universidade do Porto, 2001.

<sup>149</sup> Maria Antónia Lopes, *Mães solteiras entre a repressão e os apoios do Estado*, Lab2PT, 2016.

<sup>150</sup> Teodoro Afonso da Fonte, *No limiar da honra e da pobreza: a infância desvalida e abandonada no Alto Minho: 1698-1924*, Braga, Instituto de Ciências Sociais, 2004.

agricultura destinadas a fazer ensaios de adubos, de máquinas, de processos culturais, tecnológicos e zootécnicos, tendentes a aperfeiçoar a prática agrícola das localidades” (artº 1º), e cuja responsabilidade de criação e manutenção cabe aos Distritos, podendo ter algum apoio do governo central.

As JD's veem-se, desta forma, inundadas por um novo conjunto de atribuições e responsabilidades, com toda a probabilidade claramente superiores às suas forças financeiras, tornando o crédito um recurso fundamental.

### **3. A possibilidade de recurso ao crédito**

Desde 1835 que a legislação prevê a possibilidade das JD contraírem empréstimos, mas com a importante limitação da necessidade de autorização parlamentar. O Código Administrativo de 1842 mantém a excecionalidade desta competência, fazendo-a depender de legislação especial (artº 5, V).

O Plano Rodoviário Nacional vem abrir a possibilidade das JD contraírem empréstimos para este fim (artº 31), embora nos mesmos termos controlados definidos anteriormente. De qualquer forma, antes de 1867 não haveria lugar ao pedido de autorização de qualquer empréstimo, tendo em conta a inexistência de um plano nacional de estradas distritais até esta data.

No entanto, é na década de 70, com os ventos descentralizadores a soprar com mais intensidade e em consequência do alargamento das atribuições das Juntas, que a possibilidade do recurso ao crédito se alarga e torna relativamente mais flexível. Ao contrário do que normalmente se costuma referir, este processo começa no início da década de 70, bem antes, portanto, do Código Administrativo de 1878. Efetivamente e apesar da sua curtíssima vigência, o Código Administrativo de 1870 deixa atrás de si um rasto de vigência de algumas disposições, nomeadamente as que dizem respeito a empréstimos. Logo em agosto de 1870 (Dec. de 18/08) o Governo repõe em vigor as disposições do artº 211 do Código, que estabelece que as Juntas podem deliberar autonomamente sobre a contratação de empréstimos, mas apenas até ao limite de 10 contos. O Código Administrativo de 1878 continua a manter um teto para a decisão autónoma das

Juntas, agora calculado por relação com a receita orçamentada para o ano, ou seja, os juros e amortização não podem exceder 10% dessa receita, já considerando as mesmas despesas relativamente a empréstimos anteriores (artº 56). Torna-se, assim, evidente que a capacidade autónoma das Juntas para este efeito é bastante limitada e que o endividamento mais significativo destas entidades é uma decisão partilhada pelos governos centrais, pelo que não colhe a ideia que estas organizações se endividaram exageradamente numa espécie de pulsão incontrolável que teria ocorrido sobretudo durante a vigência do Código Administrativo de 1878.

Neste domínio, o Código Administrativo de 1886, comumente considerado como mais centralizador, não introduz qualquer alteração (artº 54, 17º). No entanto, como se verá mais à frente, os pedidos de empréstimos das Juntas aos Governos Centrais cessam a partir de 1886, o que se fica a dever não a qualquer limitação imposta por este Código, mas à decisão já referida relativamente à execução do plano de estradas distritais a partir dessa data.

#### **4.Os montantes de crédito contratado pelas Juntas Distritais no Portugal Continental**

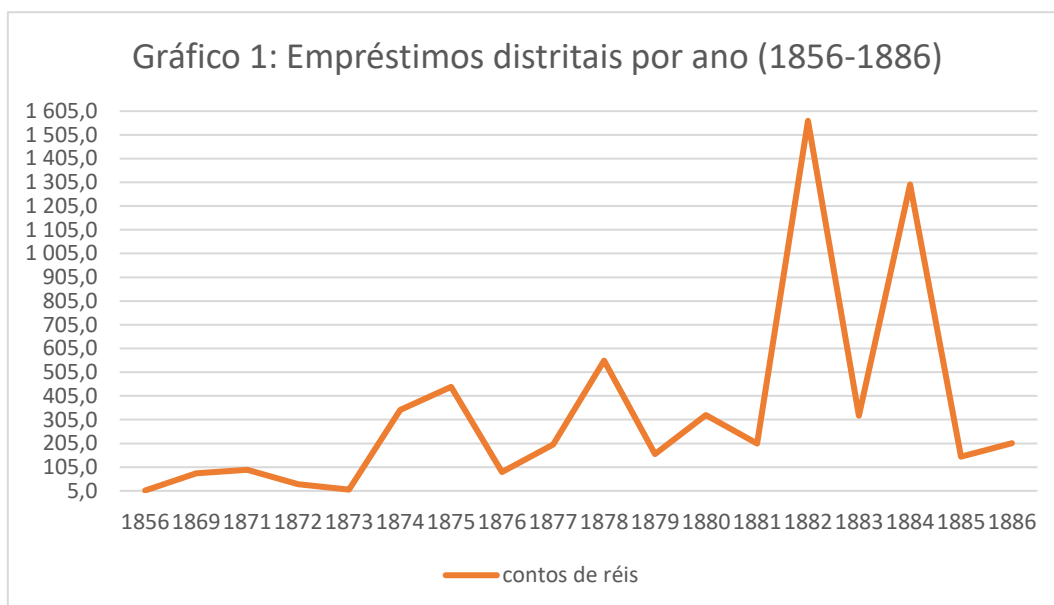
O total do crédito autorizado às JD's ascende a pouco mais 6 mil contos (6 075 905,466rs) a preços constantes, totalizando a preços nominais mais de 7,5 mil contos (7 646 276,793rs). Em termos absolutos este montante parece ter algum significado. No entanto, se comparado com os empréstimos contratados no mesmo período pelo Estado Central, este montante, é, por exemplo inferior ao valor de 6,250 contos de um empréstimo realizado em 1879<sup>151</sup>.

É sobretudo nas décadas de 70 e de 80 que a contratação dos empréstimos é mais significativa (cf. gráfico 1). Aliás, anteriormente ao início da década de 70, só ocorrem dois casos. No entanto, é verdadeiramente na década de 80 que as Juntas mais vão recorrer ao crédito, representando o montante deste período 66,92% da totalidade do crédito destas duas décadas, claramente influenciado

---

<sup>151</sup> Eugénia Mata, *As finanças públicas portuguesas da Regeneração à Primeira Guerra Mundial*. Lisboa: BP, 1993.

pelos valores extraordinários atingidos nos anos de 1882 (mais de 1,5 milhões de contos) e 1884 (quase 1,3 milhões de contos).

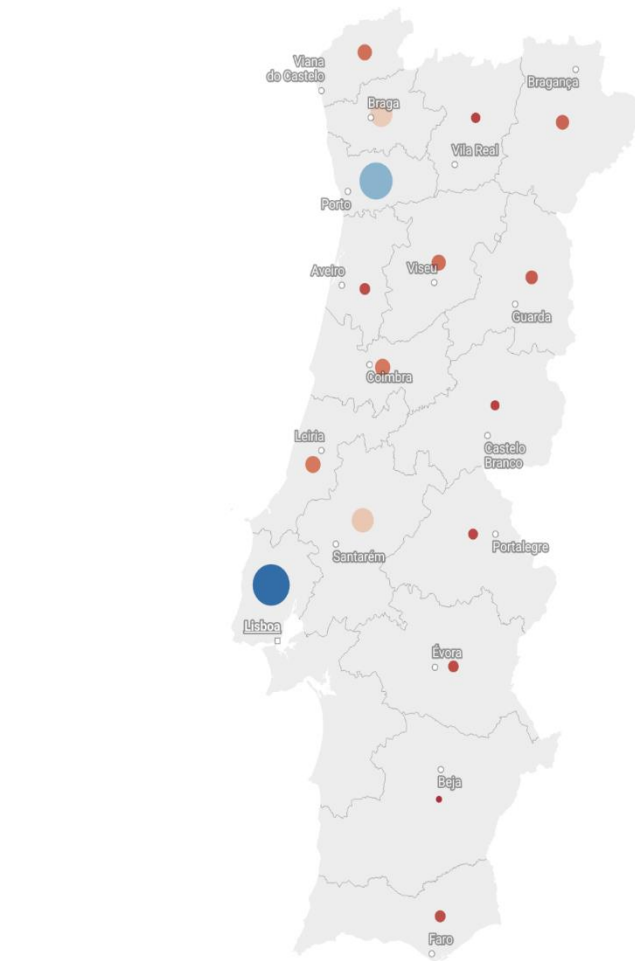


Fonte: legislação em análise. Cf. Fontes.

O volume do crédito contratado por cada Junta é bastante díspar, com uma predominância das que se situam no Litoral e no Norte/Centro do País (cf. Mapa 1). No entanto, a fatia de leão é claramente absorvida pelas JD de Lisboa e Porto, as que mais se endividam, atingindo um valor superior a 3 mil contos (3 088 839,600rs), representado, por isso, mais de 50% (50,84%) do crédito contratado por todas as Juntas. Entre estes dois casos, é Lisboa que contrata o maior volume de crédito com mais de 1,7 mil contos (1 727 539,600rs), mais 336 contos (366 239,600rs) que o Porto (1 361 300,000rs). As Juntas com um maior volume de crédito a seguir a estes valores são as de Braga e Santarém, com mais de 550 contos cada uma, embora o volume de crédito de Braga seja superior em mais de 23 contos (23 543,434rs.). O crédito contratado por estas duas Juntas representa 18,74% de todo o crédito. Assim, apenas 4 JD em 17 concentram quase 70% do volume do crédito (69,57%).

### Empréstimos distritais (1856-1886)

Total a preços constantes  
25881,3 1727539,6

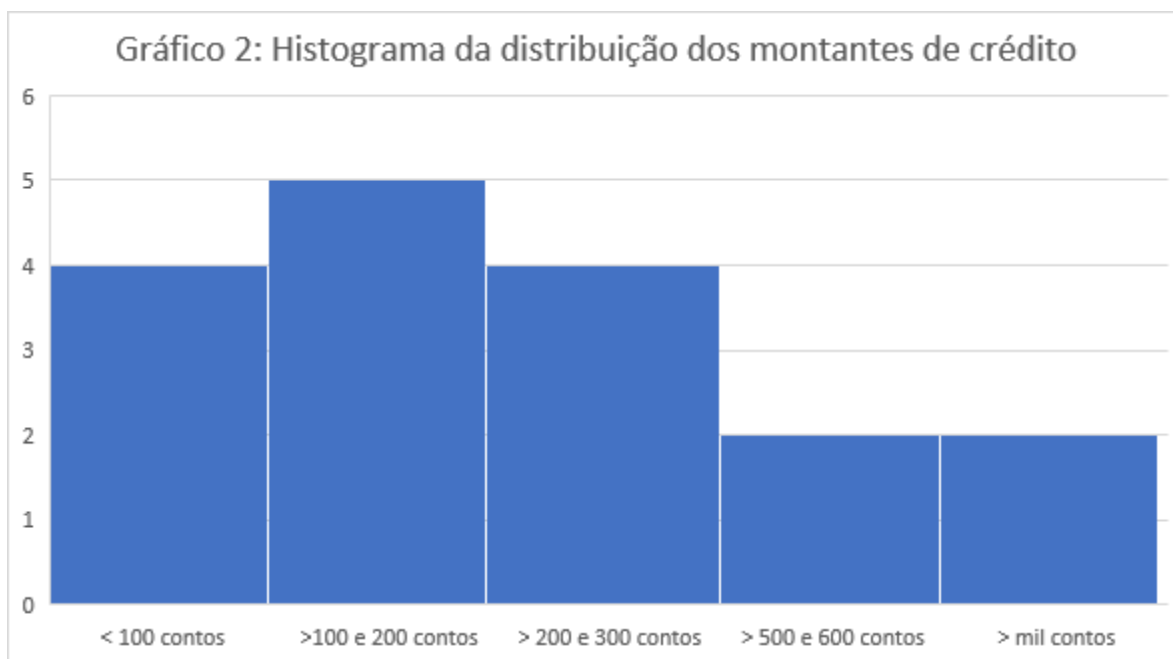


2m  
800k  
200k  
Criado com Datawrapper

Mapa 1

Fonte: legislação em análise. Cf. Fontes.

Abaixo deste nível, o volume total de crédito desce abruptamente: a JD que mais se endivida a seguir às de Braga e Santarém é a de Coimbra com um montante 252 304,000rs, que é menos de metade do valor de Santarém. Esta clara descida do volume do crédito indicia uma realidade que se vai tornando evidente: o volume do crédito contratado pelas Juntas é relativamente modesto, situando-se maioritariamente entre menos de 100 contos e até 200 (cf. Gráfico 2), representado praticamente 53% da totalidade do crédito (52,94%)



Fonte: legislação em análise. Cf. Fontes.

Efetivamente, as JD com um volume de crédito inferior a 100 contos representam quase 24% (23,53%) do total de crédito e situam-se todas no interior do País (Beja, Vila Real, Castelo Branco e Portalegre). Mas é no intervalo seguinte, entre mais de 100 contos e até 200, que se situam o maior número de Juntas, também maioritariamente no interior do território (Évora, Aveiro, Faro, Guarda e Bragança). No intervalo seguinte, entre os mais de 200 contos e até 300, ainda se situa uma percentagem de mais de 20% das Juntas (23,53%), já com uma distribuição geográfica mais litoral, embora sem deixar a concentração Norte/Centro (Viseu, Viana do Castelo, Leiria e Coimbra.)

## **5.Fins do crédito**

As JD endividam-se fundamentalmente para concretizar o plano de construção das estradas distritais. Mais de 70% (73,5%) do montante de crédito contratado destina-se a este fim, num valor que ronda os 4,5 mil contos (4 465 873,166rs.). O seu valor e importância relativa serão provavelmente um pouco mais relevantes, visto que existem algumas autorizações que agregam outros fins, nomeadamente a amortização de empréstimos anteriores, como são os casos das JD de Bragança, Évora, Lisboa, Braga e Viana do Castelo.

Todas as Juntas contratam crédito para este fim, excetuando o caso de Beja. Apesar de alguma diversidade dos fins para os quais o crédito é contratado, é verdade que em mais metade (56,25%) 80% do crédito destina-se a este fim e em mais de 40% (43,75%) este peso relativo atinge mesmo os 90%, o que é revelador de uma alta concentração no objetivo de assegurar recursos financeiros para a concretização de um plano para o qual as Juntas não possuíam recursos próprios. No entanto, as JD de Bragança, Viana do Castelo, Braga, Coimbra e Évora adotam uma estratégia de maior diversificação de fins do crédito e, por isso, os montantes destinados à construção de estradas têm um peso relativo inferior a 50% da totalidade do crédito a que recorrem.

Como seria de esperar tendo em conta o que já se afirmou relativamente ao diferente volume de montante de crédito envolvido, também no caso das estradas este volume é diferenciado. Em primeiro lugar, um conjunto de 5 Juntas (31,25%), todas situadas no interior do território (Évora, Castelo Branco, Portalegre, Vila Real e Bragança) apresentam um volume de crédito inferior a 100 contos de réis, o que indicia eventualmente que o nível de concretização do plano regional de estradas em cada caso não seria particularmente alto. No entanto, num número significativo de Juntas (43,75%) o volume do crédito a usar no investimento neste domínio oscila entre 100 e 200 contos de réis. As Juntas com um maior volume de investimento são claramente as de Lisboa e Porto com mais de 1,2 mil contos. Os casos de Leiria e de Santarém afastam-se do intervalo de valor mais central, mas estão claramente longe do investimento previsto para Lisboa e Porto. No entanto, se Leiria pretende obter um montante que não chega aos 245 contos (242 070,000rs), Santarém aposta em mais do dobro (485 526,566rs).

Para além das estradas, o crédito tem como destino outras dimensões das atribuições distritais, desde o sistema prisional, até à agricultura, passando pela formação de professores, pela aquisição de imóveis ou ainda pela saúde. No entanto, o volume do crédito para cada uma destas dimensões e mesmo para a sua totalidade está muito longe de atingir a importância do que se aplicou a estradas.

A contratação de crédito para a construção de cadeias distritais, apesar de ser apenas iniciativa das Juntas de Coimbra e Santarém, é a dimensão financeiramente mais relevante logo a seguir às estradas, mas representa apenas 3,22% da totalidade do crédito, destinando-se a um investimento que ronda os 195 contos (195 550,000rs.). Para a construção da cadeia distrital de Coimbra, a Junta contrata sucessivos empréstimos envolvendo um montante total de 123 contos (123 670,000rs), o que representa quase 50% (49,02%) da totalidade do seu crédito, indiciando com clareza ser esta uma opção de investimento relevante no contexto da estratégia de ação da entidade.

Estas cadeias distritais baseiam-se no “Projeto de Penitenciárias Distritais” elaborado pelo Eng<sup>o</sup> Ricardo Júlio Ferraz em 1875 e, conjuntamente com Lisboa, são os únicos equipamentos prisionais contruídos de raiz e também os únicos que aplicam a planta radial na arquitetura prisional portuguesa. Refira-se que a cadeia distrital de Coimbra, que foi adquirida pelo Estado Central em 1894, encontra-se ainda hoje em funcionamento<sup>152</sup>.

O recurso ao crédito para investimento na aquisição e instalação de quintas distritais de agricultura, é preocupação das JD do Porto, Beja, Coimbra, Guarda, Viana do Castelo e Viseu. Os empréstimos são contraídos, sobretudo, no início da década de 80, excetuando os casos do Porto e de Viana do Castelo, cujo endividamento ocorre em 1877 e 1879 respetivamente. Os montantes individuais de endividamento não são particularmente vultuosos: nos casos de Coimbra, Porto e Viseu os empréstimos oscilam entre 14 e 20 contos, mas nos restantes casos são sempre inferiores a 10 contos. A sua importância relativa no perfil de endividamento das Juntas é baixa: na esmagadora maioria dos casos não chega aos 8%. Excetua-se o caso de Beja, no qual o empréstimo para este fim assume uma importância relevante visto que representa 36,54% da totalidade do crédito contratado. Como seria de esperar, também globalmente o volume de crédito (77 801,338rs) é relativamente pouco significativo, representando apenas 1,28% da

---

<sup>152</sup> Ricardo Agarez, *Cadeia Penitenciária de Coimbra / Estabelecimento Prisional Central de Coimbra e Estabelecimento Prisional Regional de Coimbra*, SIPA, 2015.

totalidade do crédito e somente 3,5% do crédito contratado pelas Juntas envolvidas.

Apesar de alguns momentos de turbulência ao longo da sua história administrativa, algumas Juntas decidiram investir em infraestrutura física que criasse melhores condições para o desenvolvimento dos seus serviços. Assim, as JD de Braga, Bragança, Guarda e Portalegre contratam algum crédito com destino à aquisição e adaptação de edifícios para a instalação das “repartições públicas distritais”, envolvendo um montante total de quase 55 contos (54 664,131rs). As JD que mais se endividam para este fim são as de Braga e Portalegre, com um montante próximo dos 20 contos cada uma. No perfil de endividamento destas Juntas, o crédito para este fim tem uma importância relativa na ordem dos 5%, excetuando o caso de Portalegre onde assume um peso relativo superior a 20% (22,1%). No entanto, no contexto da totalidade do crédito no universo, a sua importância não chega a atingir 1% (0,9%).

Apenas a JD do Porto recorre ao crédito para a criação de uma Escola Normal destinada à formação dos professores de instrução primária. Através de dois empréstimos realizados na década de 80, esta Junta endivida-se em 50 contos réis, o que, face ao grande volume de crédito que contrata, representa apenas 3,67%.

A construção de novos equipamentos – os Hospícios das Crianças Desvalidas – torna necessário o recurso ao crédito por parte das JD de Viseu e do Porto. No primeiro caso, são contratados três empréstimos, ascendendo a um montante global de 14, 5 contos (14 560,000rs). No caso do Porto, existe apenas um empréstimo com o valor de poucos mais de 7 contos (7 300,000rs), o que indicia que o investimento necessário à aquisição do terreno e construção do novo edifício não seria coberto apenas pelo volume de crédito contratado.

Como se verifica pela análise até agora realizada, a esmagadora maioria do volume do crédito (no mínimo 80%) destina-se a despesas de investimento, ou seja, as que apresentam uma grande potencialidade de impacto transformador da realidade económica e social. No entanto, as Juntas também recorrem ao crédito

para assegurar a satisfação de despesas correntes numa clara evidência de que os recursos orçamentais que possuíam eram, por vezes, insuficientes para responder às suas responsabilidades.

A análise específica deste tipo de despesa é dificultada pela designação, muitas vezes generalista, que é utilizada para descrever os fins a que se destina o crédito. No entanto, é possível distinguir algumas situações e avaliar a sua importância.

Em primeiro lugar, a despesa que decorre do exercício corrente das responsabilidades das Juntas, como se verifica no caso das JD de Lisboa e Beja. No primeiro caso, o Governo autoriza, em 1882, o desvio do valor de 60 contos (valor nominal) de um empréstimo anterior para a satisfação de despesas nas áreas da instrução primária, da conservação de estradas “e outros serviços do distrito”, tendo em conta as dificuldades de arrecadação da receita que se verificavam nesse ano. No segundo caso, a Junta prevê já no final de 1884 a necessidade de recorrer ao crédito, no montante de 12 contos (valor nominal) para acorrer a despesas que orçamentou para o ano seguinte. Mas o crédito é também recurso para solver dívidas, como se verifica nos casos de Leiria e de Braga: no primeiro caso, os 7 contos (valor nominal) contratados em 1856 destinam-se ao pagamento de salários das amas dos expostos e no segundo os 38 contos, contratados em 1886, à “satisfação de encargos já contraídos”. O volume destes créditos totaliza (a preços constantes) pouco mais de 92 contos (92 430,000rs), representando apenas 1,52% da totalidade do crédito de todas as Juntas. Portanto, se algum do endividamento é estéril do ponto de vista do impacto possível no desenvolvimento, o seu montante está longe de ser significativo e de alterar a sua função primacial.

Tal já não se verifica exatamente na mesma proporção no caso da liquidação de empréstimos. É praticamente impossível, como já foi referido anteriormente, avaliar com precisão o volume do crédito contratado para este fim, já que em todos os casos ele aparece agregado a outros fins. Refira-se, no entanto, que apenas cinco JD's (Bragança, Évora, Lisboa, Braga e Viana do Castelo) se veem envolvidas nesta necessidade. No entanto, e como seria expectável, as Juntas com

um maior volume de crédito ao longo do tempo são as que apresentam maiores dificuldades em cumprir com as obrigações dos juros e amortização: do empréstimo contratado pela JD de Lisboa em 1882 no valor de 600 contos (valor nominal), quase 40% (237 125,000rs) destinam-se a esse fim. No caso de Viana do Castelo, dos 128,7 contos (valor nominal) contratados em 1883, 61,15% (78 700,000rs) destinam-se a esse mesmo fim, nomeadamente à conversão de dívidas dos empréstimos de 1871 e 1880.

Por último, verifica-se a utilização de pequeno montante de crédito na área da saúde, fundamentalmente com o objetivo de reunir recursos que possam assegurar a resposta a uma eventual epidemia (JD de Viseu, Évora, Beja, Bragança e Vila Real). Efetivamente, quer porque a maioria dos montantes envolvidos não implica a contratação de um novo empréstimo, mas sim a reutilização de parte de empréstimos anteriores; quer porque é visível na descrição do fim a que se destina que a utilização deste montante só ocorrerá na eventualidade da deflagração de um surto epidémico, é provável que grande parte do crédito nunca tenha chegado a ser utilizado para este fim. Por exemplo, os 30 contos (valor nominal) autorizados a Évora em 1884 destinar-se-iam a “fazer face a qualquer ocorrência extraordinária ou imprevista em que a saúde pública reclame prontas providências e auxiliar as câmaras do distrito para o mesmo fim”. Não se trata, portanto, de investimento para alterar as condições e a qualidade da prestação de cuidados de saúde, mas apenas a resposta a circunstância de crise momentânea.

Em síntese e em termos de recurso ao crédito para investimento, emergem três perfis de endividamento quanto às dimensões de aplicação desse crédito. A maior parte das Juntas (47,06%) endivida-se para investir apenas numa dimensão de atuação e essa é esmagadoramente a das Estradas Distritais. São os casos de Vila Real, Castelo Branco, Évora, Faro, Aveiro, Lisboa e Leiria. Nada há qualquer característica estrutural transversal que una estas Juntas e possa justificar esta opção, a não ser as obrigações impostas pelo Plano Rodoviário Nacional e certamente a partilha da importância deste fator de desenvolvimento regional.

No entanto, existem Juntas que aproveitam esta oportunidade para alargamento do investimento em mais do que estradas, dotando a sua área regional de outro tipo de infraestruturas. Em primeiro lugar temos um conjunto de Juntas (Bragança, Viana do Castelo, Santarém, Braga e Portalegre), quase 30% (29,41%) que se endividam para investir em duas áreas, em diversas combinações que juntam as estradas com a agricultura (Viana do Castelo), ou a aquisição de infraestruturas para os serviços distritais (Portalegre, Bragança e Braga) ou ainda cadeias distritais (Santarém). Mas são, sem dúvida, as Juntas de Porto, Viseu, Guarda e Coimbra (23,53%) que mais usam o crédito para diversificar o investimento em dimensões que juntam as estradas distritais à agricultura e, complementarmente, ao apoio à infância (Viseu e Porto), ao ensino (Porto), às cadeias distritais (Coimbra) ou a infraestruturas de instalação de serviços administrativos distritais (Guarda).

## **Conclusões**

É a concretização da rede de estradas distritais prevista no Plano Rodoviário Nacional de 1862, que torna o recurso ao crédito uma via absolutamente fundamental para assegurar o necessário investimento. No entanto, algumas JD aproveitaram a oportunidade aberta pela legislação, sobretudo na década de 70 e 80, para realizarem, por esta via, diversos investimentos em várias áreas de atuação. Para além das estradas, o investimento na agricultura, através da criação de quintas distritais, destinadas a promover a inovação e a melhoria das técnicas e processos agrícolas regionais, é a que mais interesse desperta, embora sejam apenas 6 em 17 JD que se endividam com este objetivo. Na dimensão social, o investimento vai desde a concretização de um novo modelo de apoio à infância, ao ensino ou ao sistema prisional. O investimento nestas áreas está longe de ser transversal a todas as JD, indiciando, em primeira instância, claramente uma diferente opção estratégica regional.

Quer do ponto de vista da diversidade de áreas de investimento, quer do volume do crédito contratado são claramente visíveis diferenças regionais substantivas. São as JD do litoral e no norte e centro do país que realizam um maior

investimento. É a receita das JD que tem de assegurar os juros e amortização do crédito, pelo que não admira que sejam as JD com mais recursos que se possam endividar em maior volume. Embora a subsidiação do Estado Central esteja prevista em alguns casos, não sabemos como efetivamente se concretizou, mas nada está previsto no espírito do legislador para usar esta possibilidade eventualmente para compensar as fragilidades financeiras das JD do interior do território. É isto que, de alguma forma, justifica os baixos volumes de endividamento da maior parte dos casos. No entanto, mesmo no grupo das JD que mais se endividam é clara a discrepância do volume de crédito, sendo que são as Lisboa e Porto as que se endividam em maiores montantes, ilustrando claramente as duas opções possíveis levadas a cabo por estas entidades: a concentração apenas num domínio de atuação (é o caso de Lisboa, com 100% do crédito destinado a estradas) ou uma certa dispersão por vários domínios (é o caso do Porto, com investimento em estradas, na agricultura, no ensino e no apoio à infância). É na década de 80 que esta realidade é mais intensa, indiciando um momento especial de investimento regional.

Se a maior parte do crédito é destinado a despesa de investimento, e, por isso, todas as JD terão desempenhado algum papel na promoção do desenvolvimento regional, tal como ele era entendido nesta altura, é facto de que estas diferenças de nível de endividamento indiciam a continuidade de diferenças regionais substantivas, que não resolvem, eventualmente até aprofundam, a desigualdade. Para além desta desigualdade regional, é impossível, por ausência de estudos nesse sentido, avaliar com precisão mínima o impacto deste investimento no desenvolvimento regional.

Embora com muito menor importância relativa, quer em número de JD, quer em volume do crédito, parte do endividamento não teve qualquer impacto sobre o desenvolvimento: destinou-se a pagar dívidas existentes. Neste domínio, o tipo de dívida mais relevante é aquele que resulta do próprio crédito, ou seja, algumas JD viram-se na circunstância de ter que se voltar a endividar para pagar a liquidação de créditos anteriores. Embora esta circunstância esteja longe de afetar a maioria das JD, até porque em alguns casos a liquidação dos empréstimos foi

responsabilidade distribuída pelos municípios do Distrito, demonstra que, em alguns casos, estas se endividaram, com a concordância do Governo Central, em montantes superiores àqueles com que se podiam efetivamente comprometer.

## **Referências**

### **Fontes**

Atas da Comissão Executa Distrital [Guarda]. 1878-1880.  
PT/ADGRD/ALL/JGD/A/001/00001

COMISSÃO DISTRITAL EXECUTIVA – Relatório apresentado à Junta Geral do Distrito de Viseu na sessão de maio de 1879. Viseu: Imprensa do Governo Civil, 1879

COMISSÃO DISTRITAL EXECUTIVA - Relatórios apresentados à Junta Geral do Distrito de Viseu nas sessões ordinárias de maio e novembro de 1880. Viseu: Imprensa do Governo Civil, 1880

MORAIS, Joaquim Taibner de – Relatório apresentado à Junta Geral de Distrito do Porto na sua sessão ordinária de 1878. Porto: Imprensa Portuguesa, 1878

Portugal. Leis, Decretos, etc. - Lei de 24/07/1856

Portugal. Leis, Decretos, etc. – Lei de 01/09/1869

Portugal. Leis, Decretos, etc. – Decreto de 15/11/1871

Portugal. Leis, Decretos, etc. – Decreto de 06/12/1871

Portugal. Leis, Decretos, etc. – Decreto de 03/09/1872

Portugal. Leis, Decretos, etc. – Decreto de 16/05/1874

Portugal. Leis, Decretos, etc. – Decreto de 22/07/1874

Portugal. Leis, Decretos, etc. – Decreto de 12/08/1874

Portugal. Leis, Decretos, etc. – Decreto de 15/09/1874

Portugal. Leis, Decretos, etc. – Decreto de 17/03/1875

Portugal. Leis, Decretos, etc. – Decreto de 15/06/1875

Portugal. Leis, Decretos, etc. – Decreto de 15/06/1875

Portugal. Leis, Decretos, etc. – Decreto de 16/06/1875

Portugal. Leis, Decretos, etc. – Decreto de 03/11/1875

Portugal. Leis, Decretos, etc. – Decreto de 15/12/1875

Portugal. Leis, Decretos, etc. – Decreto de 17/08/1876

Portugal. Leis, Decretos, etc. – Decreto de 26/11/1877

Portugal. Leis, Decretos, etc. – Decreto de 24/10/1877

Portugal. Leis, Decretos, etc. – Decreto de 19/01/1878

Portugal. Leis, Decretos, etc. – Decreto de 21/05/1878

Portugal. Leis, Decretos, etc. – Decreto de 08/10/1878

Portugal. Leis, Decretos, etc. – Decreto de 07/09/1878

Portugal. Leis, Decretos, etc. – Decreto de 02/05/1879

Portugal. Leis, Decretos, etc. – Decreto de 18/11/1879

Portugal. Leis, Decretos, etc. – Decreto de 01/07/1880

Portugal. Leis, Decretos, etc. – Decreto de 21/07/1880

Portugal. Leis, Decretos, etc. – Decreto de 08/07/1880

Portugal. Leis, Decretos, etc. – Decreto de 01/03/1880

Portugal. Leis, Decretos, etc. – Decreto de 19/07/1880

Portugal. Leis, Decretos, etc. – Decreto de 07/07/1881

Portugal. Leis, Decretos, etc. – Decreto de 20/06/1881

Portugal. Leis, Decretos, etc. – Decreto de 06/02/1882

Portugal. Leis, Decretos, etc. – Decreto de 15/02/1882

Portugal. Leis, Decretos, etc. – Decreto de 30/05/1882

Portugal. Leis, Decretos, etc. – Decreto de 12/06/1882

Portugal. Leis, Decretos, etc. – Decreto de 30/06/1882

Portugal. Leis, Decretos, etc. – Decreto de 21/08/1882

Portugal. Leis, Decretos, etc. – Decreto de 21/08/1882

Portugal. Leis, Decretos, etc. – Decreto de 22/08/1882

Portugal. Leis, Decretos, etc. – Decreto de 19/12/1882

Portugal. Leis, Decretos, etc. – Decreto de 20/12/1882

Portugal. Leis, Decretos, etc. – Decreto de 21/12/1882

Portugal. Leis, Decretos, etc. – Decreto de 22/12/1882

Portugal. Leis, Decretos, etc. – Decreto de 04/01/1883

Portugal. Leis, Decretos, etc. – Decreto de 18/01/1883

Portugal. Leis, Decretos, etc. – Decreto de 12/02/1883

Portugal. Leis, Decretos, etc. – Decreto de 13/02/1883

Portugal. Leis, Decretos, etc. – Decreto de 08/03/1883

Portugal. Leis, Decretos, etc. – Decreto de 22/05/1883

Portugal. Leis, Decretos, etc. – Decreto de 05/06/1883

Portugal. Leis, Decretos, etc. – Decreto de 07/06/1883

Portugal. Leis, Decretos, etc. – Decreto de 03/11/1883

Portugal. Leis, Decretos, etc. – Decreto de 24/01/1884

Portugal. Leis, Decretos, etc. – Decreto de 14/02/1884

Portugal. Leis, Decretos, etc. – Decreto de 14/02/1884

Portugal. Leis, Decretos, etc. – Decreto de 28/02/1884

Portugal. Leis, Decretos, etc. – Decreto de 26/03/1884

Portugal. Leis, Decretos, etc. – Decreto de 26/03/1884

Portugal. Leis, Decretos, etc. – Decreto de 27/03/1884

Portugal. Leis, Decretos, etc. – Decreto de 24/04/1884

Portugal. Leis, Decretos, etc. – Decreto de 28/05/1884

Portugal. Leis, Decretos, etc. – Decreto de 29/05/1884

Portugal. Leis, Decretos, etc. – Decreto de 30/05/1884

Portugal. Leis, Decretos, etc. – Decreto de 23/07/1884

Portugal. Leis, Decretos, etc. – Decreto de 20/10/1884

Portugal. Leis, Decretos, etc. – Decreto de 30/10/1884

Portugal. Leis, Decretos, etc. – Decreto de 27/11/1884

Portugal. Leis, Decretos, etc. – Decreto de 26/12/1884

Portugal. Leis, Decretos, etc. – Decreto de 08/01/1885

Portugal. Leis, Decretos, etc. – Decreto de 08/01/1885

Portugal. Leis, Decretos, etc. – Decreto de 08/01/1885

Portugal. Leis, Decretos, etc. – Decreto de 08/01/1885

Portugal. Leis, Decretos, etc. – Decreto de 26/03/1885

Portugal. Leis, Decretos, etc. – Decreto de 16/07/1885

Portugal. Leis, Decretos, etc. – Decreto de 16/07/1885

Portugal. Leis, Decretos, etc. – Decreto de 21/01/1886

Portugal. Leis, Decretos, etc. – Decreto de 11/02/1886

Portugal. Leis, Decretos, etc. – Decreto de 01/04/1886

Portugal. Leis, Decretos, etc. – Decreto de 15/07/1886

SERRADO, Visconde – Relatório apresentado à Junta Geral do Distrito de Viseu na sessão ordinária de 1873. Viseu: Imprensa do Governo Civil, 1873.

SERRADO, Visconde – Relatório apresentado à Junta Geral do Distrito de Viseu na sessão ordinária de 1874. Viseu: Imprensa do Governo Civil, 1874.

SERRADO, Visconde – Relatório apresentado à Junta Geral do Distrito de Viseu na sessão ordinária de 1876. Viseu: Imprensa do Governo Civil, 1876.

## **Bibliografia**

AGAREZ, Ricardo - Cadeia Penitenciária de Coimbra / Estabelecimento Prisional Central de Coimbra e Estabelecimento Prisional Regional de Coimbra. SIPA, 2015. Disponível em: [http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=10921](http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=10921)

ALEGRIA, Maria Fernanda – A organização dos transportes em Portugal: 1850 – 1910: as vias e o tráfego. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos, 1990.

FONTE, Teodoro Afonso da - No limiar da honra e da pobreza: a infância desvalida e abandonada no Alto Minho: 1698-1924. Braga: Instituto de Ciências Sociais, 2004. [Tese de doutoramento]. Disponível em: <http://hdl.handle.net/1822/887>

LOPES, Maria Antónia – Mães solteiras entre a repressão e os apoios do Estado: intimações, subsídios e abandonados no Distrito de Coimbra, 1850-1890. Araújo, Maria Marta e Pérez Álvarez, María José (coords.), Do silêncio à ribalta: os resgatados das margens da História (séculos XVI-XIX), s.l., Lab2PT, 2016, pp. 37-54. Disponível em <https://eg.uc.pt/handle/10316/31269>

MATA, Maria Eugénia – As finanças públicas portuguesas da Regeneração à Primeira Guerra Mundial. Lisboa: Banco de Portugal, 1993

PACHECO, Elsa - Alteração das acessibilidades e dinâmicas territoriais na Região Norte : expectativas, intervenções e resultantes. Porto: Universidade do Porto, 2001. Tese de Doutoramento. Disponível em: <https://hdl.handle.net/10216/7019>

SOUSA, Fernando (coord.) – Os governos civis de Portugal: história e memória (1835-2011). Porto: Cepese, 2014.

## **Da oposição à democracia: um percurso pelas fontes do Arquivo Municipal de Estarreja**

**Paulo Dias** (Câmara Municipal de Estarreja)

### **Resumo:**

O Arquivo Municipal de Estarreja conserva documentação de relevância para o estudo dos movimentos de oposição e de luta pela liberdade durante o período do Estado Novo e para o entendimento das dinâmicas de construção democrática local após o 25 de Abril. Verifica-se que, ao contrário do que seria de supor, os naturais e residentes de Estarreja protagonizaram algumas manifestações oposicionistas, desde o início dos anos 40 do século XX, apesar do ambiente conservador daquilo que era, então, uma pequena vila. Alguns nomes como o Manuel de Figueiredo, Manuel de Andrade ou Oliveira e Silva tiveram um papel relevante na luta pela democracia e no apoio a candidatos às eleições presidenciais como Norton de Matos, Quintão Meireles ou Humberto Delgado.

O aparelho repressivo faz-se sentir, ao nível local, com maior premência a partir do eclodir da Guerra Colonial e são vários os episódios que ilustram a ação das autoridades. A democracia no Concelho muito deve à ação destas e de outras personalidades e o 25 de Abril vai trazer dinâmicas de participação democrática que esta documentação permite conhecer.

Desde logo, o “assalto ao poder” protagonizado por Manuel Andrade, à frente de uma Comissão Administrativa “provisória”, a resistência das populações a ações mais radicais e a rejeição, mais ou menos generalizada, das manifestações extremistas de esquerda em tempos de PREC. Não obstante, a plêiade de partidos políticos que surgem irão ser determinantes na construção do regime democrático e pluralista apesar da instabilidade dos tempos. Os processos eleitorais e seus protagonistas são dados importantes que a documentação administrativa nos permite descobrir. A normalização da vida política local chegará em 1977, com a tomada de posse de D. Lurdes Breu, primeira Presidente de Câmara eleita em democracia.

**Palavras-chave:** arquivo - documentação - oposição - PREC – eleições.

**Abstract:**

The Estarreja Municipal Archive holds documentation relevant to the study of opposition movements and the fight for freedom during the Estado Novo period. It also helps us understand the dynamics of local democratic development after April 25<sup>th</sup>, 1974. Contrary to what might be expected, Estarreja's natives and residents played key roles in opposition demonstrations from the early 1940s, despite the conservative atmosphere of what was, then, a small town. Local personalities such as Manuel de Figueiredo, Manuel de Andrade, and Oliveira e Silva were significant in the struggle for democracy and in supporting presidential candidates like Norton de Matos, Quintão Meireles, and Humberto Delgado.

The State repressive apparatus became more pronounced locally with the outbreak of the Colonial War and there are several episodes illustrating the actions of the authorities. Democracy in the municipality owes much to the actions of these and other personalities, and the April 25th Revolution brought new dynamics of democratic participation, which this documentation sheds light on.

Notably, Manuel Andrade led a "temporary" Municipal Administrative Commission in what was termed the "seizure of power," facing resistance from the population to more radical actions and a general rejection of extreme left-wing demonstrations during the PREC period. Nevertheless, the emergence of various political parties was crucial to the construction of a pluralistic democratic regime, despite the instability of those early days. The administrative records reveal important insights on electoral processes and their key role figures. The normalization of local political life arrived in 1977, with the beginning of the term of office of Lurdes Breu, the first democratically elected Mayor.

**Keywords:** archive - documentation - opposition – revolutionary process – elections

## **Da oposição à democracia: um percurso pelas fontes do Arquivo Municipal de Estarreja**

O presente texto procura - de forma necessariamente breve e mediante escolhas que sempre se impõem na delimitação de um tema - dar a conhecer algumas das fontes para o conhecimento da luta pela liberdade que, desde o Estado Novo à normalização democrática, ocorreu no Município de Estarreja ou foi protagonizada por Estarrejenses. É, como o título indica, um percurso. Um percurso possível - de entre muitos - que a documentação do Arquivo Municipal de Estarreja<sup>153</sup>, com o devido contexto, viabiliza e que o tema, certamente, suscita, dada a centralidade para o nosso autoconhecimento contemporâneo, enquanto povo e enquanto país. Julgamos, ainda que de forma introdutória, ser possível lançar luz sobre algumas das realidades locais para o período em causa, numa linha condutora que pretende incidir nas manifestações - ora mais personalizadas e aguerridas, ora acomodadas em vivências mais anónimas - que, por quase meio século, nos permitem testemunhar a(s) diferença(s) de opinião face ao poder instituído. Tal não significa que Estarreja tenha sido um reduto de ardentes contestatários, mas a verdade é que nem sempre os partidários da liberdade - uma minoria esclarecida - manifestaram em surdina o seu pensamento divergente. Antes procuraram, em diversos momentos, desequilibrar as forças em presença o que, compreensivelmente, resultou numa resposta mais firme do poder político, com as autoridades e correligionários da situação a endurecerem o discurso e as medidas a todos os que não se conformassem com a ordem vigente.

O Estado Novo mantinha um sistema de forte vigilância e disciplinamento das mentalidades sem prejuízo de, ainda assim, poderem germinar outros ideais, como demonstram alguns dos episódios que aqui traremos. Aliás, é pelo intervencionismo que o poder político procura exercer a sua influência sobre todos os aspetos da vida individual e coletiva. Assim, cresce e agiganta-se a máquina burocrática do Estado. Herdeiro de um Estado mínimo, Oliveira Salazar, com a

---

<sup>153</sup> A maioria das referências ao longo deste artigo dizem respeito à documentação administrativa produzida e recebida pela Câmara Municipal de Estarreja (CMETR) e conservada no Arquivo Municipal.

consolidação do regime após o plebiscito da Constituição de 1933, vai “num processo que passaria por colocar a figura do Presidente do Conselho no centro do sistema estatal, alterar o corpo de funcionários e regularizar os procedimentos burocráticos, elevando o Ministério das Finanças a entidade fiscalizadora da atividade dos outros ministérios”<sup>154</sup>. Tal impacto sobre a administração pública resultará no acumular, em arquivos públicos, de informação que importa estudar, contextualizar e interpretar por forma a lançar elementos de leitura significativa dos fenómenos culturais e políticos da sociedade, sendo nossa convicção que muita dessa informação ainda aguarda ser descoberta, trabalhada e fruída.

No que respeita ao tema da luta pela liberdade e construção da democracia no Concelho de Estarreja, de forma geral e à semelhança do que viveu o Portugal de então, identificam-se períodos de maior e mais intensa atividade, como os períodos eleitorais logo após a II Guerra Mundial<sup>155</sup>. Apesar da aparente calma à superfície das águas, a verdade é que o Regime cedo se viu confrontado com manifestações de diversa índole e com motivações díspares que, ainda assim, não deixaram de ser motivo de evidente preocupação e, conseqüentemente, fator de aumento da repressão. Em 1947, e no rescaldo de alguma abertura às correntes oposicionistas, o Governo Civil de Aveiro remete ao Presidente da Câmara Municipal de Estarreja uma circular confidencial, datada de 27 de novembro, alertando para a possível atividade, nas comemorações do 1º de Dezembro. Alerta para o facto de que “elementos contrários à situação – nomeadamente o MUD Juvenil pretendem aproveitar-se dessa data para a realização de comemorações (reuniões, sessões, manifestações) em oposição às que nessa data normalmente costumam ser efetuadas pela Mocidade Portuguesa”<sup>156</sup>.

Sensivelmente pela mesma altura, e receando a difusão de mensagens inconvenientes, a Câmara é novamente informada de que deverá abster-se de

---

<sup>154</sup> Ana AZEVEDO, “Reformar a Administração Pública ao sabor das prioridades do Estado Novo”, *Portuguese Studies Review*, 26 (2), Lisboa, 2018.

<sup>155</sup> Ana Sofia FERREIRA, “As eleições no Estado Novo. As eleições presidenciais de 1949 a 1958”, *História: Revista da FLUP*, II Série, vol. 7, Porto, 2006.

<sup>156</sup> CMETR, Secção Administrativa, Correspondência recebida – Governo Civil (1944-1948), Circular 10/48, caixa 8354.

emitir licenças para “reclames sonoros em feiras e vias públicas” porquanto, além de perturbarem a tranquilidade geral “sem respeito pelo trabalho ou descanso” de terceiros, “é vulgar que, através dos amplificadores, se divulguem factos ou ideias que ofendem a moral pública ou o brio nacional”<sup>157</sup>. Por esta altura já Manuel Andrade pertencia ao Movimento de Unidade Democrática (MUD) e integraria o Movimento Nacional Democrático, tendo participado ativamente, desde 1945, pelos movimentos oposicionistas, em todas as campanhas para as eleições de Deputados à Assembleia Nacional e para as Presidenciais. No que respeita à posição oficial, facilmente se percebe - apesar da aridez da documentação administrativa - que as autoridades procuram, por todos os meios, dificultar o exercício das liberdades cívicas mediante expedientes de diversa ordem, como a recusa em inscrição em cadernos eleitorais, o indeferimento de petições, a intimidação e repressão pela censura ou alegando irregularidades por parte de todos quantos procuram ser alternativa ao discurso monocórdico oficial. A par destas ações de controlo mais direcionadas as autoridades parecem atentas às movimentações mais anónimas como se depreende da comunicação do Comandante da GNR que insiste para que, também em Estarreja, se sinta a presença daquela força. Reforça que é:

*“de absoluta necessidade a instalação de um posto da G.N.R. na sede do Concelho de Estarreja, em virtude do que acabo de expor a V. Ex<sup>a</sup>. E ainda porque se tem verificado a existência e ocultação naquele concelho de criminosos fugidos à acção das autoridades, nomeadamente, pertencentes a concelhos limítrofes, policiados pela GNR. Também é de considerar a previsão de greves revolucionárias no meio operário não só daquele concelho mas com ramificações pelo País e no caso de sabotagem do Posto de Transformação da linha de alta tensão em Avanca ou a destruição da linha de transporte de*

---

<sup>157</sup> CMETR, Secção Administrativa, Correspondência recebida – Governo Civil (1944-1948), Circular 125/47, caixa 8354.

*corrente eléctrica que atravessa o concelho provocaria a paralisação das indústrias servidas por essas linhas”<sup>158</sup>.*

A agitação operária é uma realidade em contínuo, um pouco por todo o país desde a década de 30 do século XX até ao pós-II Guerra Mundial, altura em que decresce e só voltará a ter maior impacto, com vários surtos espontâneos, entre 1958 e 1962, sensivelmente<sup>159</sup>. Nas ações oposicionistas mais frontais, juntar-se-á a Manuel de Andrade e a outras figuras de relevo do Concelho, o Dr. Manuel Figueiredo. Não sendo natural de Estarreja, aqui exerceu, por largas décadas, a sua atividade médica em virtude de lhe ter sido fixada residência por volta de 1930. Abertamente opositor ao regime, tendo igualmente aderido ao MUD e correligionário de Mário Cal Brandão - outro opositor que passou por Estarreja e daqui se evadiu para a Galiza - sabe-se que também apoiou a candidatura do General Norton de Matos à Presidência da República em 1949<sup>160</sup>. Também sentiu as dificuldades que a burocracia teimava em acrescentar ao exercício do direito de voto. A 16 de maio de 1949 e na sequência de uma reclamação eleitoral que apresentou - e tendo nascido em Belém do Pará - o Presidente da Câmara informa a Direção Geral de Administração Política e Civil, que “não julgamos demonstrada a cidadania portuguesa do reclamante pelos seguintes considerandos: a sentença proferida no Brasil, em 20 de julho de 1948, não está revista nem confirmada por Tribunais Portugueses, não podendo, por isso, produzir efeitos em Portugal (...) acontece que o Dr. Manuel Luiz da Costa Figueiredo figura nos registos de estrangeiros dos nossos serviços, como cidadão brasileiro”<sup>161</sup>.

As eleições presidenciais foram, por excelência, momentos em que as oposições conseguiram maior margem de manobra e maior visibilidade, sem prejuízo da ação fiscalizadora e repressiva do Regime. Por essa ocasião, a 11 de

---

<sup>158</sup> CMETR, Secção Administrativa, Correspondência recebida – Governo Civil (1944-1948), Circular 163/48, caixa 8309.

<sup>159</sup> Fernando ROSAS e J. M. BRITO (Dir.), *Dicionário de História do Estado Novo*, vol. I, Lisboa. Ed. Círculo de Leitores, 1996, 401-403.

<sup>160</sup> Mário LEMOS, *Candidatos das Oposição à Assembleia Nacional do Estado Novo (1945-1973): um dicionário*, Lisboa, Texto Editores, 2009, 103.

<sup>161</sup> CMETR, Registo de Correspondência Recebida – Recenseamento Eleitoral (1944-1954), ofício 73/49. Refira-se que neste mesmo livro encontrámos outras reclamações de diversos oposicionistas do Concelho.

novembro de 1948, o Governo Civil de Aveiro chamava à atenção para “o livro da autoria do General Norton de Matos intitulado – Os dois primeiros meses da minha candidatura à Presidência da República” ordenando que se efetivasse “a sua apreensão nesse concelho e a promover as diligências convenientes no sentido dos exemplares encontrados serem remetidos àquela Polícia [PIDE] acompanhados dos respetivos autos”<sup>162</sup>.

Ainda por altura das presidenciais de 1951, convocadas em virtude da morte do Marechal Carmona, Estarreja manifesta resiliência contra o carácter unívoco da representação política: encontramos dois apoiantes de candidaturas oposicionistas. Pelo Dr. Henrique Souto, advogado de reconhecido prestígio, é firmado um pedido para uma sessão de propaganda eleitoral em nome da candidatura de Quintão Meireles a realizar em Estarreja. Quintão Meireles, não sendo uma figura de rotura e considerando-se um situacionista, não deixa de ser um candidato da oposição... moderada, é certo, mas oposição.

Pela candidatura de Rui Luís Gomes, antigo Professor Universitário afastado da docência por razões políticas, há a intervenção de Manuel Andrade que, de novo, encabeça um movimento que pretende “realizar uma reunião pública nesta Vila de Estarreja, a fim de apreciar a atitude a tomar pelos democratas perante as eleições presidenciais”<sup>163</sup>. Como seria de esperar, o despacho no próprio requerimento, pela mão do Presidente Ferreira da Silva, é liminar: “Não estando aberta a campanha eleitoral é inoportuno o recurso pelo que se indefere. 19/VI/51”<sup>164</sup>.

Também existente no Arquivo Municipal e fruto de uma doação conhece-se, para as eleições legislativas de 1957, um Manifesto da Comissão Eleitoral Oposicionista do Concelho de Estarreja. Apesar de não ter representantes nas listas pelo círculo de Aveiro esta Comissão Concelhia procurava evidenciar que os

---

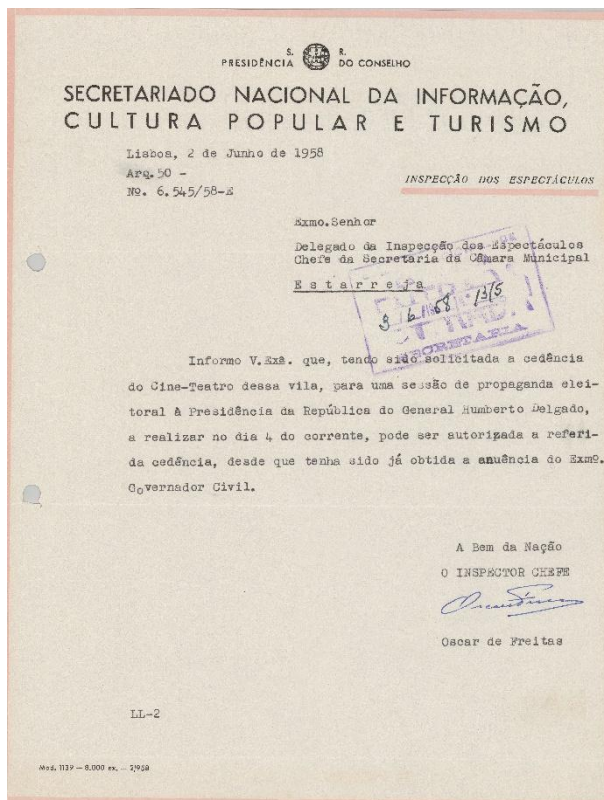
<sup>162</sup> CMETR, Secção Administrativa, Correspondência recebida – Governo Civil (1944-1948), Circular 105/48, caixa 8354.

<sup>163</sup> CMETR, Requerimentos Diversos, caixa 10557.

<sup>164</sup> *Ibidem*.

Estarrejenses nada deviam às políticas do Estado Novo e que apenas os Deputados da oposição Democrática poderiam fazer alterar, rumo à liberdade e ao progresso, o atual estado do concelho e do país. Recorde-se que nesse mesmo ano realizava-se o I Congresso Republicano de Aveiro, no qual participaram relevantes nomes da intelectualidade portuguesa entre os quais o Estarrejense Dr. Manuel Andrade<sup>165</sup>, pelo que cremos que Estarreja não terá ficado indiferente a este *élan*. Esse inconformismo em relação às políticas do Estado Novo parece, também, ter encontrado alento nas ações de campanha que, para as presidenciais de 1958, se terão realizado no Cineteatro de Estarreja. Conservam-se, oriundos do Secretariado Nacional de Informação, dois ofícios que autorizam a cedência do espaço, para fins de propaganda eleitoral, às candidaturas de Arlindo Vicente e Humberto Delgado.

Por seu turno, não deixando dúvidas quanto ao papel que as autoridades desempenham em favor do Regime, é recebido na Secretaria da Câmara Municipal o agradecimento, dirigido ao Presidente Ferreira da Silva, pelo “dedicado esforço que desenvolveu a favor da eleição do Snr. Almirante Américo Tomaz”<sup>166</sup>. Refira-se, a título de curiosidade, que Jaime Ferreira da Silva seria, em breve, escolhido para ser o próximo Governador Civil do Distrito.

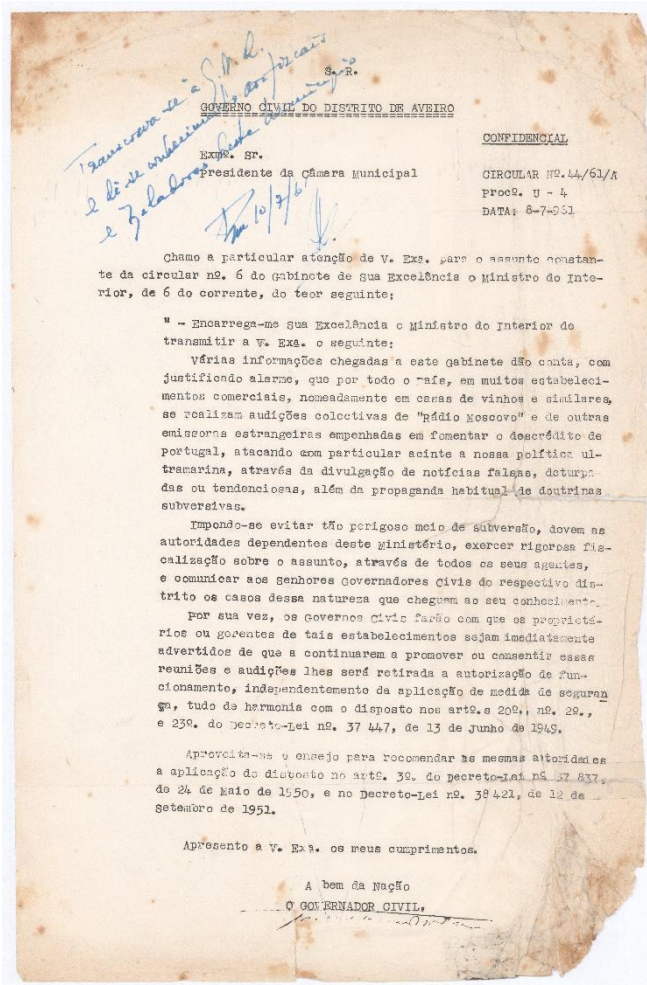


**Imagem 1:** Ofício de autorização para cedência do Cineteatro de Estarreja à campanha do Gen. Humberto Delgado (1958)

<sup>165</sup> Mário Lemos, *op. cit.*, 103-104.

<sup>166</sup> CMETR, Registo de Correspondência Recebida (1957-1959), ofício 1379/58.

Com o deflagrar do conflito militar em África em 1961 nota-se, por um lado, a tentativa de reforço dos mecanismos de controlo das opiniões e manifestações políticas adversas aliado ao recrudescimento de uma retórica triunfalista do poder e, por outro, o crescimento da contestação que o próprio contexto da Guerra Colonial iria acentuar. Nesse contexto de dificuldade que o poder político tem em conformar as mentalidades, endurecem-se as medidas repressivas sobre a generalidade da população, pelo que, por vezes, a mais leve suspeita é motivo para mobilizar diligências. Parece ser esse o caso que justifica a circular confidencial de 8 de julho de 1961 na qual, diversas informações chegadas ao Ministério do Interior,



**Imagem 2:** Circular do Governo Civil de Aveiro alertando para a escuta da “Rádio Moscovo” (1961)

*“dão conta, com justificado alarme, que por todo o país, em muitos estabelecimentos comerciais, nomeadamente em casas de vinhos e similares, se realizam audições colectivas de “Rádio Moscovo” e de outras emissoras estrangeiras empenhadas em fomentar o descrédito de Portugal, atacando com particular acinte a nossa política ultramarina, através da divulgação de notícias falsas, deturpadas ou*

*tendenciosas, além da propaganda habitual de doutrinas subversivas*<sup>167</sup>.

Outro incidente que nos conduz a um surpreendente universo de situações ilustrativas do empenho despendido para averiguar todos os comportamentos é o caso de um suposto regulamento de salários a pagar às trabalhadoras agrícolas. Em junho de 1964, a Polícia Internacional e de Defesa do Estado (PIDE) informava a Câmara Municipal de que um seu funcionário teria tido a ousadia de redigir esse pretenso regulamento “durante as horas de expediente, numa máquina da Secretaria desse Corpo Administrativo”<sup>168</sup> ... Para se ter um vislumbre dos métodos de inquérito e das implicações de um ato aparentemente inócuo, detenhamo-nos um pouco neste testemunho. Francisco António de Oliveira e Silva – coincidentemente com apelidos homónimos aos do médico oposicionista e já bem conhecido das autoridades – terá procurado disciplinar horários de trabalhos e valores de jorna num setor de grande importância para o Concelho como era a produção de arroz. O interrogatório começa com o “convite” a esclarecer a sua posição política perante as instituições vigentes, tendo sido dada a resposta de que

*“sempre foi, e continua a ser e será afecto sem reservas ao regime político vigente, pelo qual sempre tem votado. Que, além disso, nos períodos eleitorais sempre tem feito parte das mesas eleitorais e colaborado activamente com as autoridades a favor da Situação”*<sup>169</sup>.

Por ser natural da mesma freguesia e ter iguais apelidos, é averiguada a eventual ligação ao Dr. José de Oliveira e Silva, ao que o declarante responde que “conhece aquele médico desde os bancos da escola primária, mas que as relações que com ele mantém são apenas e unicamente de carácter profissional”. Apesar destas informações, o interrogatório não se torna mais fácil:

---

<sup>167</sup> CMETR, Correspondência recebida – Confidencial (1959-1970), circular 44/61/U, caixa 11607.

<sup>168</sup> CMETR, Secção Administrativa, Correspondência recebida – Governo Civil (1948-1966), ofício 44/64-B, caixa 8309.

<sup>169</sup> *Ibidem*.

*“Convidado a esclarecer se foi ele, declarante, o encarregado de distribuir as listas da União Nacional no período eleitoral de mil novecentos e cinquenta e oito na sua freguesia e a que atribui de se dizer que aproveitou essa circunstância para as trocar pelas listas do candidato oposicionista Humberto Delgado, declarou: Que, o declarante era pessoa de inteira confiança do Doutor Jaime Ferreira da Silva que foi Presidente da Câmara Municipal de Estarreja durante treze anos e depois Governador Civil de Aveiro (...) Que constitui surpresa para si o dizer-se que trocou as listas da União Nacional pelas do candidato oposicionista naquelas eleições e que esse facto só pode denominar-se de calúnia, ou pessoa de má fé que deseja ver o declarante metido em trabalhos”<sup>170</sup>.*

Tratava-se, como se percebe, de averiguar toda e qualquer situação que pudesse constituir a mais ténue ameaça ao Regime, tanto mais que nesta altura ainda se viviam, um pouco por todo o país, greves rurais e fenómenos de agitação camponesa. Desde o final dos anos 50 eram frequentes reivindicações pelo cumprimento das oito horas de trabalho diário nos campos e pelo aumento dos salários<sup>171</sup> pelo que este regulamento - no entender das autoridades - só poderia ser uma prova de inequívoca insurreição. Findas as investigações, o Subdiretor da PIDE acaba por concluir, no ofício que acompanha os autos, que “dada a forma como os factos se passaram, tudo indica que as mulheres que trabalham na faina da plantação do arroz são estranhas a quaisquer movimentos de carácter reivindicativo, que possa considerar-se fruto de actividades de elementos subversivos”<sup>172</sup>. Até ao final do Estado Novo, apesar de algum afrouxamento de medidas durante a “Primavera Marcelista”, o poder político procuraria sempre escrutinar tudo o que lhe pudesse ser contraditório, incorrendo, por vezes, em situações caricatas. Disso é exemplo o artigo intitulado “A Empatocracia”, versando a excessiva burocracia camarária, publicado em junho de 1970 no *Jornal*

---

<sup>170</sup> *Ibidem*.

<sup>171</sup> Fernando ROSAS e J. M. BRITO, *op. cit.*, 404.

<sup>172</sup> CMETR, Secção Administrativa, Correspondência recebida – Governo Civil (1948-1966), ofício 44/64-B, caixa 8309.

de Estarreja e que os serviços de censura remetem à Câmara para que se digne informar sobre o assunto. Nele se lia:

*“Só a trabalhadeira e o ror de papelada precisa para se tirar a licença de bicicleta! E note-se que o exame de estrada e de sinais que deveria ser o principal, é o que não conta!!! (...) Se o sujeito sabe andar na estrada ou não sabe, isso é lá nos acidentes de viação que se há-de ver!... S. Marcello nos acuda!”<sup>173</sup>.*

O ambiente do país – e do concelho - nas vésperas do 25 de Abril poderia ser, em parte, ilustrado com este recorte que fez despertar a censura: bloqueado, enredado no labirinto dos pequenos problemas e sem aparente solução para as situações que se agravavam com a falta de liberdade e de participação cívica. A Revolução, pela análise de alguma da documentação camarária, encontrará um município a funcionar de forma rotineira, centrado nos temas quotidianos, de tal forma que, após uma leitura das Atas das primeiras reuniões já realizadas após o golpe militar, ficamos com a impressão de que pouco ou nada se alterou. O golpe militar que pôs termo à Ditadura é recebido em Estarreja com natural surpresa, mas com compreensível contenção. À semelhança de muitas outras realidades locais, parece que apenas por ocasião do 1º de Maio se dá a confirmação do 25 de Abril e só a partir desse momento, se assistem a manifestações populares mais espontâneas. O último executivo camarário nomeado pelo Estado Novo tomara posse a poucos dias da Revolução dos Cravos – a 10 de Abril - e, face à nova realidade, parece prudente quanto à posição a tomar face aos acontecimentos que se desenrolam desde a madrugada de dia 25. A 2 de Maio a Câmara Municipal enviará um telegrama à Junta de Salvação Nacional, entidade que vê como “suprema garantia [da] pacificação da família portuguesa no progresso e na paz e princípios formulados a que esta Câmara dá o seu apoio”<sup>174</sup>. A 8 de Maio reunirá pela última vez e fará pacificamente a transmissão de poder para uma Comissão Administrativa Provisória, liderada pelo Dr. Manuel Andrade, que se dirigirá, no

---

<sup>173</sup> CMETR, Secção Administrativa, Correspondência recebida – Governo Civil (1968-1971), caixa 8311.

<sup>174</sup> CMETR, Correspondência geral – 1974, ofício 597, caixa 7753.

mesmo dia, com os demais elementos, ao Governo Civil de Aveiro. Aí o Secretário, na ausência do Governador, sanciona essa inaudita transferência para que possa haver continuidade na gestão corrente dos interesses locais. Apesar deste ato - invulgar na globalidade do contexto nacional - apenas em junho será publicada a Portaria 236/74 que confere ao Ministro da Administração Interna a faculdade para dissolver os corpos administrativos ainda nomeados pelo Estado Novo.

Vivem-se tempos de instabilidade e de agitação um pouco por todo o país e Estarreja não ficará indiferente às transformações que se começam a operar nas diversas esferas da sociedade. A partir de fins de 1974 e com maior ênfase durante o “verão quente” de 1975, além de notícias na imprensa local, também alguma da documentação existente no Arquivo Municipal permite que nos apercebamos do descontentamento popular face à Comissão Administrativa. Também possibilita que apreendamos a linguagem com o sabor próprio do momento revolucionário e o testemunho de algumas das intervenções mais cáusticas. O jornal *O Concelho de Estarreja*, em julho de 1975, informa, em primeira página, que foram “tomadas

de assalto as sedes do PCP, MDP/CDE, MES e FEC, partidos políticos instalados na zona central da vila. Na operação tomaram parte numerosas pessoas que retiraram para o exterior todo o recheio que

Marca do dia

Indicações de transmissão 594

CTT

TELEGRAMA

IND. DE SERVIÇO	ORIGEM	NÚMERO	PALAVRAS	DATA	HORA	CUSTO
						S
INDICAÇÕES (Vide verso)						S
NOME DO DESTINATÁRIO: Presidente da Junta de Salvação Nacional						S
MORADA E TELEFONE: Lisboa						S
TOTAL						S
TEXTO E ASSINATURA: Câmara Municipal Estarreja, sua primeira reunião após Movimento 25 Abril deliberou saudar Junta Salvação Nacional suprema garantia pacificação família portuguesa no progresso e na paz e princípios formulados a que esta Câmara dá o seu apoio.						
NOME, MORADA E TELEFONE DO EXPEDIDOR (estas indicações não são transmitidas)						HORA DE APRESENTAÇÃO

PARA EVITAR ERROS DE TRANSMISSÃO USE LETRA MAIÚSCULA DE IMPRENSA

68

encontraram (material de propaganda e escasso mobiliário) lançando-lhe fogo em seguida”<sup>175</sup>. O mesmo periódico dá conta dos primeiros protestos contra quem, ao tempo, dirigia os destinos camarários, noticiando que:

<sup>175</sup> Casimiro TAVARES (Dir.), *O Concelho de Estarreja*, número 3696, 26/07/1975.

*“após a abertura da Câmara, começou a juntar-se gente de tal modo não habitual, que deixou antever algo de especial. Na realidade, numerosas pessoas irromperam em manifestações, dando mostras que a Comissão Administrativa não é do agrado da população. Cerca das 22.00 horas chegaram ao local três camionetas transportando soldados armados, calculados em mais de uma centena. Os manifestantes continuaram a exigir a demissão da referida Comissão”<sup>176</sup>.*

As atas das reuniões camarárias testemunharão, sensivelmente pela mesma altura, as mudanças na linguagem e nos temas considerados importantes ou cuja decisão se julgava prioritária, bem como as dificuldades na gestão ordeira de algumas das participações populares. Destacamos, a título ilustrativo, o espírito solidário com Moçambique recém-independente. Na reunião de 25 de junho de 1975, é endereçado um telegrama de regozijo à Câmara Municipal de Can Phumo – nome provisório da capital antes de ser rebatizada de Maputo – por “mais uma Nação Lusíada [que] passa para a comunidade internacional [e] saúda nessa câmara o povo irmão de Moçambique fazendo votos pela prossecução de uma vida democrática e popular, livre, feliz e progressiva<sup>177</sup>”.

---

<sup>176</sup> *Ibidem.*

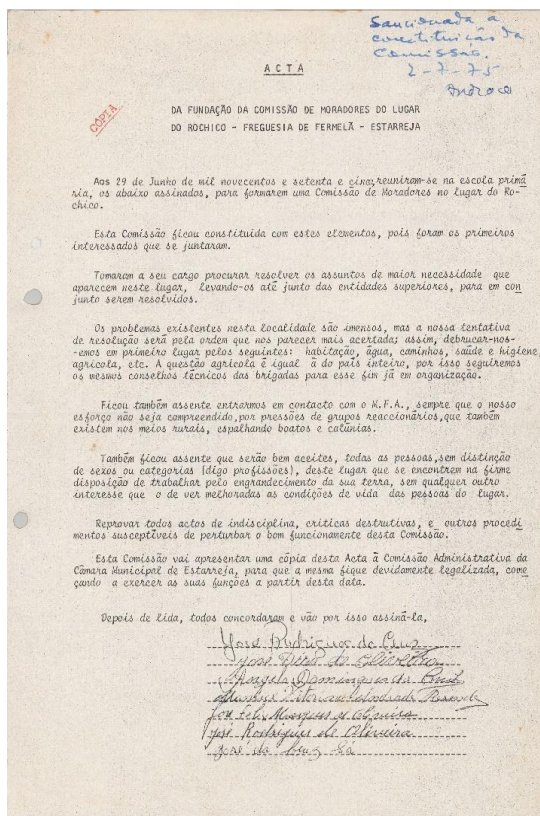
<sup>177</sup> CMETR, Livro de Atas das reuniões da Câmara Municipal (1974-1976), fl. 130-130v.

A reunião de 2 de dezembro foi encerrada abruptamente em virtude das exacerbadas manifestações de populares. A Comissão Administrativa afirmava ter herdado graves problemas “do deposto governo fascista” e cuja resolução seria difícil e morosa. A reação dos munícipes presentes não se fez esperar: “Ouviram-se, a esta altura, vários gritos de “fora”, “fora”, e “demitam-se imediatamente”, estabelecendo-se na sala das reuniões enorme excitação e confusão. Face ao acontecido, o Senhor Presidente encerrou a reunião eram vinte e duas horas e dezoito minutos”<sup>178</sup>...

Fica-nos, igualmente, a memória do espírito revolucionário do tempo pela criação de comissões de moradores que procurarão, pelas suas próprias mãos, dar resposta a um conjunto de anseios das populações e, com isso, exercer livremente a sua ação em prol da sua comunidade. O exemplo da Comissão do lugar do Roxico, da freguesia de Fermelã, parece-nos deveras ilustrativo.

Na Ata da sua constituição, a 29 de junho de 1975, os signatários afirmam que pretendem resolver problemas concretos, como habitação, caminhos e saúde pública, mais indicando que

*“a questão agrícola é igual à do país inteiro, por isso seguiremos os mesmos conselhos técnicos das brigadas para esse fim já em organização. Ficou também assente entrarmos em contacto com o M.F.A., sempre que o nosso esforço não seja compreendido,*



**Imagem 4:** Ata da formação da Comissão de Moradores do Roxico, Fermelã (1975).

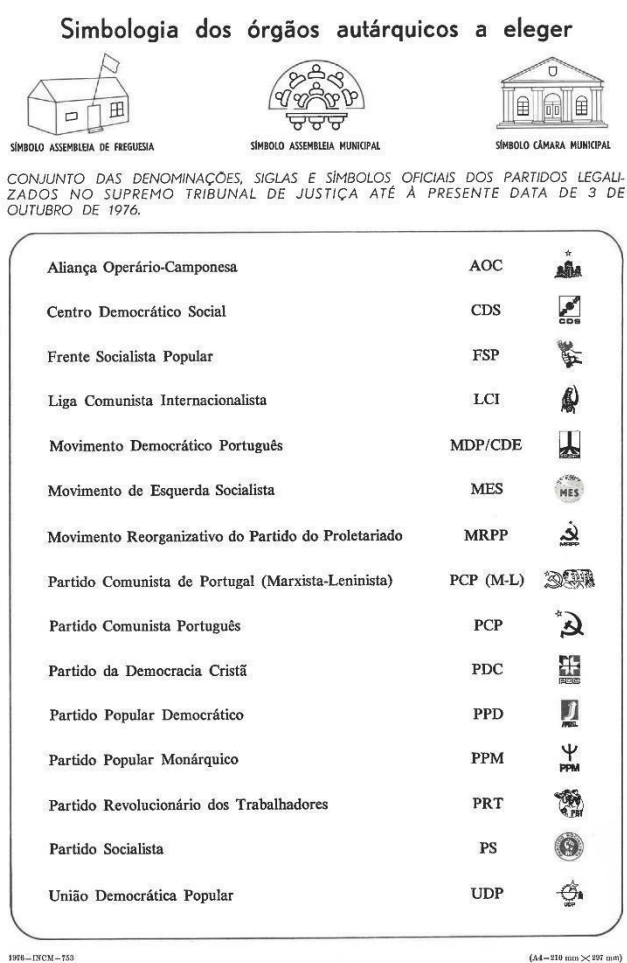
<sup>178</sup> *Ibidem*, fl. 146v.

*por pressões de grupos reaccionários, que também existem nos meios rurais, espalhando boatos e calúnias*<sup>179</sup>.

Os sufrágios que terão lugar nos próximos dois anos ajudarão a consolidar o sistema político de um Portugal novo. Em Estarreja, as eleições para a Assembleia Constituinte, de abril de 1975, mobilizarão esforços redobrados para o mais amplo recenseamento eleitoral – contrastando com o regime restritivo anterior. Este processo envolverá uma plêiade de recém-criados partidos políticos, pugnará pelo esclarecimento dos eleitores, assegurará a fiscalização de todo o processo eleitoral e afastará todos os elementos conotados com o Estado Novo<sup>180</sup>. A documentação permite-nos, ainda, ter um vislumbre da

novidade que consistiu na realização dos primeiros processos eleitorais, do impacto que tiveram para a normalização da vida democrática e das alterações que promoveram. Notamos que também a vida em democracia obrigou a uma aprendizagem, com um outro sentido de vida em comunidade em torno de valores partilhados.

Parece hoje evidente que para a efetivação de eleições verdadeiramente livres era necessário começar do zero, uma vez que a estrutura administrativa, o



**Imagem 5:** Simbologia dos partidos políticos (1976)

<sup>179</sup> CMETR, Documentos respeitantes às Comissões de Moradores do Concelho de Estarreja - 1975, pasta 11611.

<sup>180</sup> CMETR, Eleições – Assembleia Constituinte – 1975, caixa 8058.

método e até os cadernos eleitorais dos tempos do Estado Novo não davam resposta ao propósito da realização destas eleições. Com as primeiras eleições em liberdade assiste-se à criação de comissões e secretariados técnicos, à realização de vários comícios, sessões de esclarecimentos e demais iniciativas com vista a que todos os intervenientes conhecessem as regras do jogo democrático e que, com a manifestação da vontade popular, se caminhasse para uma estabilização e normalização da vida de todos os portugueses. Essa estabilização, ao nível do poder local, poderá identificar-se com o apuramento dos resultados das eleições locais em dezembro de 1976, que permitirá a instalação da primeira Câmara Municipal, já eleita em Democracia, a 3 de janeiro de 1977.

### **Bibliografia:**

AZEVEDO, Ana, Reformar a Administração Pública ao sabor das prioridades do Estado Novo, *Portuguese Studies Review*, 26 (2), Lisboa, 2018.

FERREIRA, Ana, “As eleições no Estado Novo. As eleições presidenciais de 1949 a 1958”, *História: Revista da FLUP*, II Série, vol. 7, Porto, 2006.

LEMOS, Mário, *Candidatos das Oposição à Assembleia Nacional do Estado Novo (1945-1973): um dicionário*, Lisboa, Texto Editores, 2009.

ROSAS, Fernando e BRITO, J. M. (Dir.), *Dicionário de História do Estado Novo*, vol. I, Lisboa. Ed. Círculo de Leitores, 1996.

TAVARES, Casimiro (Dir.), *O Concelho de Estarreja*, número 3696, Estarreja, 26/07/1975.

### **Fontes:**

CÂMARA MUNICIPAL DE ESTARREJA (CMETR):

- Atas das reuniões da Câmara Municipal (1974-1975).
- Correspondência recebida – Confidencial
- Correspondência geral
- Eleições – Assembleia Constituinte - 1975
- Eleições – Autarquias Locais - 1976
- Registo de correspondência recebida
- Requerimentos Diversos

- Secção Administrativa, Correspondência recebida – Governo Civil

# **A Revolução em Contexto Local - Estudo de caso sobre a Alfabetização de Adultos no Bairro dos Olivais Sul, em Lisboa**

**Virgínia Baptista** (HTC - NOVA FCSH/CFE-UC)

**Paulo Marques Alves** (DINÂMICA' CET-IUL)

## **Resumo**

Em 1970, a nível nacional, o analfabetismo entre os maiores de 7 anos era de 30,7% nas mulheres e de 19,7% nos homens. Durante as décadas de 50 e 60, a cidade de Lisboa recebeu muitos migrantes oriundos dos campos devido à pobreza em que as famílias viviam. Nesta apresentação pretendemos dar conta da experiência vivida durante a Revolução, com a Alfabetização de Adultos.

Devido aos Planos de Fomento II (1959-1964) e III (1968-1973), há uma viragem para a industrialização em cidades como Lisboa, principalmente na indústria siderúrgica, refinação de petróleos, adubos, indústrias químicas (Rollo, 1994), sendo a partir dos anos 60 que Portugal deixa de ser um país com uma população ativa maioritariamente rural. O estudo de caso que nos propomos abordar incide sobre o bairro dos Olivais Sul, que começou a ser construído em 1959, prevendo o plano de urbanização prédios, comércio, escolas, igrejas e espaços verdes. Pretendia-se uma arrojada conceção de integração social, nem sempre bem-sucedida. Os Olivais enquadravam-se, então, na cintura industrial de Lisboa, concentrando um grande número de operários, homens e mulheres. Destacamos fábricas como a UTIC (automóveis e camiões), Barros (têxteis), Tabaqueira, SACOR (refinação de petróleo), Fábrica Alves Gouveia (têxtil), EPAL (captação e distribuição da água), Bruno Janz (contadores), DIALAP (diamantes), entre outras. Existiam escolas primárias desde a fundação do bairro e o liceu D. Dinis, edificado no bairro contíguo de Chelas, que foi inaugurado no ano letivo de 1972-1973 e possuía características inovadoras, vingando a coeducação na formação das turmas e a ausência do uso de batas pelas raparigas. Abriam-se, assim, as portas a uma modernização educativa, na relação de sexos e a culturas importadas da restante Europa, principalmente de Paris. Na população dos Olivais

havia um elevado número de analfabetos/as. Após o 25 de Abril, principalmente nos anos de 1975 e 1976, acompanhando as Campanhas de Alfabetização de Adultos, também no bairro se iniciou a alfabetização conduzida por jovens, essencialmente raparigas, que frequentavam o liceu D. Dinis. Deve notar-se que estes/as jovens eram ainda menores e as raparigas deslocavam-se à noite para dar as aulas, com poucos transportes públicos, não sendo até aí habitual as raparigas e as mulheres ocuparem o espaço público noturno, devido a questões de assédio masculino. As aulas decorriam num edifício escolhido para o efeito, juntando-se principalmente mulheres, e seguindo-se o método de Paulo Freire, sob a orientação da Direção Geral de Educação Permanente, que fornecia os materiais, e com a qual existiam reuniões informais. As pessoas que frequentavam as aulas pretendiam, em primeiro lugar, saber assinar o nome (muitas tinham vergonha de colocar o dedo numa tinta preta e deixar a marca da impressão no documento, como então se fazia) e conhecer as direções dos autocarros. Muitos/as confidenciavam que a utilização do lápis era difícil porque o achavam demasiado leve relativamente aos seus utensílios de trabalho, usados primeiro nos campos e depois nas fábricas ou noutros trabalhos. Nestes dois anos mais intensos da Revolução, algumas pessoas conseguiram concretizar os seus objetivos de aprenderem a escrever e a ler. Esta alfabetização de adultos teve várias consequências para todos os intervenientes. Primeiro, contribuiu para uma sociedade mais igualitária, proporcionou a aproximação e diálogos entre jovens de liceu e pessoas adultas com diversas profissões, iniciando uma consciência social e política. Permitiu, também, mostrar a valorização da educação como um meio para a autonomia pessoal e a melhoria das condições de vida. Sem dúvida que na memória pessoal e histórica do bairro (a maioria dos alfabetizados/as já faleceu) ficou uma marca indelével de democracia e de cidadania.

**Palavras-chave:** Analfabetismo, Revolução, Campanhas de alfabetização, Olivais, Cidadania.

## **Abstract**

In 1970, at a national level, illiteracy among those over 7 years old was 30.7% in women and 19.7% in men. During the 50s and 60s, the city of Lisbon received many migrants from the countryside due to the poverty in which families lived. In this presentation we intend to give an account of the experience lived during the Revolution, with Adult Literacy.

Due to Development Plans II (1959-1964) and III (1968-1973), there is a shift towards industrialization in cities like Lisbon, mainly in the steel industry, oil refining, fertilizers, chemical industries (Rollo, 1994), from the 1960s onwards, Portugal ceased to be a country with a mostly rural active population. The case study that we propose to address focuses on the Olivais Sul neighbourhood, which began to be built in 1959, with the urbanization plan providing for buildings, commerce, schools, churches and green spaces. The aim was to create a bold concept of social integration, which was not always successful. Olivais then fell into the industrial belt of Lisbon, concentrating a large number of workers, men and women. We highlight factories such as UTIC (cars and trucks), Barros (textiles), Tabaqueira, SACOR (oil refining), Fábrica Alves Gouveia (textiles), EPAL (water collection and distribution), Bruno Janz (meters), DIALAP (diamonds), among others. There were primary schools since the founding of the neighbourhood and the D. Dinis high school, built in the adjacent neighbourhood of Chelas, which was opened in the 1972-1973 school year and had innovative characteristics, reinforcing co-education in the formation of classes and the absence of the use of beat for the girls. Thus, the doors were opened to educational modernization, gender relations and cultures imported from the rest of Europe, mainly from Paris. In the population of Olivais there was a high number of illiterates. After the 25th of April, mainly in the years 1975 and 1976, following the Adult Literacy Campaigns, literacy began in the neighbourhood, led by young people, essentially girls, who attended the D. Dinis high school. It should be noted that these young people were still minors and the girls travelled at night to teach classes, with little public transport, and until then it was not usual for girls and women to occupy public spaces at night, due to issues of male harassment. The classes took place in a building chosen for this purpose,

bringing together mainly women, and following Paulo Freire's method, under the guidance of the General Directorate of Continuing Education, which provided the materials, and with which there were informal meetings. The people who attended the classes wanted, first of all, to know how to sign their name (many were embarrassed to put their finger in black ink and leave the print mark on the document, as was done then) and to know the bus directions. Many confided that using the pencil was difficult because they found it too light compared to their work utensils, used first in the fields and then in factories or other jobs. In these two most intense years of the Revolution, some people managed to achieve their goals of learning to write and read. This adult literacy had several consequences for everyone involved. First, it contributed to a more egalitarian society, providing rapprochement and dialogue between young people in high school and adults with different professions, initiating social and political awareness. It also allowed to show the value of education as a means for personal autonomy and the improvement of living conditions. Without a doubt, in the personal and historical memory of the neighbourhood (most of the literate people have already passed away) there was an indelible mark of democracy and citizenship.

**Keywords:** Illiteracy, Revolution, Literacy campaigns, Olive groves, Citizenship.

## **Introdução**

A Revolução de Abril tem sido objeto de inúmeros estudos incidindo em múltiplas dimensões, mas continuam a subsistir algumas zonas de obscuridade. Uma relaciona-se com as campanhas de alfabetização.

Como salienta Giddens, durante séculos, o saber ler não foi “necessário, nem sequer útil na vida quotidiana de muitas pessoas”<sup>181</sup>. Ainda que tendo sido com a Reforma protestante que se dá um primeiro movimento visando a alfabetização em larga escala, a utilidade do saber ler só se afirma verdadeiramente com a modernidade e a industrialização e urbanização que a acompanham. As sociedades tornam-se mais complexas e, para lhe fazer face, emerge uma

---

<sup>181</sup> Anthony Giddens, *Sociologia*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1994, 495.

educação formal de tipo moderno que decorre em estabelecimentos apropriados para o efeito. Em contraposição à situação que vigorou ao longo de muitos séculos, a educação formal moderna alicerça-se numa estratégia nacional e caracteriza-se pela sua obrigatoriedade, que a torna universal, e homogeneização “sob comando político, pedagógico e administrativo do Estado”<sup>182</sup>.

Acede-se ao domínio da escolarização que, como refere Candeias, “implica uma relação estruturada com a cultura escrita”, a qual ocorre no âmbito da instituição educativa. Ela é um “modo de acesso ao mundo das letras” distinto da alfabetização, em relação à qual representa uma evolução, sendo que a alfabetização “se reporta a uma relação funcional com a leitura e a escrita [que] pode assumir diferentes tipos de profundidade”<sup>183</sup>.

É nosso objetivo contribuir para a historicização das Campanhas de Alfabetização, que ocorreram num contexto de profundas mudanças sociopolíticas, considerando-as numa perspetiva sobre as alterações culturais populares que à época foram ensaiadas.

Este contributo baseia-se num estudo de caso de alfabetização de adultos no bairro dos Olivais Sul nos anos de 1975 e 1976, dinamizada por estudantes do Liceu D. Dinis, na qual participou a coautora do texto.

Pretendemos dar resposta, nomeadamente, às seguintes questões: qual era o perfil dos formandos? E o dos formadores? Como ocorreu a interação entre formandos e formadores? Que metodologias foram utilizadas durante o processo? Que contributos é que a campanha deu para a formação de uma consciência cívica nos jovens que então contactaram com o mundo real e os seus problemas sociais?

---

<sup>182</sup> António CANDEIAS, “Processos de construção da alfabetização e da escolaridade: o caso português”, in *A Transnacionalização da Educação: da Crise da Educação à Educação da Crise*, Porto, Afrontamento, 2001, 31.

<sup>183</sup> CANDEIAS, “Processos”, 31.

Para além da observação-participante, conduzida por uma jovem que tendo sido testemunha privilegiada dos acontecimentos, deles nos lega a sua memória, foi igualmente utilizada a análise de documentos como técnicas de observação.

### **Alfabetização e escolarização em Portugal (1844-1974)**

Em 1844, Portugal tornou-se um dos países precursores da introdução da escolaridade obrigatória na Europa.

No entanto, a transição de um modo de alfabetização informal para a escolarização formal vai dar-se muito lentamente, como demonstrado por Candeias<sup>184</sup>. A situação só se começará a alterar na década de 1950, altura em que o papel institucional da escola se reforça e se dão passos no sentido do alargamento da escolaridade obrigatória<sup>185</sup>.

Mas se a partir desse momento, alfabetização e escola passam a ser sinónimos, no sentido em que se dá definitivamente a passagem da predominância de uma alfabetização informal para um modo de acesso ao conhecimento formalizado, a escolarização vai manter-se de muito curta duração até ao fim do regime. De facto, durante a ditadura salazarista, a escola, para além de local de inculcação da ideologia do regime, serviu para que, nomeadamente as crianças oriundas das classes populares, iniciassem um ofício logo que terminassem a reduzida escolaridade obrigatória. Acresce que uma fatia muito relevante da população continuava analfabeta, como evidencia a informação estatística disponível, apesar da “Campanha de Educação de Adultos” dos anos 50, da criação em 1972 da Direcção-Geral da Educação Permanente ou dos Cursos de Ensino Primário Supletivos de Adultos do início da década de 1970.

De acordo com o Recenseamento de 1960<sup>186</sup>, a taxa de analfabetismo entre os maiores de 7 anos era de 33,1%, com uma pronunciada desigualdade de género:

---

<sup>184</sup> António CANDEIAS, *Alfabetização e Escola em Portugal na Transição de Século: Dados e Perspetivas*, Coimbra, Centro de Estudos Sociais, 1998.

<sup>185</sup> A escolaridade obrigatória era de apenas 3 anos até 1956, tendo passado a 4, apenas para os rapazes, nesse ano. Em 1960, passou a ser de 4 anos para todos e, em 1964, aumentou para 6 anos. Somente em 1986 foi aumentada para 9 anos e, em 2009, para os atuais 12.

<sup>186</sup> INE, *Recenseamento Geral da População, 1960*, Tomo III, Volume II, Lisboa, 1964.

26,6% nos homens e 39,0% nas mulheres. Em 1970<sup>187</sup>, apesar do decréscimo, cerca de um quarto da população continuava analfabeta (25,7%), continuando o analfabetismo feminino (31,0%) a ser bastante superior ao masculino (19,7%).

Três indicadores que refletem bem a situação da reduzida escolaridade existente em 1974 são o número de estabelecimentos escolares, o número de docentes e a taxa real de escolarização. No caso dos estabelecimentos, havia uma rede muito densificada de escolas primárias, escasseando os estabelecimentos destinados à educação pré-escolar e aos restantes níveis de escolaridade<sup>188</sup>. O mesmo sucedia com o número de docentes, predominando largamente os do 1º Ciclo<sup>189</sup>. Quanto à taxa real de escolarização, ela era bastante elevada no 1º ciclo e baixa nos restantes, em particular no secundário, bem como na educação pré-escolar<sup>190</sup>.

Face a esta situação, durante o PREC (Processo Revolucionário em Curso) realizaram-se campanhas de alfabetização, inseridas na vasta mobilização popular que ocorreu durante este período. Elas tiveram origens diversas, sendo enformadas por culturas políticas diferenciadas, como nota Fernandes<sup>191</sup>, partindo frequentemente de iniciativas de organizações do poder popular, de associações de vária índole, de organizações partidárias e até do próprio MFA (Movimento das Forças Armadas). Em todos os casos o objetivo era o mesmo: lutar contra os elevados índices de analfabetismo existentes e dotar as populações de qualificações que permitissem a sua participação consciente e esclarecida na vida da *polis*, aprofundando a cidadania e a democracia no quadro do fim supremo de

---

<sup>187</sup> INE, *Recenseamento Geral da População, 1970*, Volume II, Lisboa, 1971.

<sup>188</sup> No ano letivo de 1973/1974 havia apenas 340 estabelecimentos afetos à educação pré-escolar, 1 140 ao 2º Ciclo e 651 ao 3º Ciclo e ao Ensino Secundário, contra 16 406 ao 1º Ciclo (DGEEC, *75 Anos de Estatísticas da Educação em Portugal*, Volume III, Lisboa, DGEEC, 2023, 261).

<sup>189</sup> No ano letivo de 1973/1974, o número de educadores/as de infância era de 1 667. Os/as docentes do 1º Ciclo (32 020), constituíam 45,7% do total, registando-se 16 332 no 2º Ciclo e 20 104 no 3º Ciclo e Secundário (DGEEC, *75 Anos*, Volume III, 82).

<sup>190</sup> A taxa real de escolarização no secundário era somente de 4,9% e no pré-escolar de 8,3%. As do 2º Ciclo (26,0%) e do 3º Ciclo (17,8%) eram um pouco mais elevadas, mas permaneciam baixas. Já no 1º Ciclo ascendia a 84,9%, o que significa que mesmo neste ciclo de estudos uma importante fatia das crianças em idade normal de o frequentar não acedia à escola (GEPE/INE, *50 Anos de Estatísticas da Educação*, Volume I, Lisboa, GEPE/INE, 2009, 65).

<sup>191</sup> Rogério FERNANDES, “Marcos do processo histórico da alfabetização de adultos em Portugal”, in *Colóquio Educação e Sociedade*, 1993, 2, Lisboa, 113-144.

construção de uma sociedade socialista, como virá a ficar consagrado na Constituição de 1976. Deste modo, ainda que com várias origens, as campanhas eram imbuídas por uma lógica de “educação popular”<sup>192</sup>.

Em alguns casos, elas inseriram-se num programa mais vasto visando questões relativas à saúde das populações, como sucedeu nas Campanhas de Alfabetização e Educação Sanitária que decorreram no Verão de 1974, ou a intervenção sociocultural e a socialização política, patentes nas Campanhas de Dinamização Cultural do MFA.

### **A freguesia de Santa Maria dos Olivais**

Os primeiros vestígios de povoamento no atual território dos Olivais remontam à pré-história, mas o local permaneceu fortemente despovoado até ao século XIV. O relativo crescimento populacional registado nesse século e a formação de lugares com alguma relevância justificaram a criação da paróquia e da freguesia de Santa Maria dos Olivais no dia 6 de maio de 1397 pelo arcebispo de Lisboa, o que foi confirmado por bula papal datada de 1 de junho de 1400<sup>193</sup>. Os séculos seguintes serão marcados pela presença de comunidades religiosas e alguns fidalgos e respetivas propriedades. No século XVI, em torno da Igreja matriz começa a desenvolver-se um povoado, na zona atualmente conhecida como Olivais Velho.

Em finais de oitocentos despontam as primeiras manufaturas: olarias, saboarias, uma empresa de curtumes, outra de fabricação de pregos e uma de produção de chitas, esta fundada já no início do século XIX. Há ainda registo da existência de moinhos de maré e de atividades piscatórias e de extração de sal.

A construção da ferrovia entre Lisboa e o Carregado, em meados do século XIX, permitiu aumentar o dinamismo económico dos Olivais então já elevados à

---

<sup>192</sup> Alberto Melo; Ana Benavente, *Educação Popular em Portugal. 1974-1976*, Lisboa, Livros Horizonte, 1978.

<sup>193</sup> Carlos Consiglieri; Filomena Ribeiro; José Manuel Vargas; Marília Abel, *Pelas Freguesias de Lisboa. São João de Brito, Beato, Marvila, Santa Maria dos Olivais*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1993, 136.

categoria de concelho por decreto de 11 de setembro de 1852. O concelho durará pouco mais de três décadas, sendo extinto em 1886. Durante esse período, a indústria começa a fazer a sua aparição, concentrando-se na faixa ribeirinha junto ao Tejo.

Desde 1846 conhece-se a existência da Fábrica de Francisco Luís Coelho, uma tinturaria. Em 1875 existiriam 43 unidades produtivas no concelho (cortiça, têxteis, olarias, moagem, sabão, tabaco, etc.), com a maioria a localizar-se na freguesia do Beato<sup>194</sup>. A grande unidade industrial do século XIX na freguesia será a fábrica de estamparia de tecidos de Francisco Alves Gouveia, fundada em 1874.

Com a indústria, surge a habitação operária, como o bairro operário da Fábrica Alves Gouveia; as organizações operárias, como as coletividades, de que é exemplo a SFUCO – Sociedade Filarmónica União e Capricho Olivaiense, fundada em 1886; a ação coletiva operária, exemplificada pela greve de 1910 dos moços da fábrica de Alves Gouveia; e a difusão do ideal republicano, tendo os Olivais sido um importante “centro das operações revolucionárias”<sup>195</sup> a oriente da cidade de Lisboa.

Ainda que a ruralidade continue a persistir, os Olivais dos finais do século XIX em termos económicos e sociais já são bastante diferentes do que eram em meados de novecentos.

Será somente no século XX que se dará a grande transformação da freguesia, com a intensificação da industrialização e da urbanização.

Neste processo assume particular importância o Plano Geral de Urbanização e Expansão de Lisboa que Duarte Pacheco solicitou em 1938 ao urbanista Étienne de Gröer. A primeira grande intervenção ocorreu com a criação do Bairro Social da Encarnação, entre 1940 e 1946. Seguir-se-ão os bairros de Olivais Norte e de Olivais Sul.

---

<sup>194</sup> Consiglieri; Ribeiro; Vargas; Abel, *Pelas Freguesias de Lisboa*, p. 141.

<sup>195</sup> Consiglieri; Ribeiro; Vargas; Abel, *Pelas Freguesias de Lisboa*, p. 142.

O estudo para a urbanização dos Olivais Norte iniciou-se em 1955. Entretanto, o DL n.º 42 454 de 18 de Agosto de 1959 vai obrigar o município lisboeta a construir habitações “com rendas acessíveis aos agregados familiares de mais fracos recursos”<sup>196</sup> nas novas zonas urbanizadas. O diploma preconizava que 30% das habitações fossem de renda livre e 70% de habitação económica<sup>197</sup>.

Seguiu-se a urbanização dos Olivais Sul. Aí se edificaram 8 500 fogos, apresentando o plano de urbanização “uma estrutura celular hierarquizada, baseada no zonamento de funções, seguindo o esquema proposto pela primeira geração das *new towns* britânicas que desenvolve a tradição das cidades-jardim e se afasta do *mainstream* racionalista (...)”<sup>198</sup>. A população que começou a afluir ao bairro, provinha dos bairros de barracas existentes em redor da capital ou foi nele realojada devido às cheias de 1967. Uma fatia importante foi constituída por funcionários de vários ramos da administração pública.

Nos Olivais Sul vão-se compatibilizar os lotes destinados à habitação com outros dedicados ao uso industrial. Em termos industriais, em 1937 existiam na zona quatro fábricas de cortiça e de tanoaria, duas têxteis e duas químicas<sup>199</sup>. Nas décadas seguintes, a indústria vai expandir-se, para o que muito contribuiu a construção da Central Elevatória dos Olivais, inaugurada em 1948. Ao longo das Avenidas Marechal Gomes da Costa e Infante D. Henrique vão-se concentrar fábricas, armazéns, oficinas, empresas associando a componente industrial e comercial e outro edificado dedicado às atividades económicas. Daí resultará um tecido industrial moderno bastante diversificado. Segundo Folgado, em 1967 trabalhavam no eixo Olivais-Chelas 13 303 operários e existiam 1 322 empresas<sup>200</sup>.

---

<sup>196</sup> DL n.º 42 454 de 18 de Agosto de 1959.

<sup>197</sup> Tiago OLIVEIRA, “A modernidade complexa dos bairros dos Olivais”, in *Cadernos do Arquivo Municipal*, 2019, XII, Lisboa, 163.

<sup>198</sup> Tiago OLIVEIRA, “A modernidade”, 170.

<sup>199</sup> Deolinda FOLGADO, *A Nova Ordem Industrial. Da Fábrica ao Território de Lisboa, 1933-1968*, Volume I, Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2009, 212.

<sup>200</sup> FOLGADO, *A Nova Ordem Industrial*, 243.

## **O caso das campanhas de alfabetização nos Olivais Sul (1974-1977)**

No projeto do bairro dos Olivais Sul tentou-se uma mistura de grupos sociais, consoante as profissões dos agregados familiares, numa tentativa interclassista e de interculturalidade, baseado em modelos do norte da Europa, projeto este que é de estranhar em pleno Estado Novo. O pretendido interclassismo e interculturalidade nem sempre funcionaram, existindo zonas que eram mais guetizadas e estigmatizadas.

Antes do 25 de Abril de 1974 os moradores dos Olivais ainda consideravam viver num subúrbio de Lisboa, onde não existiam lojas, centros comerciais, cinemas ou livrarias, existindo apenas os mercados e mais tarde as mercearias. As casas de renda económica, que passavam para os proprietários ao fim de 25 anos, eram atribuídas consoante o número de filhos/as. Logo, as crianças e os jovens predominavam no bairro.

O prédio de 10 andares que a família da coautora foi habitar, em 1970, faz parte de um conjunto com mais duas torres de cor bordeaux e aparecem representados nos livros de arquitetura pelos espaços abertos nos edifícios, uma inovação arquitetónica modernista. Situado numa encosta coberta de relva e com arvoredo, dele se tem um vasto horizonte sobre o rio Tejo, o que era agradável às brincadeiras na relva e às conversas entre jovens.

Já no final do Estado Novo, na Igreja, a única que existia na altura, a missa do meio-dia, ao domingo, era muito frequentada por jovens, porque a homilia era acompanhada por cânticos ao som de guitarras. Provavelmente, à frente da paróquia estaria um pároco do grupo dos católicos progressistas. No final da homilia, os jovens ficavam no adro a conversar e a debater sobre os diversos assuntos que projetavam para os seus futuros.

A coautora deste texto frequentou o 3.º ano no Liceu Rainha D. Leonor, em Alvalade, liceu feminino, com uma educação muito rígida e padronizada, para as raparigas, como era próprio da época, em que as batas brancas não podiam mostrar que por baixo se usavam minissaias.

Quando o Liceu D. Dinis, na atual freguesia de Marvila, foi inaugurado em 1972, no final da época marcelista, a coautora pediu a transferência. É possível que

nele já se fizessem sentir algumas reformas de Veiga Simão, porque o liceu era frequentado por rapazes e raparigas e nas turmas existia a coeducação. A tipologia arquitetónica com pavilhões constituiu uma mudança na estrutura dos liceus da época. O liceu era frequentado essencialmente por jovens dos Olivais Sul, Olivais Norte, da Encarnação e de Chelas.

O movimento associativo dos estudantes, nomeadamente o MAESL (Movimento Associativo dos Estudantes do Ensino Secundário) teve impacto no liceu com a distribuição de panfletos contra a Guerra Colonial, a repressão, as prisões. Impacto teve também a notícia da morte do estudante Ribeiro Santos, em Económicas, em 1972, e a prisão dos estudantes dos liceus reunidos na Faculdade de Medicina de Lisboa, em 16 de dezembro de 1973<sup>201</sup>.

Quando se deu o 25 de Abril de 1974 a coautora era uma jovem de 15 anos que frequentava o 5.º ano do liceu.

Entretanto, como em tantos outros bairros, nos Olivais formaram-se comissões de moradores, assistindo-se a ocupações de casas ainda não atribuídas em edifícios vazios, surgindo diversas coletividades culturais. Muitos jovens do D. Dinis enquadraram-se politicamente nos partidos mais à esquerda, mantendo reuniões, leituras e debates das obras de Marx, Engels, Lenine, Rosa Luxemburgo, Gramsci, Trotsky, Wilhem Reich, entre outros/as autores/as.

Desde o ano de 1974 a 1977, quando a coautora acabou o 7.º ano, ocorreram no liceu várias RGA (Reuniões Gerais de Alunos) e AGE (Assembleias Gerais de Escola), muito participadas, quase sempre com discussões muito acesas entre os/as estudantes de vários partidos políticos, em que se debatiam projetos educativos e ações estudantis.

As aulas funcionavam bem, gostávamos de estudar, estudantes e docentes adaptaram-se rapidamente a novas medidas pedagógicas, iniciaram-se trabalhos em grupo, debates nas aulas, mas também outras formas mais formais, compreensíveis em disciplinas como alemão.

Nas ações políticas realizadas no liceu foram relevantes o facto de este se situar próximo do Regimento de Artilharia de Lisboa (Ralis), na Encarnação. Os

---

<sup>201</sup> 37 estudantes eram menores de 16 anos; 18 estudantes foram enviados à DGS (José Pedro Castanheira, 13 de fevereiro de 2009, Expresso).

acontecimentos de 11 de março de 1975, onde se destacou o capitão Dinis de Almeida, foram vividos pela população e pelos jovens nas ruas em frente ao quartel ou assistindo a estes no cimo dos prédios<sup>202</sup>.

Como referimos, no final do Estado Novo, a taxa de analfabetismo, a nível nacional, rondava os 27,7% da população, percentagem superior para as mulheres. Com a democracia, muitas mães que até então eram domésticas procuraram empregar-se, nomeadamente no setor dos serviços, mas, como muitas só tinham a 3.ª classe, acabaram por frequentar as escolas primárias à noite para concluir a 4.ª classe, obrigatória para se candidatarem aos empregos e poderem tirar a carta de condução.

Os estudantes do D. Dinis tinham consciência deste analfabetismo na sociedade pela situação de avós e das vizinhas com quem conviviam diariamente.

Como já foi referido, a partir de 1974 por todo o país começaram a surgir iniciativas culturais, recreativas, educativas, campanhas de alfabetização, sessões de planeamento familiar, impulsionadas pela dinâmica dos moradores/as e coletividades, organizando-se grupos de animação sociocultural e de educação popular, no caso concreto deste estudo, de campanhas de alfabetização.

A então denominada Direcção-Geral de Educação Permanente funcionava num edifício ao lado da Biblioteca Nacional. A partir de 1974 era diretor da DGEP o Dr. Alberto Melo em colaboração com a Dra. Ana Benavente. Os seus principais objetivos eram dirigir-se às necessidades da população adulta, que não tivera acesso à educação durante o Estado Novo. Nesse sentido, havia três domínios que se interligavam a alfabetização, a educação não formal e redefinição da carreira escolar do adulto, sendo que a DGEP orientava o trabalho dos grupos que se constituíam nos bairros para as campanhas de alfabetização. Existiram Encontros Nacionais de Associações e Animadores, havendo a partir de finais de 1976, provavelmente devido às mudanças políticas após o 25 de novembro, um desinvestimento do Estado ligado à educação popular.

Foi durante os anos de 1975 e 1976, que nos Olivais se iniciaram as campanhas de alfabetização conduzidas por jovens, essencialmente raparigas,

---

<sup>202</sup> Pedro Dórdio, “Foi há 40 anos: o dia-a-dia de Lisboa no caldeirão do PREC”, Observador, 12 de setembro de 2015.

que frequentavam o D. Dinis, em que a coautora participou em conjunto com as/os colegas Goretti, Paula, Anabela, Hugo e outros/as jovens, dos quais acabámos por nos afastar por termos deixado de residir nos Olivais. Havia, por assim dizer, dois núcleos de alfabetização: um nos Olivais Sul que funcionou num edifício ocupado pela Comissão de Moradores e outro situado no antigo bairro do Relógio, constituído por barracas, e que veio a ser demolido, só nos anos 90, do século XX.

Os/as alfabetizando/as eram essencialmente senhoras que não sabiam ler, nem escrever, domésticas, trabalhadoras domésticas e algumas operárias em fábricas da cintura industrial de Lisboa. A experiência educacional entre jovens estudantes e pessoas albetizadas era inovadora. Seguíamos o método preconizado pelo pedagogo brasileiro Paulo Freire, em que pelo diálogo em grupo se conheciam os interesses e vivências das pessoas, encontrando-se as palavras mais referidas que eram trabalhadas na sua fonética<sup>203</sup>. De recordar que o pedagogo Paulo Freire defendia uma educação democrática e de liberdade em função dos alfabetizando/as, em que os professores/as não se impunham como nas escolas formais, o que ia ao encontro aos objetivos da Direcção-Geral de Educação Permanente.

As pessoas que frequentavam as aulas pretendiam, em primeiro lugar saber assinar o nome (muitas tinham vergonha de colocar o dedo numa tinta preta e deixar a marca da impressão do dedo indicador direito no documento, como então se fazia), conhecer as direcções dos autocarros e até para acompanhar as aprendizagens dos netos/as na escola. Muitos/as confidenciavam que a utilização do lápis era muito difícil porque o achavam demasiado leve relativamente aos seus utensílios de trabalho, usados nos campos e nas fábricas. Todas estas experiências nos faziam refletir sobre a vida muito humilde e pobre das pessoas durante o Estado Novo e contribuiu para a nossa consciência de classe e conhecimento das vidas numa sociedade capitalista. Nestes dois anos em que a coautora esteve nas campanhas de alfabetização, algumas pessoas conseguiram concretizar os seus objetivos de aprender a escrever e a ler.

---

<sup>203</sup> Paulo Freire, *Educação como Prática da Liberdade*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976.

As aulas decorriam à noite, terminavam por volta das 23 horas e estas jovens ainda menores, deslocavam-se para a associação, não sendo até aí habitual as raparigas e as mulheres ocuparem o espaço público noturno, devido a questões de assédio, o que por vezes ocorreram (por exemplo, de rapazes a quererem segui-las até casa ou a importuná-las verbalmente). Se a Revolução continuava nas ruas, as mentalidades ainda demoraram muitos anos a alterarem-se, principalmente a nível das relações entre os rapazes e as raparigas, numa sociedade patriarcal que estava entranhada pela legislação e pelas relações familiares.

Esta experiência de alfabetização de adultos teve várias consequências para todos/as os/as intervenientes. Primeiro, iniciou novas práticas culturais e de sociabilidades entre os jovens que ensinavam e os adultos que aprendiam, havendo a perspectiva que se estava a contribuir para transformar a sociedade, em democracia. Para os adultos alfabetizando/as foi um modo de valorizar a educação que contribuiu para a sua autonomia pessoal e a melhoria das suas condições de vida. Para a nossa experiência de jovens, continuámos a nossa convicção sobre a importância do ativismo político. A coautora interrompeu por uns anos a entrada no curso de História e logo em 1980 começou a trabalhar na então formada Direcção-Geral de Educação de Adultos, a funcionar na Avenida 5 de Outubro, num 7.º andar, e num projeto socio-antropológico para adultos, na zona de Braga.

### Conclusão

Apesar de ter sido um país precursor da implementação da escolaridade obrigatória, a escolarização em Portugal só muito tardiamente assumiu um carácter de dominância, destronando a alfabetização informal.

Quando o 25 de Abril de 1974 ocorre, os níveis de analfabetismo eram ainda muito elevados e a escolaridade obrigatória muito reduzida. Era um imperativo alterar a situação.

Daí a realização das campanhas de alfabetização, como as que decorreram no bairro dos Olivais Sul, as quais implicaram práticas coletivas associativas de transformação social, envolvendo estudantes e adultos não alfabetizados/as. Sem dúvida que na memória pessoal e histórica do bairro, ficou uma marca indelével de democracia e de cidadania ativas.

Com este estudo sobre as campanhas de alfabetização de adultos nos Olivais Sul, situadas no período da revolução de 1974, pretendeu-se contribuir para a ampliação da história local, cultural e educativa e para fazer luz sobre uma das dimensões menos conhecidas do PREC.

## **Bibliografia**

CANDEIAS, António, *Alfabetização e Escola em Portugal na Transição de Século: Dados e Perspetivas*, Coimbra, Centro de Estudos Sociais, 1998.

CANDEIAS, António, “Processos de construção da alfabetização e da escolaridade: o caso português”, in *A Transnacionalização da Educação: da Crise da Educação à Educação da Crise*, Porto, Afrontamento, 2001, 23-89.

CONSIGLIERI, Carlos, RIBEIRO, Filomena, VARGAS, José Manuel; ABEL, Marília, *Pelas Freguesias de Lisboa. São João de Brito, Beato, Marvila, Santa Maria dos Olivais*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1993.

FERNANDES, Rogério, “Marcos do processo histórico da alfabetização de adultos em Portugal”, in *Colóquio Educação e Sociedade*, 1993, 2, Lisboa, 113-144.

FOLGADO, Deolinda, *A Nova Ordem Industrial. Da Fábrica ao Território de Lisboa, 1933-1968*, Volume I, Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2009.

FREIRE, Paulo, *Educação Como Prática da Liberdade*, São Paulo, Paz & Terra, 1976.

GIDDENS, Anthony, *Sociologia*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1994.

MELO, Alberto; BENAVENTE, Ana, *Educação Popular em Portugal. 1974-1976*, Lisboa, Livros Horizonte, 1978.

OLIVEIRA, Tiago, “A modernidade complexa dos bairros dos Olivais”, in *Cadernos do Arquivo Municipal*, 2019, 12, Lisboa, 161-181.

## **Fontes estatísticas**

DGEEC, *75 Anos de Estatísticas da Educação em Portugal*, Volume III, Lisboa, DGEEC, 2023.

GEPE/INE, *50 Anos de Estatísticas da Educação*, Volume I, Lisboa, GEPE/INE, 2009.

INE, *Recenseamento Geral da População de 1960*, Tomo III, Volume II, Lisboa, INE, 1964

INE, *Recenseamento Geral da População de 1970*, Volume II, Lisboa, INE, 1971.

### **Legislação**

DL n.º 42 454 de 18 de Agosto de 1959

## **Resgatar do Silêncio: O contributo do Arquivo do Ministro da Justiça para a História da Revolução de Abril**

**Alexandra Lourenço, Albertina Catrola, Alexandra Henriques, António Lacerda Dias, Cristina Ferreira, Fernanda Mendes, Inês Nunes** (SGMJ – Secretaria-Geral do Ministério da Justiça) **e Rute Ramos** (SGMJ – Secretaria-Geral do Ministério da Justiça e CIDEHUS-UÉ)

### **Resumo**

Esta comunicação pretende dar a conhecer a documentação custodiada pela Secretaria-Geral do Ministério da Justiça e visa incentivar a sua utilização para a produção de estudos sobre a Revolução de Abril. Destacamos o Fundo do Gabinete do Ministro da Justiça, que revela uma narrativa única sobre o Estado Novo, um Regime de repressão política, manifesta no profundo contraste entre o que se dizia, o que se pensava e o que se vivia.

Considerando o objetivo desta comunicação, selecionou-se um conjunto de documentos que foram estruturados em três temáticas: 1. Presos Políticos: Contraste entre a realidade e a mensagem do Regime; 2. A defesa dos direitos dos presos políticos; 3. Prisão sem grades que testemunha os condicionalismos da vida do dia-a-dia.

Documentos como relatórios sobre fugas de prisioneiros, denúncias de abusos generalizados e correspondência de familiares relatam a tensão entre a proclamação da justiça e a realidade de repressão. A esta “prisão com grades” contrapõe-se a “prisão sem grades” - representada pela censura e falta de liberdade no trabalho e na vida pessoal, como no caso do divórcio - expondo dinâmicas de poder entre o regime e as elites locais, em diferentes esferas da sociedade.

Em complemento e, de forma a alcançar um público mais alargado, realizou-se a exposição “Resgatar do Silêncio” de novembro 2023 a abril de 2024, no Espaço Justiça, sito na Praça do Comércio em Lisboa.

**Palavras-chave:** Justiça; Arquivo; Estado Novo; 25 de Abril de 1974; Presos políticos

## **Abstract**

This paper aims to publicize the documentation held by the General Secretariat of the Ministry of Justice and to encourage its use in the production of studies on the April Revolution. We highlight the Justice Minister's Office archival fonds, which reveals a unique narrative about the Estado Novo, a regime of political repression, revealed in the profound contrast between what was said, what was thought and what was lived.

Considering the objective of this paper, a set of documents was selected and structured into three themes: 1. Political Prisoners: Contrast between reality and the Regime's political rhetoric; 2. Defense of the rights of political prisoners; 3. Prison without bars that testifies to the constraints of day-to-day life.

Documents such as reports on prisoner escapes, allegations of widespread abuse and correspondence from family members recount the tension between the proclamation of justice and the reality of repression. This 'prison with bars' is contrasted with the 'prison without bars' - represented by censorship and lack of freedom at work and in personal life, as in the case of divorce - exposing power dynamics between the regime and local elites in different domains of society.

In addition, and in order to reach a wider audience, the exhibition 'Rescuing from Silence' was held from November 2023 to April 2024 at Espaço Justiça, located in Praça do Comércio in Lisbon.

**Keywords:** Justice; Archive; *Estado Novo*; April 25, 1974; Political prisoners

## **Introdução**

Nas vésperas das comemorações dos 50 anos da Revolução de Abril, a Secretaria-Geral do Ministério da Justiça integra um conjunto de iniciativas que se

desenvolvem no país para dar a conhecer a história da Revolução de Abril e a luta que a precedeu.

Detentora de um assinalável acervo documental encontramos no fundo do Gabinete do Ministro da Justiça testemunhos relevantes sobre a Ditadura Militar e o Estado Novo, constituindo uma narrativa inédita e singular dos anos que antecederam o 25 de Abril. Estes documentos representam uma oportunidade para se alcançar uma visão autêntica de um Regime de opressão, cuja evolução e desenvolvimento deram origem a uma maquinaria de influência e condicionamento das liberdades humanas.

A comunicação tem como intento dar a conhecer esta informação, e, em simultâneo, contribuir para que futuras investigações recorram às inúmeras possibilidades que este arquivo oferece enquanto *lugar de memória* tornando-o, inteligível a investigadores, à comunidade académica e ao cidadão.

Durante o Estado Novo, o Ministério da Justiça foi marcado por duas reestruturações globais, sendo a primeira de intervenção direta de Oliveira Salazar, em 1933, e a segunda, em 1972, já com Marcello Caetano na chefia do Governo. Entre ambas, procedeu-se a alterações que, embora pontuais, abarcaram todas as áreas chave da Justiça: prisões, serviços tutelares de menores, Polícia Judiciária, serviços de identificação, registos e notariado<sup>204</sup>.

Esta comunicação desenvolve-se em três vertentes que encapsulam as complexidades e as lutas vividas durante esse período da história portuguesa.

## **1. Presos Políticos: Contraste entre a realidade e a mensagem do Regime**

### **1.1. As fugas aparatosas e a resposta do Regime**

As fugas realizadas durante a Ditadura Militar constituem momentos significativos de resistência, episódios de luta contra o Regime dotados de uma forte dimensão simbólica que, quando bem-sucedidas, representavam vitórias

---

<sup>204</sup> Alexandra Lourenço et.al., *200 Anos de Ministério da Justiça*, Lisboa, Secretaria-Geral do Ministério da Justiça, 2022, p. 52.

obtidas a partir do interior do próprio aparelho repressivo e policial, instigando a confiança e determinação dos prisioneiros<sup>205</sup>.

A resposta do Regime às fugas assumiu, particularmente, duas configurações muitas das vezes consentâneas: por um lado, o exercício do poder disciplinar para servir os propósitos de prevenção, geralmente, por via sancionatória e, por outro, a intensificação da vigilância aplicando medidas de cariz estrutural no sistema prisional português.

Primeiramente, e no acervo documental à nossa guarda, recuamos a 1953 e a uma figura proeminente nos meios oposicionistas, Henrique Galvão, que teve a sua passagem pelas Cadeias de Peniche, Caxias e Lisboa acompanhada pelo Gabinete do Ministro da Justiça. Neste sentido, destacamos o processo de inquérito realizado aos funcionários da Cadeia Penitenciária de Lisboa no âmbito da sua fuga em outubro desse ano. Militar, escritor, administrador nas colónias e deputado à Assembleia Nacional durante o Estado Novo, Henrique Galvão afastou-se do Regime acabando por ser preso e acusado de ações conspirativas. A sua fuga gerou uma enorme celeuma no seio do Regime e levou a que fosse instaurado um processo de inquérito aos funcionários da Cadeia de onde havia fugido. Os treze volumes que compõem o processo escrutinam os privilégios, os facilitismos e as exceções alegadamente recebidas pelo recluso e pedem a suspensão preventiva do diretor da cadeia penitenciária.<sup>206</sup> Punir hierarquicamente foi uma das formas encontradas pelo Regime para manter a ordem e a disciplina nas prisões, servindo como um exemplo para os demais.

Como se sabe, as fugas eram muito complexas e envolviam diversos atores e mecanismos pelo que era preciso evitá-las a todo o custo. No que a Henrique Galvão respeita, é ainda possível conhecer como era exercida a sua vigilância. Um ofício da PIDE (Polícia Internacional e de Defesa do Estado) prévio à evasão de Henrique Galvão do Hospital de Santa Maria, a 16 de janeiro de 1959, avisava o Gabinete do Ministro da Justiça que o hospital não dispunha de condições para a

---

<sup>205</sup> *Museu do Aljube: resistência e liberdade*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 2013, p.102.

<sup>206</sup> AHMJ [GMJ, cx. EN-249 e EN-250].

guarda de um preso com a “natureza” de Henrique Galvão, pois a “vida em suma de um grande estabelecimento onde as responsabilidades se diluem - não são de molde nem a favorecer nem a satisfazer um serviço de segurança da natureza e melindre que concorrem neste caso. Pelo contrário, tudo ali parece conjugar-se no sentido do recluso (...) poder pôr em prática quaisquer planos ou propósitos de evasão”<sup>207</sup>. A fuga veio de facto a acontecer e Henrique Galvão voltou a fazer a correr muita tinta no Ministério da Justiça quando, em 1961, protagonizou aquela que viria a ser uma das ações que mais abalaria o Regime: o assalto ao paquete Santa Maria, com o propósito de iniciar um Golpe de Estado capaz de derrubar o governo de Salazar. O relatório da Polícia Judiciária, um memorando de 1957 que descreve as atividades criminosas de Henrique Galvão ou uma nota informativa do Gabinete do Ministro destinada à divulgação pública do ocorrido em águas brasileiras com o paquete da Companhia Colonial de Navegação são alguns dos documentos que encontramos no processo. Neste conjunto é também possível recuperar uma certidão da sentença condenatória proferida pelo Tribunal do 1º Juízo Criminal de Lisboa na qual Humberto Delgado foi acusado como autor moral do assalto e Henrique Galvão e os restantes arguidos, como autores materiais<sup>208</sup>.

Os inícios de sessenta, como é sobejamente conhecido, foram complicados para o Regime que procurava manter na prisão os seus principais opositores. As muitas fugas e, em particular, a aparatosa fuga do Forte de Peniche ocorrida em janeiro de 1960, em que participaram dirigentes e quadros do Comité Central do Partido Comunista Português, entre eles Álvaro Cunhal, acelerou um conjunto de ações que procuraram resolver os problemas de segurança nos estabelecimentos prisionais, desencorajando os fugitivos e silenciando os dissidentes.

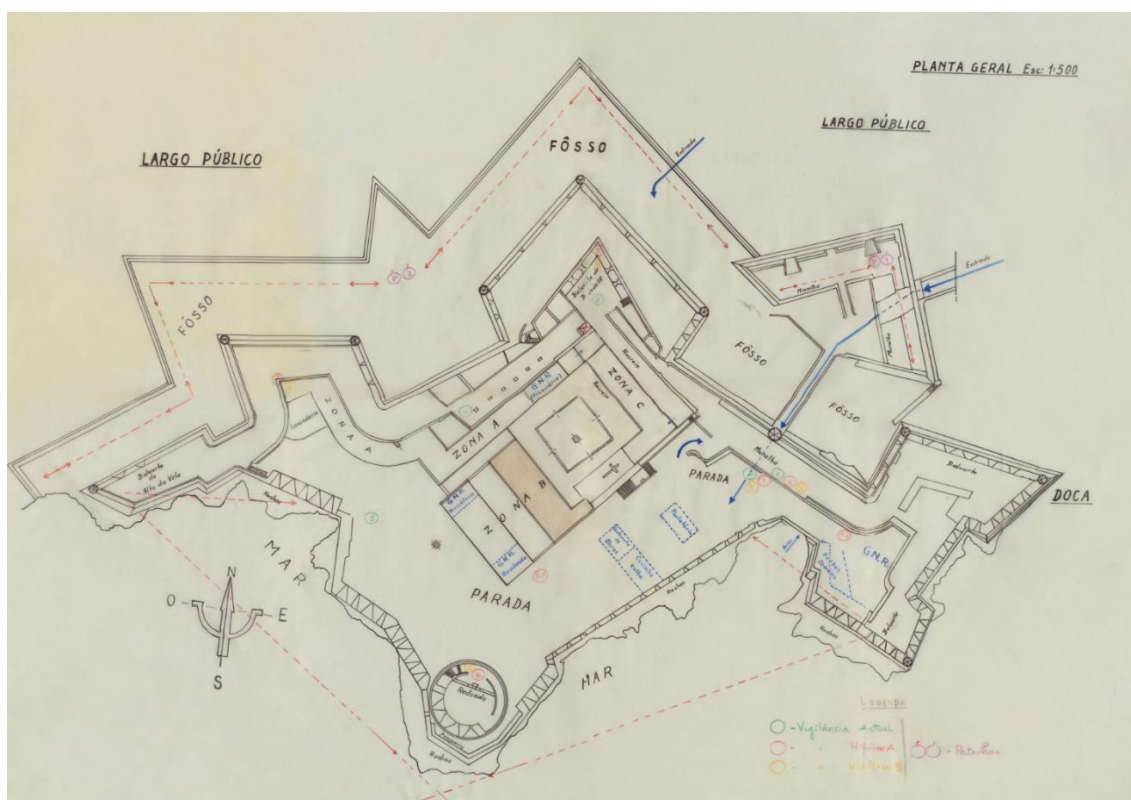
No tecido documental presente no acervo, destacamos, à luz da perspectiva interna, os relatórios policiais e administrativos que procuram apurar responsáveis pela fuga de Álvaro Cunhal e outros de Peniche. A fuga de 60, descrita como

---

<sup>207</sup> AHMJ [GMJ, cx. EN-245, mç.2, fl.79].

<sup>208</sup> AHMJ [GMJ, cx. EN-246, mç.8].

espetacular<sup>209</sup> pelo Comandante-Geral da Guarda Nacional Republicana, o General Aníbal Vaz, no relatório que fez chegar ao Ministro da Justiça, apresentava sugestões para colmatar as vulnerabilidades de segurança do Forte de Peniche, inclusive uma planta propondo novos esquemas para a organização do dispositivo de segurança (Fig.1). Iluminação deficientíssima, a distância entre cada sentinela e a existência de ângulos mortos eram alguns dos pontos negros da prisão Peniche.



**Fig.1** Planta da Cadeia do Forte de Peniche. Desenho elaborado pela Guarda Nacional Republicana, 1960.

Ao Regime já não bastava apurar os culpados. Impunha-se uma musculada alteração estrutural das condições das prisões portuguesas. Peniche dera o mote, mas as fugas sucediam-se e os opositores ganhavam ânimo e força.

Neste encaço, a Direção-Geral dos Serviços Prisionais solicitou aos demais estabelecimentos prisionais informações detalhadas sobre as suas instalações, a segurança, o corpo de guardas e o número de presos. Em outubro de 1960,

<sup>209</sup> AHMJ [GMJ, cx. EN-79, mç.5].

informava-se a tutela das “condições materiais de segurança”<sup>210</sup>, entretanto adotadas, nos vários estabelecimentos prisionais e que iam desde novos muros e guaritas, vedações, fechaduras, sistema de iluminação, campainhas de alarme, sistema de comunicação e muito mais. Ficava claro que as obras que se fizeram naquele ano enquadravam-se “na linha geral do aperfeiçoamento constante dos serviços, sendo certo que foi acelerado ou impulsionado com as lamentáveis evasões das Cadeias de Peniche e Central do Norte que motivaram mesmo providências excepcionais”<sup>211</sup>. As obras abrangeram todo o território e, para além da Cadeia do Forte de Peniche, realizaram-se trabalhos na Cadeia Penitenciária de Lisboa, na Prisão Hospital São João de Deus, na Prisão Sanatório da Guarda, na Prisão Escola de Leiria, na Colónia Penal de Santa Cruz do Bispo, na Cadeia Central do Norte, na Cadeia Penitenciária de Coimbra, na Colónia Penitenciária de Alcoentre, na Cadeia Comarcã de Lisboa (Limoeiro, Mónicas e Polícia Judiciária), na Colónia Penal de Pinheiro da Cruz, na Cadeia de Monsanto e na Colónia Penal Agrícola de Sintra.

Obviamente, a questão de Peniche era central e a concentração dos presos políticos num único espaço estava na mira do Regime que assim procurava reforçar a segurança, reduzir as oportunidades de fuga e até mesmo desmotivá-las. As obras do pavilhão da Cadeia-Forte de Peniche duraram, pelo menos, até dezembro de 1961, altura em que o Ministro João Antunes Varela solicitou à Direção-Geral dos Serviços Prisionais um levantamento pormenorizado dos presos, arguidos de crime contra a segurança do Estado nas prisões da Metrópole e Ultramar.

A Direção-Geral foi também incumbida de pedir à PIDE a indicação dos reclusos a cumprir pena ou medidas de segurança nas suas prisões privativas. Das listas deveriam constar informações sobre o número, identidade e situação prisional. Dias depois, prontamente chegaram as respostas com a indicação de 18 homens na Cadeia Central do Norte, um na Cadeia Penitenciária de Lisboa e mais 36 da Colónia Penal de Bié. Os restantes estabelecimentos centrais, cadeias

---

<sup>210</sup> AHMJ [GMJ, cx. EN-79, mç.4, fls. 25-31].

<sup>211</sup> AHMJ [GMJ, cx. EN-79, mç.4, fl.25].

comarcãs e dos julgados municipais explicavam que não tinham presos nestas circunstâncias. Também a PIDE se apressara a responder, mas as suas listas chegaram incompletas, obrigando-os a enviar outras mais detalhadas, especificando, os indivíduos condenados por infrações nas províncias ultramarinas e na metrópole, indicação das datas de julgamento, pena ou medidas de segurança aplicada e o tribunal afeto a cada um. A 31 de dezembro de 1961 nas prisões privativas da PIDE na metrópole estavam a cumprir pena, 57 homens e oito mulheres. Dois anos depois, o número de pessoas presas por crimes contra a segurança do Estado aumentara exponencialmente para os 464, estando 111 em Peniche e os restantes nas cadeias da PIDE (336 homens e 17 mulheres).

Se compararmos com outras ditaduras, as penas de prisão aplicadas em Portugal eram relativamente curtas. Porém, outros mecanismos, nomeadamente as medidas de segurança, permitiam “perpetuar” a prisão por tempo indeterminado, embora legalmente a prisão perpétua não existisse<sup>212</sup>. A Constituição Portuguesa de 1933 previa a criação destas medidas de segurança com o objetivo de defender a sociedade e a readaptação social do delinquente<sup>213</sup>. Nas listagens de 1961 encontravam-se a cumprir medidas de segurança 38 homens e seis mulheres e, em 1963, o seu número ascendia a 179, maioritariamente em Peniche<sup>214</sup>.

Os tribunais políticos eram uma peça importante do sistema de repressão punitiva em estreita articulação com a construção e aperfeiçoamento de uma polícia política tentacular. Entre 1926 e 1974 existiram e funcionaram, quase ininterruptamente, estes tribunais especialmente criados para julgar o que a Ditadura Militar e os Estado Novo consideravam crimes contra a segurança do Estado, ou seja, para punir as atividades políticas, sindicais, militares, culturais, associativas, reivindicativas, de opinião e outras que consideradas atentatórias

---

<sup>212</sup> Irene Pimentel, “A PIDE/DGS e as prisões políticas:1945-1974”, in *Direito e Justiça*, V. Especial, 2004, p. 71. Acedido em <https://doi.org/10.34632/direitojustica.2004.11184>, a 22/03/2024.

<sup>213</sup> *Diário do Governo* nº185, I série, 11 agosto de 1938, art.º 124.

<sup>214</sup> AHMJ [GMJ, cx. EN-79, mç.6, fl. 26].

contra a ordem estabelecida e, como tal, criminalizadas e perseguidas.<sup>215</sup> Desde o golpe militar de 1926 até ao fim da Segunda Guerra Mundial, funcionaram os chamados Tribunais Militares Especiais, mas com a derrota do nazi-fascismo no conflito mundial houve necessidade do Regime proceder a adaptações e, assim, extinguiu-se o Tribunal Militar Especial e, em sua substituição, foram criados os Tribunais Plenários que, na prática, se mantiveram como tribunais judiciais da confiança política do Regime que nunca deixaram de estar ao serviço da PIDE<sup>216</sup>.

## 1.2. Contraste entre o que se diz e o que se vive

Do fundo do Gabinete do Ministro da Justiça encontramos, ainda, um vastíssimo conjunto de exposições de cidadãos, a maioria de familiares e amigos de presos, que apelavam à intervenção do Ministro. Vidas afetadas pelo sistema de justiça em vigor procuravam ajuda e assistência, a defesa dos seus direitos, apelavam a mudanças e à influência do Ministro na criação ou modificação de leis. Nomes como Octávio Pato, João Maria Paulo Varela Gomes e muitos outros, marcam e assinalam uma luta coletiva de resistência deste período.

Esta documentação permite-nos verificar a contradição entre a retórica oficial do Regime e a realidade vivida pelas pessoas encarceradas. Os relatos mostram um quadro sombrio, caracterizado por condições precárias, castigos, isolamento, agressões físicas e violação dos direitos básicos. Os presos eram privados do contacto com o exterior, proibidos de saírem para passeios, ler o jornal e comer qualquer tipo de alimentos enviados pela família. O médico, frequentemente ausente, resistia em prescrever medicamentos essenciais. A acessibilidade às bibliotecas prisionais, apesar de ser referenciada nos documentos, surgia muita das vezes como um privilégio distante e

---

<sup>215</sup> Veja-se os mapas estatísticos dos processos julgados em tribunais plenários dos 1º, 2º e 3º Juízos Criminais de Lisboa que referenciam o número do processo, identificam os réus – nome, idade, filiação, estado civil, habilitações, profissão, naturalidade, filiação e residência – referem as datas da pronúncia e do julgamento e registam as penas aplicadas (1948-1949). AHMJ [GMJ, cx. EN-35, mç.3].

<sup>216</sup> Sobre os tribunais políticos veja-se a obra de Fernando Rosas (coord.) et al., *Tribunais Políticos: Tribunais Militares Especiais e Tribunais Plenários durante a Ditadura e o Estado Novo*, Lisboa, Círculo de Leitores: Temas e Debates, 2009.

demasiadamente censurado para cultivar o espírito do recluso. Uma narrativa que revela uma realidade desafiadora, onde a luta pela dignidade e condições humanas básicas é uma constante<sup>217</sup>.

Assim, externamente, os relatos que chegavam desmontavam continuamente o discurso do Governo. Internamente, havia toda uma narrativa para justificar as condições em que viviam os presos políticos nas prisões portuguesas, apresentando uma visão diametralmente oposta. Por exemplo, segundo as suas declarações, a Cadeia do Forte de Peniche oferecia três refeições por dia, horas de recreio e convívio, enfermeiro e médico regular, visitas diárias e contacto frequente com as famílias, acesso à biblioteca e a jornais diários<sup>218</sup>.

Estas divergências de perspectiva são um convite à reflexão, obrigando-nos a questionar o papel das diferentes fontes de informação e a importância de uma análise crítica e um olhar atento sobre as nuances de poder, o contexto histórico e os interesses envolvidos.

## **2. A defesa dos direitos dos presos políticos**

Ao mesmo tempo que todo o espaço prisional é sentido de forma desoladora para os encarcerados, assistimos a uma fricção cada vez maior entre o poder político e a população.

Através dos documentos analisados, comprova-se a crescente onda de manifestações no decorrer do Estado Novo, seja através de baixos-assinados coletivos, seja por via de correspondência individual e pela pressão nacional e internacional. Assiste-se a um duelo entre a denúncia aberta e o confronto regrado com o Regime, mantendo aberta a porta do diálogo, que se quer subserviente.

Do espólio do Gabinete do Ministro, destacamos a atuação do advogado belga Adrien Wolters a contrarresposta do Regime. Wolters entrega o artigo “Os

---

<sup>217</sup> As exposições ao Ministro da Justiça, individuais ou em forma de abaixo-assinado de familiares e amigos de presos políticos são recorrentes. AHMJ [GMJ, cx. EN-214, mç.379, fls. 111-112; cx. EN-228, mç.534, fl. 35; cx. EN-246, mç.15, fls. 2-3].

<sup>218</sup> Veja-se a este propósito o relatório sobre as condições de funcionamento da Cadeia do Forte de Peniche. 23 de dezembro de 1963. AHMJ [GMJ, cx. EN-79, mç.6, fls. 26-31].

Presos Políticos em Portugal” à Liga Belga para a Defesa dos Direitos do Homem, que se une em solidariedade, no combate às condições das cadeias portuguesas e às injustiças cometidas em relação aos presos políticos. No artigo, o autor tece elevadas críticas ao sistema político português, especialmente em relação à fundamentação legislativa para a aplicação e execução das penas. Wolters expõe que muitas das vezes as penas são executadas de livre vontade, sem uma duração definida e, algumas delas, sem sequer passar por um tribunal. O advogado fundamenta o seu artigo em três pontos essenciais: a “base jurídica para a repressão”; o “progresso do julgamento político”; e as “condições impostas aos advogados, nomeadamente, no exercício da sua missão de defesa de acusações políticas”<sup>219</sup>.

O pedido de resposta surgiu pela mão do Ministro dos Negócios Estrangeiros que apelava aos congéneres da Justiça e do Interior “um comentário completo ao referido relatório”. Como reação, no relatório interno de 1962, efetuado pela administração, não só se contestava a publicação do artigo como se argumentava cada um dos pontos enunciados, uma contrarresposta justificativa das ações do Estado explicitando o *modus operandi* da justiça em Portugal em relação aos presos políticos. Afirmando-se “O advogado Belga – Adrien Wolters – talvez com o fim de “ver para crer”, deslocou-se, no mês de Junho de 1962, a Portugal. Porém, como aqui não viu o que vinha para ver e que queria ver, passou a crer por ouvir (...)”.

O fundo do Gabinete do Ministro contém ainda correspondência da Ordem dos Advogados, assim como listas de processos intentados, pendentes e julgados. Ao abrigo do Estatuto Judiciário, a Ordem dos Advogados fez chegar ao Ministro da Justiça relatos de abusos de autoridade e arbitrariedades por parte dos agentes policiais e chefes das cadeias que impediam os advogados de exercerem o dever de defesa dos seus constituintes, ao serem impedidos de os visitar em privado e no tempo necessário à preparação da defesa. Os advogados reportam igualmente as condições de vida dos seus clientes, nomeadamente, os direitos que lhes são negados. Neste período, advogados comprometidos com um direito universal

---

<sup>219</sup> AHMJ [GMJ, cx. EN-101, mç.30, fls.16, 21, 56].

ergueram-se como exemplos da justiça, enfrentando a repressão estatal. Destacamos a intervenção de figuras marcantes, como Fernando de Abranches-Ferrão, Xancora Camotim, Vasco da Gama Fernandes, Lino Lima<sup>220</sup> e Jorge Sampaio<sup>221</sup>.

Da mesma forma, os médicos, conscientes das atrocidades cometidas dentro das paredes das prisões, desafiaram o sistema para cuidar dos presos políticos. Em julho de 1970, o Bastonário da Ordem dos Médicos, João Pedro Miller Guerra, pedia autorização para que os médicos particulares pudessem assistir os presos políticos. No mês seguinte, o Diretor-Geral dos Serviços Prisionais esclarecia que a “prestação de serviço por médicos dos reclusos é frequente na Cadeia de Peniche”, acrescentando que o “que a direção da cadeia não tem autorizado é a ida de médicos estranhos, a pedidos das famílias, para verem reclusos castigados e que não estão doentes”<sup>222</sup>. Ações como a descrita, representaram mais do que meras assistências médicas, concretizaram-se em preciosos testemunhos de compaixão no meio de uma brutalidade encoberta.

No mesmo sentido, ouvem-se outras vozes, como a da Comissão Nacional Socorro aos Presos Políticos que numa exposição ao ministro critica os tratamentos desumanos levados a cabo pelo Diretor da Cadeia do Forte de Peniche explicando que “a latitude de poderes que a reforma prisional confere aos diretores das cadeias é entendida abusivamente pelo respetivo diretor, como permitindo-lhe o mais completo arbítrio na elaboração, alteração e aplicação do regulamento interno”<sup>223</sup>. A comissão enumera alguns crimes que ocorrem no dia-a-dia dos prisioneiros em Peniche. No documento, elencam-se nove temáticas que merecem a atenção do ministro e, por conseguinte, alteradas: vida prisional; alimentação; recreios; convívio; assistência médica; instrução; cultura e trabalho; música; visitas e correspondência; e assistência jurídica.

---

<sup>220</sup> AHMJ [GMJ, cx. EN-90, mç. 5].

<sup>221</sup> AHMJ [SGMJ, cx. SGMJ-0125 (processo 4.1-445, fls.4-5)].

<sup>222</sup> A 23 de julho de 1970, o Bastonário da Ordem dos Médicos, João Pedro Miller Guerra, pede autorização para que os médicos particulares possam assistir os presos políticos. AHMJ [GMJ, cx. EN-246, mç.15, fls.51-52].

<sup>223</sup> AHMJ [GMJ, cx. EN-246, mç.15, fls.48-49].

### **3. Prisão sem grades que testemunha os condicionalismos da vida do dia-a-dia**

Como sabemos, a ausência física de grades não eliminava a opressão, pelo que é importante destacar a documentação que atesta a atuação estatal no controlo do dia a dia dos cidadãos.

#### **3.1 Censura – o controlo da informação e da moralidade**

A imprensa nacional independente e internacional, apesar da censura diária, procurou preservar a verdade para que todos conhecessem o que realmente se passava no país. Jornalistas, editores, repórteres e trabalhadores das amnistias arriscaram tudo para documentar as histórias dos presos políticos. Do outro lado, censores eram nomeados para rever e aprovar ou rejeitar conteúdos que considerassem subversivos ou contrários aos interesses do Regime.

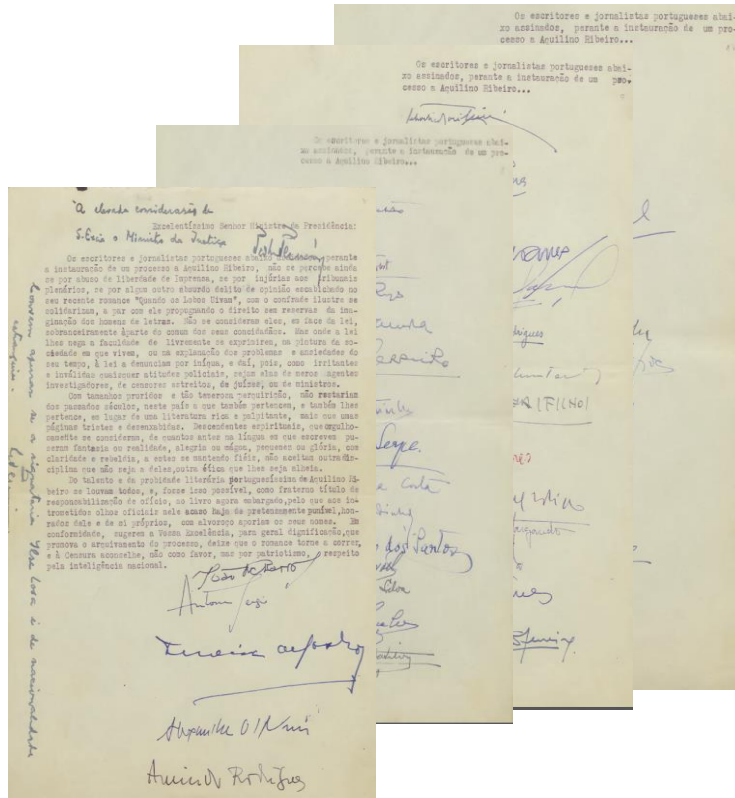
Destacamos o processo-crime por abuso de liberdade de imprensa, relacionado com a publicação da *Antologia da Poesia Portuguesa Erótica e Satírica*, em que são arguidos a organizadora da obra, Natália Correia, o editor Fernando Mello, os poetas Mário Cesariny, Ary dos Santos, Luiz Pacheco, Melo e Castro, o jornalista Geraldo Soares e o empregado de escritório Francisco Esteves. Passagens da obra foram censuradas por serem consideradas “pornográficas, torpes, obscenas e de linguagem despejada”<sup>224</sup>.

Salientamos, também, o processo de 1959 que proibia a circulação da obra de Aquilino Ribeiro, *Quando os Lobos Uivam*, por injúrias aos Tribunais Plenários e Magistratura, e que conduziu a um abaixo assinado de escritores e jornalistas portugueses, como João de Barros, António Sérgio e Jaime Cortesão, num total de mais de 140 figuras, que não quiseram deixar de solicitar o arquivamento do processo. Sobre Aquilino Ribeiro, escrevia a Polícia Judiciária que “mesmos os escritores de génio têm as suas horas más: partem uma perna como os outros

---

<sup>224</sup> AHMJ [GMJ, cx. EN-246, mç. 13, fls. 4 a 9].

mortais, foge-lhes a caneta para as frases infelizes” (Fig. 2). Já a obra, era tida como um romance de “conteúdo político” e “observação fácil”<sup>225</sup>.



**Fig. 2** Abaixo-assinado de escritores e jornalistas portugueses, solicitando o arquivamento do processo instaurado a Aquilino Ribeiro

### 3.2 A luta contra uma visão conservadora e patriarcal da família

A resistência contra a visão conservadora e patriarcal imposta pelo Regime foi vital para o progresso das relações de género, da liberdade individual e de relações conjugais mais justas e igualitárias.

A alteração ao Código Civil de 1966, especialmente no que tange ao regime legal de bens, foi um marco relevante na evolução da legislação portuguesa, no qual o homem detinha considerável domínio sobre a família, incluindo a

<sup>225</sup> AHMJ [GMJ, cx. EN-246, mc.5, fls. 7-17].

administração dos bens<sup>226</sup>. Com o Código Civil de 1966, o regime de bens supletivo aplicado ao casamento passou a ser o de Comunhão de Adquiridos. Cada cônjuge conservava os seus bens próprios, os que levava para o casamento e os que viesse a receber por direito pessoal, como as heranças. No Código Civil anterior o regime supletivo era a Comunhão Geral, em que todos os bens eram postos em comum.

O divórcio era praticamente inexistente e altamente estigmatizado, assim como, a condição de filho ilegítimo eram aspetos problemáticos para a sociedade. Ambas as situações justificaram as inúmeras exposições ao Gabinete do Ministro da Justiça a pedir intervenção. As crianças nascidas fora do casamento enfrentavam discriminação e limitações legais, o que impactava diretamente nas suas oportunidades e direitos. É neste contexto de desigualdade e preconceito que se insere, por exemplo, as ações do Movimento Nacional Pró-divórcio. Reforçava-se assim a necessidade de reformas profundas no sistema jurídico, que só foram possíveis após a Revolução de Abril de 1974.

Com o advento da democracia, as mudanças legislativas começaram a ocorrer, incluindo reformas no Código Civil de 1966, visando adequar as leis aos princípios democráticos, igualdade de género e proteção dos direitos individuais<sup>227</sup>. O divórcio foi facilitado e a condição de filho ilegítimo foi progressivamente desconsiderada, refletindo uma evolução significativa na conceção de família.

### 3.3 Controlo no mundo do trabalho

Uma rede de elites provinciais e de dirigentes administrativos era responsável pela manutenção da ordem social. A União Nacional apresentava-se como a grande distribuidora dos cargos públicos, tendo-se espalhado por todo o país. Ser membro da União Nacional simbolizava o passaporte para qualquer cargo. Os documentos demonstram a correspondência entre o Gabinete do Ministro e a União Nacional, incluindo solicitações de avaliações políticas de candidatos

---

<sup>226</sup> Elina Guimarães, “A mulher portuguesa na legislação civil”, in *Análise Social*, vol. XXII (92-93), 3.º e 4.º semestres, 1986, p. 569. Acedido em <https://www.jstor.org/stable/41010686>, a 22/03/2024.

<sup>227</sup> Veja-se o relatório relativo ao primeiro ano da ação governativa do Ministério da Justiça no I Governo Constitucional. António de Almeida Santos, *O direito de acordo com a Justiça. Ministro da Justiça 1976-1978*, Lisboa, Secretaria-Geral do Ministério da Justiça, 2016, pp.120-136.

(idoneidade política), mas também as apreciações da PIDE, nem sempre abonatórias, as desconfianças, os juízos de valor<sup>228</sup>. Abrangem posições nos Registos Cíveis, Notariado, Tribunais, entre outros. Em certas ocasiões, os próprios candidatos contactavam diretamente o Ministro, expondo qualificações e motivações para ocupar tais cargos.

Os funcionários, por seu turno, eram obrigados a vincularem-se politicamente ao Regime. A partir de 1935, passam a efetuar uma declaração em que, sob compromisso de honra, afirmam não pertencer a associações ou institutos secretos. Esta declaração assume tal importância que tem a assinatura do titular reconhecida em Notário, e, por vezes, o signatário faz-se acompanhar de testemunhas. Em 1936, numa nova declaração sob compromisso de honra, o funcionário manifesta a sua lealdade à Constituição de 1933, o repúdio pelo comunismo e pelas ideias subversivas.

Sendo os funcionários agentes do Estado, o Regime assume que estes devem colaborar na realização dos fins superiores do Estado e devem estar alinhados com os princípios da Constituição. Não havendo esse compromisso moral, os funcionários do Estado estão conscientes que incorrem na pena de aposentação forçada ou de demissão.

A vida do funcionário público era regulamentada até na sua dimensão privada, é disso exemplo a residência permanente, que devia ser na localidade onde o funcionário exercia normalmente as funções do seu cargo, ou as deslocações ao estrangeiro em licença graciosa<sup>229</sup>.

---

<sup>228</sup> O controlo ideológico no recrutamento dos funcionários públicos era muito evidente. Era obrigatório as declarações de compromisso de honra para com o Regime, de destacar, as declarações de integração na ordem social estabelecida na Constituição de 1933 ou as declarações de não pertença a associações secretas, no cumprimento da Lei 1.901 de 1935. AHMJ [SGMJ, cx.0036 (processo 2.2-423, fl. 205); [SGMJ, cx. 0037 (processo 2.2 – 428, fl. 75)].

<sup>229</sup> Veja-se, entre outros, o requerimento de um Procurador da República de 1ª classe para residir em Almada, onde tem possibilidade de conseguir uma habitação mais económica ou o requerimento de uma aspirante da Direção Geral dos Serviços Prisionais para o gozo de férias no estrangeiro. AHMJ [GMJ, cx. EN-52, mç.2, fls. 74; [SGMJ, cx. 0037 (processo 2.2-430, fl. 19)].

## **Conclusão**

Ao divulgar um conjunto de documentos inéditos do Ministério da Justiça, a Secretaria-Geral espera contribuir para a reflexão sobre um período longo e difícil da história nacional e, ao mesmo tempo, desafiar a comunidade acadêmica e todos os interessados a criar um futuro com memória.

## **Fontes e bibliografia**

### **Fontes**

Arquivo Histórico do Ministério da Justiça, Secretaria-Geral do Ministério da Justiça

#### Gabinete do Ministro da Justiça

Movimento processual dos tribunais, cx. EN-35, mç.3.

Mobilidade de funcionários de serviços e organismos do Ministério cx. EN-52, mç.2.

Vigilância, segurança e fugas de estabelecimentos prisionais cx. EN-79, mç.4, 5 e 6.

Acompanhamento do funcionamento e atividade da Ordem dos Advogados, Queixas e Reclamações, cx.90, mç.5.

Consultas jurídico-políticas de entidades estrangeiras, cx.101, mç.30.

Exposições ao Gabinete do Ministro cx. EN-214, mç.379; cx. EN-228, mç.534.

Acompanhamento de processos de crimes contra a segurança do Estado cx. EN-245, mç.2; cx. EN-246, mç.5; 8;13.

Procedimentos disciplinares cx. EN-249 e EN-250.

#### Secretaria Geral do Ministério da Justiça

Expediente Geral, cx. SGMJ-0125 (processo 4.1-445, fls.4-5).

Recursos Humanos, cx. SGMJ-0036 (processo 2.2-423, fl. 205); cx. SGMJ-0037 (processo 2.2 – 428, fl. 75; processo 2.2-430, fl. 19).

## **Bibliografia**

LOURENÇO, Alexandra (coord) *et.al.*, *200 Anos de Ministério da Justiça*, Lisboa, Secretaria Geral do Ministério da Justiça, 2022.

GUIMARÃES, Elina, “A mulher portuguesa na legislação civil”, in *Análise Social*, vol. XXII (92-93), 3.º e 4.º semestres, 1986, p. 557-577. Acedido em <https://www.jstor.org/stable/41010686>, a 22/03/2024.

*MUSEU DO ALJUBE: RESISTÊNCIA E LIBERDADE*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 2013.

PIMENTEL, Irene, “A PIDE/DGS e as prisões políticas:1945-1974”, in *Direito e Justiça*, V. Especial, 2004, p. 69-94. Acedido em <https://doi.org/10.34632/direitoejustica.2004.11184>, a 22/03/2024.

ROSAS, Fernando (coord.) *et al.*, *Tribunais Políticos: Tribunais Militares Especiais e Tribunais Plenários durante a Ditadura e o Estado Novo*, Lisboa, Círculo de Leitores: Temas e Debates, 2009.

SANTOS, António de Almeida, *O direito de acordo com a Justiça. Ministro da Justiça 1976-1978*, Lisboa, Secretaria-Geral do Ministério da Justiça, 2016.

## **As vozes da comunidade e o arquivo. O caso de Évora**

**Fernando Luís Gameiro** (CIDEHUS-UÉ; RAEEv)

### **Resumo**

O texto relata o processo de recolha de testemunhos orais para complemento da informação administrativa constante dos arquivos escolares da Rede de Arquivos Escolas de Évora (RAEEv). Descreve a génese da criação da estrutura arquivística e faz o balanço da incorporação de testemunhos orais e outros recolhidos junto dos agentes educativos.

**Palavras-chave:** Rede de Arquivos Escolares de Évora (RAEEv); História Oral; Alentejo; Community Archives.

### **Abstract**

The text reports on the process of collecting oral testimonies to complement the administrative information contained in the archival funds of the Évora School Archives Network (RAEEv). It describes the genesis of the creation of the archival structure and takes stock of the incorporation of oral testimonies collected from educational agents.

**Keywords:** Évora School Archives Network (RAEEv); Oral History; Alentejo; Community Archives.

### **Introdução**

O presente capítulo realça o envolvimento da comunidade na produção de conhecimento histórico sobre temas de História Contemporânea, visando a preservação da memória em contexto geográfico específico (Alentejo), com recurso ao apoio de uma rede de arquivos.

A Universidade de Évora, através do CIDEHUS/UÉ (Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades), está a desenvolver o projeto *Sharing Memories: Voices of Community*, com a finalidade de envolver a comunidade na produção de conhecimento histórico<sup>230</sup>.

Nesse sentido, a RAEEv (Rede de Arquivos Escolares de Évora), com sede nas bibliotecas da ESAG (Escola Secundária André de Gouveia) e ESGP (Escola Secundária Gabriel Pereira), constituiu-se, no âmbito do protocolo firmado com a Universidade de Évora, como centro de recolha, digitalização e tratamento da documentação com interesse para o projeto.

O projeto insere-se na constituição de arquivos de comunidade (*Community Archives*). A constituição destes arquivos resulta de motivações sociais e cívicas que radicam no propósito de preservar a história local, desígnio ao qual se associou um centro de investigação<sup>231</sup>.

O objetivo central do projeto *Sharing* é consistente com os projetos em curso na RAEEv, e visa preservar a memória da comunidade em relação às mudanças sociais. De modo concomitante, promove a divulgação da memória institucional das duas mais antigas instituições de ensino da cidade de Évora, através da criação de produtos culturais colocados ao dispor da comunidade, mediante a organização de exposições, a edição de livros ou outras publicações, para além da promoção de outras atividades de índole cultural.

O texto organiza-se em duas partes. A primeira descreve a estrutura e a organização dos arquivos, no referente às fontes escritas que contêm. A segunda mostra a forma como o projeto se operacionaliza, dando ênfase à metodologia seguida para incorporar as fontes orais nos arquivos e ao modo de as explorar.

---

<sup>230</sup> *Sharing Memories* FCT/UIDB/00057/2020/ UIDP/00057/2020.

<sup>231</sup> Sobre o complemento que os arquivos comunitários podem oferecer aos arquivos institucionais cf. por exemplo: Andrew Flinn, «Community Histories, Community Archives: Some Opportunities and Challenges», in *Journal of the Society of Archivists*, vol 28, 2007, 151–176. <https://doi.org/10.1080/00379810701611936>.

## Évora e os arquivos escolares

A primeira intervenção arquivística incidiu sobre o arquivo da ESAG, herdeira dos fundos do antigo Liceu. A segunda centrou-se sobre o fundo da ESGP, instituição que teve origem na antiga Escola Industrial.

Na primeira das instituições, procedemos, entre 1998 e 2002, a um processo de triagem e inventário do fundo. Nos dois anos subsequentes, foi praticamente impossível aceder à documentação devido à realização de obras que culminariam na instalação do arquivo.

Na ESGP, embora mais tardiamente, o processo foi idêntico. Também aqui se verificou o trânsito do arquivo no interior da instituição devido às obras a cargo da empresa Parque Escolar S.A., entre 2007 e 2009. Durante este período, o acesso ao fundo foi impossível. Aconselhámos a instalação de uma estrutura compacta, móvel, que permitisse a preservação e o isolamento do arquivo no mesmo espaço ocupado pela biblioteca. Assim aconteceu. Em termos de infraestrutura física, os dois fundos estão alojados em excelentes condições, sobretudo depois de terem sido sujeitos às necessárias operações de limpeza e expurgo que também preconizámos.

O núcleo essencial da documentação obrigou a um longo e moroso trabalho prévio de inventário, classificação e catalogação parcial, integrado num projeto mais vasto que visou criar na cidade de Évora uma rede de arquivos escolares.

Refira-se, em síntese, que o arquivo do Liceu de Évora não existia como tal. Cingia-se a um vasto amontoado de documentação que vicissitudes institucionais diversas fizeram convergir para o mesmo espaço. É, hoje, um arquivo organizado, integrado numa moderna estrutura. O mesmo acontece com o arquivo da Escola Industrial e Comercial de Évora.

Por outro lado, como a meta visava constituir um *corpus* que suportasse um programa de investigação avançada centrado na identificação das atitudes das elites perante a instrução e a educação, considerámos que a primeira etapa da

investigação devia passar pela prévia organização da documentação que iria suportar a investigação.

Foi a tarefa que mais tempo nos ocupou. Sem este trabalho, jamais teria sido possível construir a base de dados nominal que compreendeu a totalidade dos indivíduos que, entre 1841 e 1945, frequentaram os dois principais institutos de formação pós-primária da região.

Tanto numa como noutra escola foram desenvolvidos esforços que culminaram na criação de condições objetivas para a qualificação dos fundos documentais e da sua divulgação à comunidade através de catálogo.

## **A RAEEv e o desenvolvimento de projetos da área dos *Community Archives***

As escolas secundárias, instituições que se constituíram como parceiras na fundação da RAEEv, possuem acervos documentais de relevante interesse histórico. A ESAG é herdeira da documentação do Liceu de Évora, fundado em 1841. A ESGP tem à sua guarda o espólio da antiga Escola Industrial, criada em 1914<sup>232</sup>.

O fundo da ESAG, particularmente extenso, tem importante significado cultural já que é constituído por livros e documentos que vão do século XVI aos

---

<sup>232</sup> Fernando Gameiro, *Com Engenho e Arte*, Lisboa, Colibri, 2011. *Idem*, «Escolas do Sul: sistemas de informação nos ensinos liceal e técnico». Comunicação apresentada no Encontro Internacional de Arquivos (Universidade de Évora, 3 e 4 de outubro de 2014); *Idem*, RAEEV - Rede de Arquivos Escolares de Évora, comunicação apresentada no colóquio comemorativo dos 100 anos do Arquivo Distrital de Évora (Universidade de Évora, 28 e 30 de novembro de 2016); *Idem - Elites e Educação*, Évora: Universidade de Évora, 2014 (Tese de doutoramento); *Idem - Elites e Educação*. Lisboa: Colibri, 2017; *Idem - «Um projeto visionário do Eng<sup>o</sup> Ezequiel de Campos»*. Comunicação apresentada ao Congresso Biographical and Intellectual History of Science, Technology and Innovation (Universidade de Évora, 23 e 24 de novembro de 2017); *Idem - «Escolas do Sul: sistemas de informação nos ensinos liceal e técnico»*. In *Da produção à preservação informacional: desafios e oportunidades* [em linha]. Évora: Publicações do Cidehus, 2017 Disponível em WWW <URL <https://books.openedition.org/cidehus/2633>>. ISBN: 9782821882676. DOI: 10.4000/books.cidehus.2633>; *Idem - «The diversification of digital sources in the archives of the Évora School Archives Network (RAEEV)»*. Comunicação apresentada no Congresso Archives in the Age of Digital Humanities (Universidade de Évora, 24 e 25 de outubro de 2018); *Idem - «RAEEV - Rede de arquivos escolares de Évora»*. In *Boletim do Arquivo Distrital de Évora*. Nº 8 [em linha] Évora: Arquivo Distrital de Évora, 2019, pp. 110-116. Disponível em WWW <URL [https://issuu.com/arquivodistritaldeevora/docs/boletim\\_ade\\_coloquio\\_100\\_anos\\_2016](https://issuu.com/arquivodistritaldeevora/docs/boletim_ade_coloquio_100_anos_2016)>.

nossos dias. Também é muito relevante do ponto de vista científico, especialmente para as disciplinas de História da Educação (vejam-se os programas, exames, regulamentos, sumários ou provas escritas dos alunos para os séculos XIX e XX), para a História da Ciência (vejam-se os inventários e catálogos de peças científico-didáticas adquiridas no século XIX), ou para a História da Vida Privada (vejam-se os fundos particulares que foram doados e se mantêm intactos à espera de tratamento arquivístico).

Já o fundo da ESGP, que se inicia com pequena série documental datada de 1890 (Fundo da Casa Pia de Évora) e se prolonga por toda a existência da instituição (as escolas industriais e comerciais só foram extintas, tal como os liceus, depois de 1974), permite estudar a aposta no ensino técnico e profissional. Para além do aporte identitário que os arquivos incorporam nas instituições atuais, ambos contribuem decisivamente para a compreensão da mudança social no Sul de Portugal. Por exemplo, até aos anos de 1930 o Liceu de Évora permaneceu como a única instituição do Sul que, de forma continuada, oferecia uma fileira de formação complementar que permitia o prosseguimento de estudos para o ensino superior. Por esta escola passou a maioria dos membros integrantes das elites do Alentejo e do Algarve. Quanto à Escola Industrial, teve um importante papel na região, quer com a oferta de formação para o público feminino quer com a criação de fileiras formativas em áreas de ponta para a época, como foi o caso dos cursos de condutores de máquinas ou o curso de montador eletricista.

A partir destas duas instituições foi criada, em 2016, através da assinatura de um protocolo a que se associou o CIDEHUS.UÉ, a RAEEv. Esta organização integra, até ao presente, arquivos históricos de instituições de ensino não superior da cidade de Évora.

A RAEEv e a organização *Family Search* celebraram um protocolo que tem permitido o desenvolvimento do processo de digitalização dos arquivos das instituições fundadoras. Recentemente, foi criado um programa de registo de entrevistas a agentes educativos, ligados às instituições escolares, que vem

permitindo a diversificação das fontes disponíveis. O CIDEHUS participa neste programa no contexto do protocolo que instituiu a RAEEv.

No caso do projeto *Sharing Memories*, uma linha estruturante no quadro do programa de investigação do CIDEHUS, foi contratado um bolsheiro de investigação que tem procedido, em cooperação com os recursos da RAEEv, à digitalização de documentos institucionais e ao registo e tratamento de testemunhos que resultam, entre outros, da memória existente sobre ambas as instituições educativas.

### **A diversificação de fontes tendo por base a História Oral**

A criação de um portal, já previsto no plano de ação da RAEEv, tornará acessível à comunidade tanto os documentos institucionais, como os registos dos testemunhos recolhidos. Os testemunhos de antigos professores, mestres e alunos das escolas ESGP e ESAG estão a ser recolhidos de forma regular e sistemática desde 2017, encontrando-se arquivados em discos óticos nos respetivos arquivos. A Universidade de Évora, através do CIDEHUS, e no contexto do projeto *Sharing*, prevê o alojamento destes conteúdos em servidor próprio e a sua disponibilização à comunidade.

Até ao momento, foram digitalizados mais de 3000 processos escolares (1841-1950) e realizadas mais de meia centena de entrevistas, número que inclui as que foram realizadas no contexto da produção de uma monografia que assinalou o centenário da instituição<sup>233</sup>.

Deste ponto de vista, no quadro da preservação da memória, com recurso à história oral, foram realizadas até ao momento 52 entrevistas: Destas, 28 entrevistas correspondem a indivíduos do sexo masculino e 24 a indivíduos do sexo feminino. A idade média é de 72 anos para os homens e de 65 para as mulheres<sup>234</sup>.

---

<sup>233</sup> Sobre estes procedimentos, cf. Fernando Gameiro, *A Escola Gabriel Pereira*, Lisboa, Colibri, 2021.

<sup>234</sup> Lynn Abrams, *Oral History Theory*, London, Routledge, 2010. Ver também Peter Burke (Ed), *New perspectives on Historical Writing*, Londons, Polity Press, 1994, em particular a introdução a cargo do editor.

Em matéria de percursos escolares, 15 mulheres são licenciadas, 5 têm o ensino básico, três o secundário e uma é analfabeta. No sector masculino, 15 entrevistados possuem licenciatura, 3 o ensino básico e os restantes o ensino secundário.

No que concerne às opções partidárias, dos 28 homens 3 são militantes do PCP e 3 militam no PS. Outros 3 pertenceram a movimentos estudantis.

Das 24 mulheres, 1 foi militante do MRPP, 2 do PCP e 1 do PS.

A título de exemplo, foquemo-nos na análise das entrevistas relativas a agentes educativos afetos à ESGP, salientando as suas linhas de força principais.

Os entrevistados filiam a sua formação nas seguintes áreas do conhecimento: Ciências Exatas; Económicas e Financeiras; Humanas e Sociais; Tecnologias; Artes; Ensinos Técnico e Profissional; Línguas e Literaturas.

As entrevistas, depois de transcritas a partir do suporte vídeo, foram lidas pelos entrevistados e por eles validadas<sup>235</sup>.

Foi seguido um protocolo previamente estabelecido, visando fixar os entrevistados nos aspetos mais relevantes da sua ligação à Escola.

O teor das entrevistas agrupa-se em quatro áreas, a saber: política educativa e administração escolar (lideranças, clima de escola e ação pedagógica); estruturas escolares e património (infraestruturas); recursos humanos e mobilidades (questões de género, mobilidade ocupacional associada à educação formal e valor acrescentado); Identidades (identificação dos agentes com a instituição).

Em matéria de política educativa, a primeira área, entre o fim do Estado Novo e o advento da Democracia, teve, obviamente, um enorme impacto nas

---

<sup>235</sup> Valerie Raleigh Yow, *Recording oral history. A practical guide for social scientists*, London, Sage, 1994.

organizações escolares. Foi possível recolher depoimentos do último dos diretores e das primeiras lideranças depois de 25 de Abril de 1974.

A eficácia da abordagem paternalista conferida pelo anterior regime ao ensino técnico, a aceitação dos mecanismos de reprodução social pelos agentes educativos associados às dificuldades impostas pelo sistema aos alunos que pretendiam prosseguir estudos, conformando-os apenas com a certificação de nível secundário, as características da liderança e o bom clima de escola são fatores que poderão contribuir para explicar a suavidade na mudança dos titulares do poder executivo na Escola aquando da Revolução.

Nos últimos 40 anos, as lideranças protagonizaram, numa primeira fase, que podemos situar entre 1974 e 1986, altura em que é publicada a Lei de Bases do Sistema Educativo e ocorre a adesão à Comunidade Europeia, a implementação da escola democrática, no quadro das novas políticas educativas<sup>236</sup>. Neste período, a ênfase foi colocada na modernização da economia e na qualificação de recursos humanos, no âmbito dos processos de massificação e normalização do ensino. Deste ponto de vista, são particularmente relevantes os testemunhos de Madalena Pimentel e de Ananias Quintano. Neste último caso, deve sublinhar-se a precoce preocupação com o reatar da fileira de formação profissional interrompida pela mudança de regime.

A segunda fase, que vai do início dos anos de 1990 até à atualidade, corresponde a um período marcado pelas várias reformas educativas. Estas visavam atingir um desiderato comum: colocar a escola ao serviço dos processos de transformação social em curso, contribuindo para a implementação do perfil de aluno definido por cada reforma. Um exemplo atual é dado pelo referencial *Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória*.

---

<sup>236</sup> Thomas Popkewitz,, «Educational Reform: Rethoric, Ritual and Social Interest» [Em linha], in *Educational Theory*, Vol 38, nº 1 [Consultado em 12.11.2019]. Disponível em WWW <URL: [https://www.researchgate.net/publication/229499521\\_Educational\\_Reform\\_Rhetoric\\_Ritual\\_and\\_Social\\_Interest](https://www.researchgate.net/publication/229499521_Educational_Reform_Rhetoric_Ritual_and_Social_Interest)>

Nesta fase, sublinham-se os testemunhos do diretor Ananias Quintano, cujo longo mandato percorre ambos os períodos, mas também de Joaquim Félix e de Fernando Martins.

A nível da segunda área em que agrupámos os depoimentos, é particularmente importante a entrevista de Leonel Pimentel, que inaugurou as atuais instalações da Escola, em 1970, mas também a de Joaquim Félix, que acompanhou o processo de requalificação a partir de 2007.

O tema dos edifícios é transversal às entrevistas, evidenciando a importância desempenhada pelos espaços pedagógicos na memória e no quotidiano dos agentes educativos.

Do ponto de vista do património, as questões associadas a valências como o museu ou a biblioteca da então Escola Industrial, atualmente a ESGP, são focadas por diversos entrevistados. Porém, a informação não é conclusiva quanto ao momento de constituição do núcleo museológico. Já a origem e o desenvolvimento da biblioteca são consistentes com o suporte documental disponível.

O tópico dos recursos humanos, a terceira área, é também transversal a vários testemunhos. Por um lado, na ótica do corpo docente, a incorporação de recursos jovens e qualificados, oriundos de outras instituições da cidade para assegurarem o crescimento do ensino noturno, e que refrescariam lentamente o corpo docente no ensino diurno, foi sublinhado por João Fonseca. Esta entrevista assinala, de igual forma, a importância da pluralidade da oferta formativa na inegável capacidade de afirmação da escola nos anos de 1980 e de 1990. Para este processo, terá contribuído também a centralidade facultada pelo ensino noturno (um exclusivo da ESGP em Évora) durante um período crucial, coincidente com a massificação que tendia a arrasar a identidade institucional.

Por outro lado, são mais de duas dezenas as entrevistas que evidenciam a existência de processos de mobilidade ocupacional associada à educação formal, em particular nos casos dos antigos alunos, e especialmente os que frequentaram

até ao início dos anos de 1990. Vale a pena referir o caso de Estrela Faria, divulgado através da entrevista à sobrinha que com ela conviveu, Sílvia Soares, que se nos afigura como um dos primeiros casos de sucesso associado à instituição<sup>237</sup>.

A relação professor/aluno foi igualmente realçada, tanto por docentes como por discentes, como mais um fator determinante na vinculação institucional. Este aspeto é particularmente sublinhado por Leonor Serpa Branco no âmbito da reafirmação da única fileira de formação que se manteve ao longo do século de existência da Escola: as Artes.

Depois de 2000, os entrevistados, parte dos quais ainda em processos de prosseguimento de estudos na formação inicial ou pós-graduada, sublinham a base de conhecimento e de metodologias que lhes foi facultada pela escola, casos de Isabel Cabo ou de Filipa Martins.

Já a entrevista a Gonçalo Vaz Freire mostra o contributo da Escola para a imediata inserção no mercado de trabalho, um processo que, em novos moldes, se identifica com os objetivos fundadores da instituição.

As questões de género e a problemática da coeducação são objeto de interessantes testemunhos, caso, por exemplo, do que foi prestado pela antiga aluna Guilhermina Gonçalves que frequentou a escola nos anos de 1960.

Finalmente, a quarta e última área, a da identidade institucional, revela uma significativa vinculação dos entrevistados à instituição, um processo que se regista tanto nas entrevistas do mestre Manuel Inácio de Brito, que remonta aos anos de 1940, como nos depoimentos dos alunos mais jovens.

A erosão desta secular identidade intensificou-se, como sublinharam vários entrevistados, com a instituição dos agrupamentos de escolas.

---

<sup>237</sup> Fernando Gameiro, «Estrela da Liberdade Alves Faria. Um terço da vida», in *A Cidade de Évora*, 3 (2020), 7-19.

## Conclusão

Partindo da base estrutural e organizativa oferecida pelos arquivos das mais antigas instituições de ensino da cidade de Évora, a ESAG e a ESGP, foi criada uma rede que conta com a Universidade de Évora como entidade parceira.

Esta rede, para além da preservação da documentação institucional, integra o projeto *Sharing Memories*, projeto estruturante em matéria programática do CIDEHUS/UÉ que permitiu continuar o trabalho já iniciado pela RAEEv, potenciando a recolha, tratamento, arquivo e disponibilização de testemunhos orais relevantes para a compreensão das mudanças sociais ocorridas na última década.

## Bibliografia

ABRAMS, Lynn, *Oral History Theory*, London, Routledge, 2010.

ASHWORTH, Wilfred, *Manual de Bibliotecas Especializadas*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, s/d.

BURKE, Peter (ed.), *New perspectives on Historical Writing*, London, Polity Press, 1994.

CHARLTON, Thomas, MYERS, Lois, *Thinking about Oral History.*, Altamira Press, 2007

GAMEIRO, Fernando, *Com Engenho e Arte*, Lisboa, Colibri, 2011.

GAMEIRO, Fernando, *Elites e Educação. Percursos escolares e profissionais das elites alentejanas (Séculos XIX e XX)*, Évora, Universidade de Évora, 2014 [Dissertação de doutoramento polic.].

GAMEIRO, Fernando, *Elites e Educação*, Lisboa, Colibri, 2017.

MAGALHÃES, Justino, *Roteiro de Fontes para a História da Educação*, Lisboa, Instituto de Inovação Educacional, 2001.

POPKEWITZ, Thomas, «Educational Reform: Rethoric, Ritual and Social Interest» [Em linha], in *Educational Theory*, Vol 38, nº 1 [Consultado em 12.11.2019]. Disponível em WWW <URL.

PORTUGAL. MINISTÉRIO DA CULTURA. OBSERVATÓRIO DAS ATIVIDADES CULTURAIS (OAC), *Diagnóstico aos arquivos intermédios da administração central*. Lisboa, OAC-IAN/TT, 2003.

SILVA, Sérgio, *Algumas reflexões sobre preservação de acervos em arquivos e bibliotecas*, Rio de Janeiro, Academia Brasileira de Letras, 1998.

YOW, Valerie, *Recording oral history. A practical guide for social scientists*, London, Sage, 1994.

